

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Paula Teixeira Dias

**Questões sobre os embaraços da relação criança-linguagem:
a presença do nome próprio e de pronomes pessoais**

MESTRADO EM LINGUÍSTICA APLICADA E ESTUDOS DA
LINGUAGEM

São Paulo

2012

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Paula Teixeira Dias

**Questões sobre os embaraços da relação criança-linguagem:
a presença do nome próprio e de pronomes pessoais**

MESTRADO EM LINGUÍSTICA APLICADA E ESTUDOS DA
LINGUAGEM

Dissertação à Banca Examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, como
exigência parcial para obtenção do título de
MESTRE em Linguística Aplicada e Estudos da
Linguagem, sob a orientação da Prof^a Doutora
Maria Francisca Lier-DeVitto

São Paulo

2012

PÁGINA DE APROVAÇÃO

Banca Examinadora

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Local: _____

*Dedico esta dissertação às minhas crianças:
pelo trabalho de desafios e gratificações*

AGRADECIMENTOS

Endereço a minha estima e gratidão a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, participaram do processo e contribuíram para conclusão deste trabalho.

À Prof^a Dr^a Maria Francisca Lier-deVitto pela valiosa orientação, guiando meus caminhos nos descaminhos da pesquisa, guiando meu olhar e escuta para as hesitações e embaraços presentes na relação da criança com a linguagem. Por me acolher nos *meus* embaraços e me incentivar diante de *minha* hesitação em dar esse passo necessário, mas temeroso, ao encontro da Psicanálise.

À Prof^a Dr^a Lucia Arantes, por seus ensinamentos preciosos, aliando de maneira exemplar teoria e prática- sua voz está presente em meu fazer, desde as supervisões no NFCL e se fez presente nas reflexões desta dissertação.

À Prof^a Dr^a Lourdes Andrade, pela leitura atenciosa de meu trabalho, como sempre faz em relação às falas e escritas patológicas, resultando em reflexões importantes na qualificação. Agradeço, ainda, por compor a Banca Examinadora, participando ativamente de mais um passo de minha formação.

À Dr^a Sônia Araújo, pelo carinho com que aceitou compor a banca examinadora e tecer considerações na defesa. Os questionamentos e reflexões sobre a clínica tiveram início também em suas aulas no NFCL, o que tornou sua participação neste meu trabalho ainda mais gratificante.

À Prof^a Dr^a Suzana da Fonseca, por compor a Banca de Defesa, por sua seriedade e dedicação, que fazem reflexo tanto em aulas e participação em discussões, quanto na lida com a ‘fala sintomática’.

À Dr^a Roseli Vasconcellos pela disponibilidade em aceitar compor a Banca de Defesa, sempre com muito afeto e entusiasmo, tanto nas discussões quanto em sua prática clínica.

À Dr^a Juliana Marcolino, pela prontidão em participar da qualificação, pelos apontamentos e sugestões de leitura.

Às companheiras de discussão do Grupo de Pesquisa, tanto nas aulas quanto nas tardes de domingo: Melissa Catrini, Evelin Tesser, Silvana Zajac, Sônia, Vera Lucia, Maria da Glória, Fernanda Fudissaku e Mariana Emendabili. E ao companheiro Bizio.

À Samar El Malt e Caroline Lopes Barbosa, pela amizade que surgiu nesses encontros, mas que a eles possa extrapolar.

À amiga Ana Elisa Belotti, companheira de pós graduações, minha tradutora, por ser sempre solícita, desde as entregas à biblioteca até as mensagens de desabafos. Pode ter certeza que o apoio será recíproco.

À Fabiana Regiani da Costa, por ter tomado a iniciativa para fazermos mestrado. Por ser companheira e parceira desde a ansiedade das provas e das apresentações nos congressos,

dividindo telefonemas e mensagens angustiadas. Passamos por todo o processo juntas e, assim, conseguimos amiga.

Às mais do que colegas de trabalho, Márcia Bortoletto e Ederli Monay, pela amizade, apoio e por manterem um clima de carinho e afeto no ‘nosso cantinho’. À Clarice, à Vicentina e à Priscila pelo afeto.

À Flávia Elaine e Adriana Nogueira, pelo coleguismo no trabalho, parceria e amizade na vida. Às amigas Paula e Andressa, por compartilharem alguns raros, mas necessários momentos de descontração.

À Cristiana, Márcia e Ana Carolina Afonso Limas Dias, pelo pouso e carinho que me fizeram me sentir em casa, por serem minhas amigas, primas, extensão da minha família, compreendendo, também, minha ausência. Em especial à Carol, pela ternura e cuidado na leitura e discussão de meu texto de Psicanálise.

À Cristiane Stoever, por ser minha primeira interlocutora nas questões psicanalíticas, há alguns anos, de onde nasceu uma grande amizade. Pelo apoio de sempre.

À Mirian pela disponibilidade de leitura do capítulo de Psicanálise- seus apontamentos foram preciosos.

À todas as amigas que compreenderam minha ausência durante este processo: Mariana, Laura, Nati, Jana, Marília, a eterna turma do Comodoro e amigas do NFCL. Ao Filipe, pela amizade (re)construída nas minhas horas ao computador.

À Vó Cida e ao Vô Teixeira, por me auxiliarem quando ‘manter’ o estudo foi meio difícil. Obrigada pela aposta nessa neta. Agradeço, também, pelo apoio de sempre, às minhas tias Marisa e Bia.

Ao meu irmão Daniel e minha cunhada Luciana, por fazerem parte da minha família e me darem o melhor remédio para os dias de desânimo: meus sobrinhos Felipe e Gabriel

Aos meus pais, Roberto e Regina: nesse momento em especial agradeço pela paciência com minha ‘rabujice’, pelos cuidados maternos para que eu pudesse me dedicar a este trabalho, pela segurança paterna em todos os momentos; mas agradeço desde sempre, pelo amor, e simplesmente (ou principalmente) por serem meus pais.

À Maria Lucia, secretária do LAEL, pelo auxílio nas datas, documentos e solicitações.

Aos pais do meu paciente, pela confiança de dedicarem seu filho a mim, e por permitirem que eu o trouxesse para este trabalho.

Ao CAADE- Centro de Atendimento e Apoio ao Desenvolvimento Educacional- Secretaria de Educação de Atibaia, por se configurar como um espaço de tais encontros com as ‘falas sintomáticas’.

À CAPES, pela bolsa de pesquisa que viabilizou esse trabalho, no período de julho de 2010 a maio de 2012.

RESUMO

Este trabalho problematiza a inquietação levantada por crianças com marcante escassez e precariedade de manifestações linguísticas, com relação muito incomum e constrangedora com outro (diagnosticadas com ‘transtorno global/invasivo do desenvolvimento’; ‘autismo’ ou ‘psicose’). Crianças que são acolhidas na Clínica de Linguagem por haver, em sua fala, questões que geram estranhamento, das quais destaco a presença um tanto indesejada (para o outro) do nome próprio ocupando na cadeia o lugar dos pronomes eu/tu, além da inversão pronominal, o que suspende a dialética eu-tu que caracteriza a reversibilidade dialógica. A Linguística é visitada, buscando-se a conceituação do pronome (principalmente a partir de Benveniste) e considerando o funcionamento próprio da língua enquanto sistema de relações (a partir de Saussure). Tece-se um diálogo com a Aquisição de Linguagem (a partir da proposta interacionista de Cláudia Lemos), visto que tanto o nome próprio quanto a inversão e instabilidade pronominal fazem presença na fala de crianças em aquisição. Porém, a fala das crianças acolhidas na clínica apontam para uma fixação sintomática cuja estabilidade é justamente a instabilidade, a oscilação, a hesitação. Há uma singularidade na relação sujeito/língua/fala (do outro) que leva à necessidade de pensar este sujeito, o que nos leva à Psicanálise - dada a imbricação entre estruturação subjetiva e estruturação da linguagem. Esta imbricação é discutida no Grupo de Pesquisa “Aquisição, Patologias e Clínica de Linguagem” coordenada pelas Prof^a Dr^a Maria Francisca Lier-DeVitto e Prof^a Dr^a Lucia Arantes no LAEL/PUC-SP.

Palavras-chave: Linguagem. Pronomes. Psicose infantil.

ABSTRACT

This study discusses questions raised by children with strong difficulties concerning the use of pronouns, which leads to an embarrassing dialogical relationship. Those children enter the Speech Therapy Clinic with the psychiatric diagnosis of “global disorder” or “pervasive developmental disorders” or “autism” or “psychosis”. Their utterances are not addressed to the other-therapist – interestingly enough, there is no pronominal inversion between I/YOU, expected in dialogical situations. One effect of such a situation is that therapists tend to refer to themselves and the children by means of their proper names. Linguistics is here visited in search for adequate theorization and conceptualization concerning the pronouns (Benveniste is at stake). Saussure is also revisited, since he is at the basis of the so called European Structuralism. In the area of Language Acquisition, De Lemos’s article on the use of pronouns by children is a landmark in the field and was privileged in the present study. The author approaches the long period of glaring instability referring to both the proper name and pronoun reversibility in the process of language acquisition. There are, however, as pointed out above, children who do not reach a stable state – they fall into symptomatic/pathological classifications. The argument here stated and advanced is that instability gets stabilized. Psychoanalysis offers a consistent theorization about the *human subject* and also about its constitution. Given the perspective adopted in the thesis, that clinical field became an important source of theoretical research. Finally, the present study is affiliated to the CNPq Research Group "Acquisition, Pathology and Language Clinic" coordinated by Prof. Dr. Maria Francisca Lier-DeVitto and Prof. Dr. Lucia Arantes, at LAEL-PUCSP.

Keywords: Language Acquisition, Pronouns, Children and Psychosis.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - UMA VISADA LINGUÍSTICA SOBRE A QUESTÃO DOS PRONOMES PESSOAIS.....	23
1.1 Nomes, Pronomes: Pessoa, Não-pessoa.....	32
1.2 Sobre o Interacionismo em Aquisição da Linguagem e os Pronomes: o ponto de partida.....	35
1.2.1 O Interacionismo em Aquisição da Linguagem.....	36
1.2.1 Os Pronomes na Fala da Criança.....	39
CAPÍTULO 2 - O ATENDIMENTO DE MATEUS: A ENTRADA NA CLÍNICA.....	51
2.1 O Encaminhamento e o 'laudo' médico.....	52
2.2 A Clínica Fonoaudiológica.....	56
2.3 O Encontro com a Criança e sua Fala.....	59
2.4 Clínica de Linguagem.....	85
CAPÍTULO 3 - O OLHAR DA PSICANÁLISE SOBRE O SUJEITO : TECENDO CONSIDERAÇÕES.....	90
3.1. Constituição Subjetiva.....	91
3.1.1 Alienação.....	93
3.1.2 Separação.....	97
3.2. Psicose	101
3.3 Enunciado e Enunciação: breves considerações.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	117

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte da afirmação de que a Clínica de Linguagem deve ser, por necessidade lógica, orientada pela articulação consistente entre uma teoria de linguagem e uma teoria sobre o sujeito - trata-se de condição necessária para a sustentação do título que ostenta (LIER-DeVITTO, 2000; 2006 e outros)¹ e para que esta Clínica possa se colocar à altura dos acontecimentos que a autorizam: *falas sintomáticas*. A esse respeito, Arantes afirma que *a teoria* é “espaço de questões, que articula noções e conceitos: são eles que movimentam a relação do terapeuta com o material clínico, que conformam o seu olhar” e que, deve-se acrescentar, orientam ações clínicas (ARANTES, 200, p. 130).

Entre os referidos acontecimentos sintomáticos estão aqueles, bastante inquietantes, que nos remetem a *crianças que não falam*. A negação, aí, não exclui tais crianças da esfera da linguagem, ou seja, afirma-se, nas discussões desenvolvidas sobre a Clínica de Linguagem, que “carência de fala” não equivale à ausência de linguagem, isso porque *o linguístico* não se reduz ao empirismo da presença/ausência de oralidade. Entende-se, desse modo, porque crianças que *não falam* são recolhidas na clínica. Teorizar a partir destes casos tem-se mostrado caminho importante e necessário – eles convocam à desnaturalização da linguagem, da criança e da práxis clínica. Como assinalou Arantes, “estas crianças *não falam, mas ouvem* e (...), certamente, estão sob o efeito da fala do outro” (ARANTES, 2003, p. 60).

Cabe, neste momento, explicitar de maneira sucinta a clínica a qual nos referimos com a denominação Clínica de Linguagem, pois um aprofundamento será realizado no capítulo referente ao caso balizador das discussões desta dissertação. Lier De-Vitto (2006, p.184) coloca que “(...) a *clínica* é espaço instituído pela presença de um sujeito que tem uma queixa sobre sua fala (e sobre sua condição de falante) e que dirige uma demanda a um *outro* que é, por isso, investido da capacidade de produzir *mudanças*.” Tal mudança ocorre por meio de uma ação clínica do outro terapeuta, na filiação teórica aqui assumida, esta ação é *uma interpretação*² que, espera-se, possa incidir sobre o *sintoma* para aí produzir mudanças.

Sintoma é, portanto, o que leva o sujeito à clínica- seja por ele mesmo, ou por outros (família, escola) como no caso de crianças. Na Clínica de Linguagem, o sintoma refere-se a um ‘efeito’ de patologia na escuta dos falantes, e muitas vezes na do próprio falante. Assim,

¹ Este enunciado sustenta o programa teórico e teórico/clínico de instituição da Clínica de Linguagem, que foi oficialmente inaugurado em 1997, com o Projeto Integrado CNPq 522002-97/8, proposto e coordenado por Maria Francisca Lier-DeVitto, no LAEL-PUCSP. Trata-se de programa consolidado, que conta com amplo reconhecimento nacional e internacional.

² Remeto o leitor à SPINA DE CARVALHO (2003), que disserta sobre a interpretação na Clínica de Linguagem.

faz-se necessário “pesquisar sobre o que prende este corpo a uma fala faltosa e sempre renovada” (LIER-DeVITTO, 2003, p.243), discutir sobre o *sintoma na linguagem*, questão que, via de regra, é desproblematizada no campo das patologias de linguagem. Vemos na Fonoaudiologia, frequentemente, as falas sintomáticas sendo tomadas para aplicação de aparatos da Linguística (que terminam por higienizar a especificidade da fala, o inédito de uma fala singular, configurando um *mau* encontro dessas áreas) ou como sinal de uma questão orgânica/cognitiva ou emocional. De um modo ou de outro, “perdida, portanto, fica a afetação que o sintoma produz no outro e no próprio sujeito” (LIER-DeVITTO, 2006, p.187)

A Clínica de Linguagem, filiada ao Interacionismo- proposta de De Lemos³ (1992, 2002)- propõe-se a lidar com o *enigmático da fala sintomática* enquanto desafio para o outro-terapeuta, não como aplicação de um saber prévio, mas como um “não-saber” diante de um acontecimento linguístico singular. Busca-se, assim, depreender a relação sujeito/língua/fala, como sugere De Lemos, para aí agir. A partir desta filiação, assume-se na clínica o processo de subjetivação como solidário ao de estruturação de linguagem, o que nos leva – ou como efeito do - ao diálogo com outras áreas, mais precisamente com a Aquisição de Linguagem, a Linguística e a Psicanálise. Diálogo numa via contrária a de aplicação, pois cada área, e dentre elas a Clínica de Linguagem, tem um objeto que lhe faz (ou deveria fazer) questão. Acompanhamos Lier-DeVitto (2006, p.192) em sua fala: “Questão porque se busca construir uma clínica teoricamente orientada por uma reflexão sobre a fala e a linguagem: uma reflexão que implica a ordem própria da língua na discussão sobre o sujeito e(m) sua fala sintomática.”

Desse modo as questões que instigaram e que movimentam esta dissertação partiram da clínica, mais precisamente da inquietação levantada por crianças com marcante escassez e precariedade de manifestações linguísticas, crianças que têm relação muito incomum e constrangedora com outro. Refiro, neste trabalho, aquelas crianças que receberam diagnóstico psiquiátrico de “transtorno global/invasivo do desenvolvimento”; de “autismo” ou “psicose”.

Tais crianças foram primeiramente discutidas por Kanner (1943, 1966) como crianças que tinham uma tendência a um retraimento – desde a mais tenra infância, ao contrário do que ocorre na esquizofrenia. Psiquiatras contemporâneos (MERCADANTE et al, 2006; SCHWARTZMAN, 1997) trazem sob o termo ‘transtorno invasivo do desenvolvimento’, crianças cujo sinais inclui interação social qualitativamente prejudicada, prejuízo no uso de

³A proposta Interacionista será pontuada em capítulo específico sobre Aquisição de Linguagem

formas não verbais de comunicação e interação social (não desenvolvimento de relacionamento com colegas; ausência de comportamentos que indiquem compartilhamento de experiências e de comunicação como mostrar, trazer ou apontar objetos de interesse para outras pessoas; falta de reciprocidade emocional ou social)

Oliveira (2001) traz em sua pesquisa sobre ecolalia o caso de uma criança que falava, mas não dirigia seu olhar ao outro – ou o fazia de modo breve, fugaz, sem fazer foco; tampouco dirigia sua fala ao outro-terapeuta, numa fala sem endereço, que não convocava interpretação, trazendo o fato da criança não ser surda para a fala – tanto que fragmentos, da fala do outro, mas principalmente televisivos, retornavam em sua fala- porém era surda para *aquele* que fala. A pesquisadora traz, ainda, outro caso em que a *interação* parecia aparentemente ocorrer, pois a criança olhava, sorria, mas tal comportamento era repetido a todas as pessoas, indiferentemente, o que apontava para o “não-reconhecimento do outro” e para precariedade da interação.

Estamos diante de crianças que podem falar, mas que estão de modo não desejado na relação língua/fala/sujeito. Pois bem, estas crianças colocam dificuldades particulares na clínica – ganhando expressão notável o modo pelo qual o clínico se reporta a elas: predomina o uso do nome próprio da criança quando o terapeuta volta-se para ela (e/ou fala por ela) e, do mesmo modo, ocorre que o terapeuta refere, a si mesmo, utilizando o próprio nome. Há franca suspensão da dialética eu-tu que caracteriza a reversibilidade dialógica manifesta⁴. ‘Diálogos’ como estes são comuns quando conversarmos com bebês, quando falamos ‘com’ e ‘por’ ele, mas eles logo desaparecem. Nos monólogos de crianças pequenas (2,6m a 4a), o modo como o outro a elas se referem retorna em seus enunciados como restos do diálogo (LIER-DeVITTO, 1998 e 2006).

Na Clínica de Linguagem chegam crianças maiores *que não falam* ou *falam de forma não-esperada e estranha* – instaura-se uma relação problemática com o outro que, como disse, *‘responde’ de forma não menos estranha*, como busquei caracterizar acima. Esta complexa situação na cena clínica que obscurece o jogo entre falas, não deixa de suscitar

⁴Um clínico poderia dizer, por exemplo: “Maria vai brincar do que hoje? A Ana está esperando Maria pegar os brinquedos”, sendo “Maria” a criança e “Ana” a terapeuta. O estranho aí contido é que uma forma dialógica ganha contornos de referência a uma “terceira pessoa” – aquela que é mencionada, mas que não participa efetivamente do diálogo. Esta questão será trabalhada em momento oportuno nesta dissertação.

interrogações. Interrogações que, no meu caso, foram suscitadas em uma supervisão⁵. A pergunta feita, então, foi precisamente sobre a presença, em minha fala, do nome próprio da criança como forma de exclusão, i.e., não implicação dela no diálogo – ou seja, a insistência do uso de nomes próprios não seria uma forma de cronificar o “fora da relação”, de obstaculizar o acesso ao eu-tu do diálogo? A criança em questão estava com seis anos de idade, tinha comprometimento motor por consequência de Paralisia Cerebral, apresentava traços psicóticos (um olhar poucas vezes dirigido ao outro, ou que, como trouxe Oliveira (2001), era fugaz, atravessava o outro, um comprometimento no brincar, que focava partes de objetos, ou os tomava como algo para balançar no ar com movimentos incessantes e repetitivos mesmo diante de outras possibilidades motoras). Inicialmente a criança *não falava* (não havia impedimento motor grave em órgãos fonoarticulatórios que inviabilizasse a presença de movimentos articulados, mesmo que de maneira imprecisa). Trago aqui, novamente, a colocação de que não falar não significa estar fora da linguagem, e faço referência ao trabalho de Vasconcellos (1998, 2006) sobre crianças com paralisia cerebral que ‘falam’ por meio do olhar que indicam símbolos gráficos e que trazem em sua escrita marcas de oralidade: ‘há fala na escuta de sujeitos que não oralizam’. No caso desta criança, as vocalizações eram gritos e berros, mas na ocasião da supervisão –um ano após o início dos atendimentos-, era possível reconhecer alguns sons mais articulados, passíveis de interpretação e inserção numa cadeia de fala⁶, assim como um efeito da fala da terapeuta na da criança.

Durante as sessões, os movimentos corporais da criança –muitos deles estereotipados e/ou repetitivos- eram significados na fala da terapeuta, assim como suas vocalizações- mesmo que, inicialmente, fossem gritos-, pois o terapeuta busca fazer texto e criar um espaço discursivo em que a criança possa ser inserida, assim como o outro insere a criança na linhagem simbólica quando dá a ela seu nome próprio- daí pensarmos sobre esta categoria não apenas como uma exclusão, por ser referência a um *ele*. Nessa ocasião a insistência da presença dos nomes próprios era, portanto, notável.

Frente a isso, levantou-se a questão de que o uso do nome próprio (considerado “terceira pessoa”: *ele*), ao invés de permitir o acesso da criança à rede simbólica, poderia

⁵Supervisão realizada em grupo por ocasião do curso de Especialização em Linguagem no Núcleo de Formação em Clínica de Linguagem em 2006/2007.

⁶Numa sessão, a criança chegou à clínica dizendo “dopolála” que durante a sessão foi interpretado como “dá a bola”/“Tia Paula”. Na hora de ir embora a terapeuta fez a voz da criança, dizendo por ela: “Tchau tia Paula” E a criança, na sequência vocalizou: “to po lála”.

comprometer o processo de subjetivação- processo assumido como solidário à aquisição de linguagem (De LEMOS, 1992, 2002, 2006). Ela, a criança, apareceria no discurso do terapeuta cristalizada na posição de “terceira pessoa” e não implicada na alternância eu-você de um diálogo efetivo. Esta inquietação fez lembrar que essas crianças referem-se a si mesmas como “terceira pessoa” (*ele/ela/nome próprio*) ou permanecem coladas à fala do outro, referindo-se a si mesmo como *tu/você*, não atingindo a possibilidade de se designarem como *eu*. Tais observações sobre a presença do nome próprio na fala do terapeuta passou a me intrigar, pois a criança é lançada na rede de significantes como *ele/ela*, mas tão logo se apresenta como falante, espera-se que ela se sustente e sustente a alternância entre *eu/tu*. Esta é, também, a condição ainda não alcançada pela criança, mas almejada pelo terapeuta.

A questão, levantada na supervisão, como mencionamos acima, despertou uma busca por invalidar a hipótese de que a presença do nome próprio na fala do terapeuta ‘excluía’ a criança da relação de alteridade necessária para sua constituição; despertou, ainda, a busca em contrapor Benveniste quando ele afirma que “*eu* designa a pessoa que enuncia *eu*”, e de que o sujeito poderia estar presente na cadeia da fala de outra maneira, como pelo nome próprio, podendo esta ser uma marca de subjetividade, presença de uma constituição subjetiva. Porém, tal presença do sujeito na cadeia da fala, marca ou indício de subjetividade, é questão a ser ‘desnaturalizada’, principalmente quando estamos nos referindo a casos de crianças psicóticas. O estar ou não presente na cadeia por meio, seja do nome próprio ou do pronome, não diz de outra estruturação subjetiva, diz, sim, da especificidade da relação sujeito-linguagem. A pergunta feita em supervisão levou a uma motivação para a pesquisa que foi sendo ressignificada, tendo como foco não a refutação da hipótese, mas o desenho que tem a fala de uma criança psicótica, que particularidades essa fala impõe à escuta do clínico de linguagem.

Na ocasião de supervisão, trouxemos a hipótese de que tal presença poderia ser efeito, na escuta do terapeuta, da ausência de fala da criança, levando a uma interação entre falas semelhante àquela que observamos entre adulto/bebê – na qual o outro também faz a vez e a voz da criança. Certamente uma interrogação sobre o tempo cronológico decorre como questão, uma vez que a fala do terapeuta assemelha-se (em relação ao uso do nome próprio) à fala dirigida a bebês – que inquietante “volta para trás” é essa na clínica? De fato, uma criança grande em condição tão inquietante afeta a escuta do terapeuta e sua fala dirigida à criança. A idade cronológica é, portanto, o fator que define o efeito de estranhamento? Em texto de

2003, Lier-DeVitto traz uma discussão sobre o termo ‘patologia de linguagem’ a partir do tema: corpo e linguagem.

A autora traz que nas patologias de linguagem não podemos desconsiderar o falante, o corpo falante, pois, não estamos lidando com um falante ideal, mas com um falante real e singular: “simplesmente porque é na *execução* que o ‘patológico’ se mostra [...]. Execução que ultrapassa, sem dúvida, o limite do que se pode conceber como puramente ‘orgânico’ (LIER-DeVITTO, 2003, p.236)⁷. Desse modo, mesmo nos ditos casos de ‘retardo de linguagem’ a patologia não pode ser tomada pelo descompasso entre idade cronológica e aquisição de linguagem. O efeito de falas sintomáticas estão numa repetição, numa insistência em manter-se como são, de não seguir a linearidade cronológica suposta à aquisição da linguagem.

Lier-DeVitto (2006, p.186) traz uma indagação de Cláudia de Lemos por ocasião de discussão de caso de uma menina que a terapeuta dizia ter um quadro severo de retardo de linguagem: “de que serve dizer que esta criança tem oito anos?, que *idade* tem essa criança?”. Ou seja, de que vale a idade cronológica se o problema remete a uma insistência numa posição na linguagem? De fato, numa perspectiva estruturalista, como lembra Cerqueira (2006), relacionar aquisição de linguagem com tempo/idade cronológica é, sem dúvida, assumir uma posição inconsistente - e não menos do ponto de vista empírico ou clínico.

Tal aspecto foi trazido por De Lemos (2006) que, ao dizer das três posições em Aquisição de Linguagem, adverte que, mesmo que elas pareçam ser cronologicamente ordenadas, não implicam desenvolvimento, pois não há estados ordenados pelos quais a criança passa, mas sim *mudanças* de relação numa estrutura, composta pelos pólos língua/fala/sujeito.

Dizer que relações estruturais estão submetidas a um processo de obliteração não quer dizer que elas tenham sido apagadas. Obliteração deve ser entendida como “eclipse”: a lua permanece visível mesmo sob a sombra da terra. (De LEMOS, 2006, p. 31)

Se, por outro lado, a aquisição de linguagem fosse creditada a uma cronologia, estaríamos inferindo que a língua é objeto a ser aprendido/apreendido pela criança, sujeito

⁷Para aprofundar esta questão do falante que ‘ultrapassa’ os limites do orgânico remeto, mais uma vez, o leitor a Vasconcellos (1998, 2006)

epistêmico que, pouco ao pouco, tomaria este como seu objeto de conhecimento. Tal dizer é contrário à noção de *captura*. Portanto, para falar do sujeito de forma consistente com a concepção de linguagem como funcionamento linguístico, chega-se à noção de “captura”, recolhida, por De Lemos (1992), de Lacan (1966/1998), que nos leva à “suposição do inconsciente” freudiano.

“É a linguagem, ou melhor, le langage – e nela está incluído o outro enquanto semelhante e, na sua diferença, enquanto ‘outro’ – que precede e determina a transição da criança do estado de *infans* para o de falante.” (De LEMOS, 2006, p. 27) a criança é capturada pela linguagem que tem lugar na fala do outro, semelhante quanto a sua comunidade lingüística e dessemelhante quanto a sua subjetividade individual. A recusa da linguagem como “objeto de conhecimento” e da atribuição de “capacidades perceptuais” à criança foram temas centrais⁸ e verdadeiro pilar para a elaboração da visada alternativa, que foi o “Interacionismo”.

A aquisição de linguagem, conforme desenvolvida a partir da proposta de De Lemos, culmina, na década de 1990, (De LEMOS, 1992, 2002, 2006), na assunção de que *a criança é capturada pela linguagem*, tendo o outro já falante como agente do simbólico, ou melhor, ele é definido como ‘instância da língua constituída’, que lança a criança na rede de significantes, significando-a. No que concerne à linguagem, é no estruturalismo europeu que a autora se ancora. A língua (*la langue*) - que a fala do outro é lugar - pré-existe ao sujeito. Entende-se, assim, que o Interacionismo sustenta que o *processo de estruturação da linguagem* e o de *estruturação subjetiva* sejam solidários. Não é sem motivo que a Clínica de Linguagem tenha ali encontrado possibilidade de diálogo teórico (LIER-DeVITTO, 1994/7, 2005, 2006; LANDI, 2000; FONSECA, 2002). De fato, o Interacionismo vem ao encontro dos achados clínicos desta dissertação e estará nele implicado. Falas sintomáticas, contudo, apontam para crianças com problemas (pontuais e mais profundos) – crianças que não participaram das elaborações teóricas do Interacionismo e que foram privilegiadas na construção da Clínica de Linguagem coordenada por Lier-DeVitto (desde 1997).

⁸Pode-se afirmar que esses temas correlacionados foram solo seguro para o bloqueio de um pensamento psicológico sobre a aquisição da linguagem no Interacionismo. De especial interesse são alguns artigos dos primeiros tempos do Interacionismo, escritos por De Lemos (1982, 1986), e de teses defendidas sob sua orientação (Pereira de Castro, 1992; Lier-DeVitto 1998). Ver, também, Lier-DeVitto & Carvalho (2008), que fazem uma retrospectiva da proposta.

Arantes (2001, 2003); Arantes, Andrade & Lier-DeVitto (2005) refletem sobre “crianças que não falam” e indicam que essa categoria congrega casos bastante diferentes entre si. Arantes esclarece que nela há aqueles conhecidos de “atraso de linguagem”: a criança *não fala*, mas está, de algum modo, submetida ao simbólico, como mostra sua participação silenciosa (mas significativa) nos jogos de que participa. Neles, há “narratividade motora incontestável” (ARANTES, 2001) - a criança *faz texto* (M. T. LEMOS, 2002), seu *corpo fala* por meio de gestos e de expressões faciais (e sonoras). Resumidamente: essas crianças “fazem laço” com o outro e não recebem, com muita frequência, um diagnóstico de autismo ou de psicose. Diferentemente dessas crianças, aquelas diagnosticadas como psicóticas, com traços psicóticos ou como autistas *não* são, no campo da Fonoaudiologia, incluídas na categoria “atraso de linguagem” – são correntes e recorrentes, no campo, declarações de que se atende “um autista” ou uma “criança psicótica”, que atestam a especificidade desses casos. Tais crianças falam, mas sua fala não é endereçada ao outro (embora toda ela seja do outro), mesmo quando um aparente diálogo se estabeleça. São crianças que apresentam em suas falas blocos cristalizados de falas de outros, hesitações, falta de endereçamento e embaraços, o que leva a uma presença de modo indesejado do nome próprio e dos pronomes pessoais em sua fala (KANNER, 1966; OLIVEIRA, 2001; dentre outros).

Tais embaraços estão presentes, também, em falas que, adequadas do ponto de vista gramatical (daí mais um apontamento da limitação das aplicações da Linguística e da Aquisição de Linguagem) tem efeito de derivação de sentido, apresentam uma fala que “faz sistema”, mas que não sustenta o sentido, como mostra Lier-DeVitto (2003, p. 242) a partir do fragmento de sessão fonoaudiológica de uma menina de 8 anos:

T. O seu pai veio com você?

Cr. Veio

T. Vocês vieram de ônibus?

Cr. Não.

T. O seu pai trouxe você de carro?

Cr. É...ele está trabalhando.

T. trabalhando?! O que seu pai *faz*?

Cr. *Ele faz de propósito.*

Para a autora, “esta fala em deriva remete a um falante que, quando chamado a responder pelo que diz, cede a vez ao jogo cego das referências internas da língua.” (idem). Jogo que nos intriga, pois gera efeitos tanto na aquisição quanto na patologia de linguagem. Como aponta Lier-DeVitto (2003, 2006), Arantes (2001) dentre outros pesquisadores do Projeto Aquisição, Patologia e Clínica de Linguagem, partiremos do inquietante encontro com a fala da criança, especificamente nesta dissertação com a impossibilidade de certas crianças de ocuparem posição no diálogo, com o surpreendente acontecimento da referida “impossibilidade de reversão pronominal eu/você”. Decorrência disso é que as posições no diálogo são marcadas pelo uso dos nomes próprios da criança e do terapeuta. A presença do nome próprio, na fala do terapeuta, e talvez também na da criança, pode ser motivada por ser o nome próprio um significante que designa, tem um referencial mais estável, ao contrário dos pronomes que trazem uma falta de estabilidade referencial, que podem ser até mesmo considerados ‘*signos vazios*’.

Alguns autores da Linguística e da Aquisição da Linguagem serão consultados sobre a questão dialógica e sobre a natureza dos pronomes e dos nomes próprios. Benveniste (1956/2005) nos diz que *nomes* têm uma representação “mais objetiva”, que é sempre idêntica. Já os pronomes não constituem uma classe de referência - não há ‘objeto’ que possa ser definido como *eu*, pois, a cada enunciação, o *eu* ganha nova referência. O autor pergunta: “Qual é a realidade a qual se refere o eu/tu?” e responde: é a “realidade de discurso, que é coisa muito singular.” (BENVENISTE, 1956/2005, p. 278) Jespersen (1922) e Jakobson (1957/1963)⁹ falarão em termos *shifters*- termos viajantes. Note-se, contudo, que tais colocações apoiam-se na relação palavra-coisa, entre significante e referente, uma abordagem que merece ser questionada e será, neste trabalho, não só a partir da teorização introduzida por Saussure sobre o signo linguístico e sobre o valor linguístico - vale lembrar a forte afirmação do autor de que a língua não é uma nomenclatura - como também a partir do reconhecimento de que a estrutura é lugar de irrupção do sujeito (MILNER 1978 e LIER-DeVITTO & FONSECA, 2012). A Aquisição da Linguagem é trazida por ser o espaço em que são mencionadas as dificuldades envolvidas na aquisição dos pronomes. Adianto que essencial, para este trabalho, é o artigo de De Lemos (2004) em que a autora discute o longo processo de estabilização dos pronomes na fala da criança - principalmente do *eu* e do *tu/você*, pessoas do

⁹JAKOBSON (1957/1963) Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe. *Essais de Linguistique Générale*. Paris: Minituit (p. 176-206)

diálogo – assim como sustenta a impossibilidade de separar língua e falante, já que é na fala que a alternância entre *eu/você* são significados: o uso do pronome é definido pela posição do sujeito frente ao outro e à própria fala: a alternância *eu/você* se estabiliza quando a criança toma posição frente ao outro, deslocando-se, por isso, da posição em que é falada pelo outro. (De LEMOS, 2004)

Refletimos sobre a problemática da estruturação subjetiva de crianças e de suas falas sintomáticas e levantamos uma interrogação sobre a natureza da operação de *captura* quando ficamos frente a crianças que resistem ao jogo estrutural da alternância entre *eu/tu*. Se, como diz De Lemos (2004, p. 24) “é a face discursiva de estar na língua e, nela/por ela, ser referido como *eu*, que responde pelo efeito imaginário de permanência do *eu*”, as crianças implicadas nesta dissertação mostram, no discurso, que estão na língua de modo sintomático: suas falas são manifestações vivas de uma presença estranha e indesejada de pronomes pessoais e do nome próprio, como indicado acima¹⁰. Na Aquisição de Linguagem embora o caminho para a estabilização do pronome seja assumido como tortuoso, ele tende a uma estabilização desejada e esperada¹¹. Para algumas crianças, porém, esse caminho não se realiza. Do ponto de vista teórico e empírico (além do clínico) os pronomes despertam interesse particular porque são categorias enunciativas que refletem de forma notável a especial confluência ou imbricação entre estruturação da linguagem e estruturação subjetiva: a aquisição dos pronomes pessoais e os desarranjos de suas manifestações favorecem a discussão da *captura* do ser pela linguagem.

Falar em *captura* exige a presença de considerações sobre o sujeito que nos aproxima da Psicanálise. Este termo foi introduzido por Lacan (1966/1998, 1964/1998) e incorporado por De Lemos (1992) à proposta Interacionista para dar força a argumentos teóricos e empíricos contrários à hipótese sobre o sujeito, conforme é veiculada na Psicologia e vigente na Aquisição da Linguagem, i.e., sujeito epistêmico com capacidades perceptuais e cognitivas suficientes para analisar a linguagem (como objeto), apropriar-se dela e internalizá-la sob a

¹⁰No mesmo artigo, que será comentado no capítulo 1, Lemos discute dados de fala de crianças em que há instabilidade entre primeira e segunda pessoa (*eu/tu*) e vice-versa - uma instabilidade que, segundo ela, remete à re-instauração de cena já vivida. Tal colocação nos leva a dizer que pronunciar o pronome *eu* não pode, por si só, ser tomado como referência àquele que fala - a criança pode estar alienada à fala do outro, ainda submetida à cena vivida, ou em posição transitória entre ser narrador ou personagem. Por esta via, questionamos Benveniste (1991) quando afirma que o “*eu* designa a pessoa que enuncia *eu*”.

¹¹Este é o ideal que dá vida à Aquisição da Linguagem (LIER-DeVITTO & ARANTES, 1998), é esse ideal que recorta os limites do campo (LIER-DeVITTO & ANDRADE, 2010).

forma de conhecimento (como categorias e regras). O termo *captura*, como veremos, se distancia radicalmente desse pressuposto. A Clínica de Linguagem compartilha, com o Interaconismo, tanto a hipótese sobre a linguagem, quanto a hipótese sobre o sujeito do inconsciente.

O Interacionismo e a Clínica de Linguagem nutrem-se do estruturalismo europeu – melhor, dão reconhecimento à ordem própria da língua (SAUSSURE, 1916) e seu movimento na fala (JAKOBSON, 1954, 1960/ 1999; BENVENISTE, 1964/ 2005) e, tem como pano de fundo teórico a articulação língua, fala e sujeito. A noção de língua como ‘sistema de valores puros’ é a mola-mestra do raciocínio linguístico que orienta interpretações e procedimentos clínicos. Assume-se que o valor (categorial ou de sentido) de um termo se constitui na sua relação com outros termos do sistema linguístico: “o valor de um resulta tão-somente da presença simultânea de outros” (SAUSSURE, 1916/2004, p. 133).

Assumir a filiação ao pensamento de Saussure exige, por necessidade lógica, abandonar a concepção de sujeito psicológico (a língua é uma “carta-forçada” – SAUSSURE, 1916, p. 85). A hipótese que lhe é compatível é aquela da Psicanálise, i.e., de sujeito do inconsciente. De Lemos (2002) fala em corpo pulsional – corpo que demanda interpretação, “corpo significante e significado” (VASCONCELLOS, 1998, 2006).

Esta dissertação não poderia deixar de destinar um olhar aprofundado para a questão do sujeito, da constituição subjetiva. Procuraremos dar um passo que não se restrinja a classificações que se contentam em descrever comportamentos estranhos de crianças autistas, psicóticas ou com traços psicóticos (KANNER, 1966; SCHWARTZMAN, 1997). A aproximação à Psicanálise torna-se, portanto, necessária para refletir sobre a especificidade de uma estruturação subjetiva que, solidária à estruturação de linguagem, nos permita apreender o sentido dos embaraços da criança com a linguagem – entre eles, o uso surpreendente dos pronomes pessoais. Quando assumimos a hipótese do inconsciente, somos levados a considerar, por exemplo, que *o inconsciente* é o “outro sujeito” ao qual o *eu* está intimamente ligado, mas que não é o mesmo. Para o *eu* que fala o *sujeito do inconsciente* é um *ele* (KAUFFMAN, 1993/2008). Com estas questões iniciamos esta dissertação.

Capítulo Um

Uma visada linguística sobre a questão dos pronomes pessoais

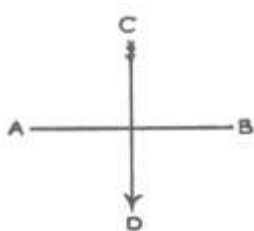
Para discutir sobre a presença do nome próprio e dos pronomes pessoais na fala de crianças não podemos deixar de nos remeter a Emile Benveniste, um linguista do estruturalismo europeu, que se debruçou sobre este tema. O interesse maior em Benveniste diz respeito ao fato de sua reflexão não se restringir ao “sujeito gramatical”. Ele introduz a Teoria da Enunciação, caracterizada como o processo em que o sujeito-falante se apropria do sistema linguístico para comunicar. O sistema linguístico a que se refere o autor é aquele proposto por Saussure (1916). Em: *Os níveis da análise linguística* (BENVENISTE, 1964/1976), ele declara que tal “procedimento de análise” será estudado no domínio “da língua como sistema orgânico de signos linguísticos” (BENVENISTE, 1964/176, p. 127). Essa filiação ao pensamento de Saussure, claramente enunciada, nos obriga a abordar - mesmo que sucintamente - o *Curso de Linguística Geral (CLG)*. Sem isso, não poderíamos compreender o ‘passo’ dado por Benveniste - as aspas denotam um movimento que não deve ser entendido com um “ir além” de Saussure, mas como um movimento que introduz uma novidade: a de pressionar a teorização na direção da fala e do falante. Não há “ruptura” em relação a Saussure - Benveniste não é anti-saussureano, pelo contrário: ele expande o escopo teórico, mas a partir dos fundamentos e postulados do CLG.

Saussure não faz menção ao termo estrutura (ele fala em sincronia). Segundo Orlandi (1986), o uso deste termo foi iniciado por seus sucessores para fazer referência à organização interna da língua, que ele chamava de “sistema”. Tal uso valoriza a ideia de que cada elemento da língua só adquire valor na medida em que se relaciona com o todo de que faz parte: qualquer unidade linguística se define pela posição que ocupa na rede de relações que constitui o sistema da língua. Não se poderia, a partir desta concepção, sustentar que a língua seja uma *nomenclatura* (um conjunto de termos que servem para nomear / designar coisas no mundo ou representar pensamentos).

Uma estrutura é muito bem esclarecida pela explicação de Saussure quando recorre ao jogo de xadrez. Neste jogo uma peça tem seu valor adquirido não no material do qual é feito (peças de marfim ou tabuleiro de madeira), ou de sua figura aparente (cavalos, rainha, rei ou o quadriculado do tabuleiro). O valor é definido pela oposição que uma peça tem com outras e pelas regras que restringem os movimentos das peças no tabuleiro. Assim como é irrelevante o material da peça do xadrez, “é impossível que o som, elemento material, pertença por si só a língua. Ele não é, para ela, mais do que uma coisa secundária, [o som] *matéria que põe em*

jogo.” (SAUSSURE, 2004, p. 137) (ênfase minha). Os elementos linguísticos, portanto, não preexistem ao sistema - eles se definem negativamente (são o que os outros não são).

Sendo a língua um sistema de relações, Saussure irá explicitar que relações são essas: *relações sintagmáticas (relações em presença no eixo da sucessão)* e *relações associativas (relações em ausência no eixo da substituição)*.



1º o eixo das simultaneidades (AB), concernente às relações entre coisas coexistentes, de onde toda intervenção do tempo se exclui, e 2º o eixo das sucessões (CD), sobre o qual não se pode considerar mais que uma coisa por vez, mas onde estão situadas todas as coisas do primeiro eixo com suas respectivas transformações.¹²(SAUSSURE, 1916/2004, p. 95)

A língua é, pois:

Uma *faculdade de associação e de coordenação* que se manifesta desde que não se trate mais de signos isolados; é essa faculdade que desempenha o principal papel na organização da língua enquanto sistema (SAUSSURE, 1916/2004, p. 21) (ênfase minha).

Em outros termos: a relação sintagmática diz respeito ao encadeamento de elementos na linearidade temporal da fala, do discurso: “Colocado num sintagma, um termo só adquire valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos” (SAUSSURE, 2004, p. 142).

Adiante, trataremos a noção singular de *frase* em Benveniste (como pertencente, ao mesmo tempo, ao sistema linguístico e ao discurso). Apresento, por ora, uma questão de Saussure:

¹²Optamos por deixar a citação conforme o texto original. Porém, alertamos para uma discordância. Ao dizer eixo das simultaneidades devemos nos referir ao eixo (CD), eixo das relações associativas; ao dizer dos eixos das sucessões devemos nos referir ao eixo (AB), eixo das relações sintagmáticas, e não o inverso como no texto.

A frase é o tipo por excelência de sintagma. Mas ela pertence à fala e não à língua¹³; não se segue que o sintagma pertence à fala? Não pensamos assim. É próprio da fala, a liberdade das combinações; cumpre, pois, perguntar se todos os sintagmas são igualmente livres (SAUSSURE, 1916/2004, p. 144) .

A relação associativa, diferentemente, estando *fora do discurso*, associa elementos que fazem parte “desse tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo” (SAUSSURE, 2004, p. 143). Tratam-se, a rigor, de relações de oposição entre termos:

Os grupos formados por associação mental não se limitam a aproximar os termos que apresentam algo em comum; o espírito capta também a natureza das relações que os unem em cada caso e cria com isso tantas séries associativas quantas relações diversas existam [...] *uma palavra* qualquer pode sempre evocar tudo quanto seja suscetível de ser-lhe associado, de uma maneira ou de outra” (SAUSSURE, 1916/2004, p. 145-6) (ênfase minha)

Considere-se que não apenas “uma palavra”, mas *um som, uma frase, todo e qualquer significante*, i.e., toda e qualquer unidade provoca, invoca associações. Saussure dedica-se a explicitar a natureza do *objeto* da Linguística (*la langue*) – *la parole* -domínio da manifestação linguística, que implica um falante-, não é teorizado. Esse foi o custo da fundação desta ciência. Frente à “assistematicidade” de *la parole*, fica-se com o que é universal: o sistema linguístico.

O sistema linguístico é, portanto, um mecanismo que é “perene e universal”, com leis gerais de referência interna (as operações “em presença” e “em ausência”), que operam sobre elementos concretos (matéria sonora de uma língua). Sendo esta a natureza do “objeto”, como passar para a esfera da fala/discurso? Benveniste elabora a Teoria da Enunciação – sua questão central é, como ele diz, o “emprego da língua”:

¹³O autor remete o leitor à p. 21 do Curso de Linguística Geral

[A enunciação é] um mecanismo *total e constante* que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira (...). A enunciação é este *colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização* (BENVENISTE, 1970/2006, p. 82) (ênfases minha).

A enunciação é “um ato individual de utilização”, notável é a forte relação de Benveniste com Saussure para quem “da fala o indivíduo é senhor” (SAUSSURE, 1916/2004, p. 21). No *discurso*, a língua é posta em movimento, a enunciação (ato individual) é determinada pelo *diálogo*, pela *relação eu-tu*. A relação do locutor com a língua “determina os caracteres linguísticos da enunciação.” (BENVENISTE, 1970/2006, p. 82) Desse modo, enunciar envolve, também, *relação com o sistema de uma língua*. O sujeito falante, portanto, toma posição frente ao sistema. Benveniste considera, deste modo, a *subjetividade na linguagem*. Embora sendo a enunciação um ato do sujeito, ela *depende do diálogo* (do tu) e da *colocação em uso* do sistema de uma língua pelo falante. Note-se que a noção de uso assenta o sujeito numa posição de controle de seu ato (frente ao outro e a sua língua). Benveniste fala em “diálogo” e caracteriza a intersubjetividade como um acontecimento linguístico por excelência¹⁴.

Para melhor compreendermos a posição de Benveniste acerca do sujeito da enunciação e, por conseguinte, sobre os pronomes, parece-me importante um texto essencial de *Problemas de Linguística Geral I*: “Os níveis de análise linguística”. Ali, ele nos diz que, na Linguística, “a realidade do objeto não é separável do método próprio para defini-lo” (BENVENISTE, 1964/2005, p. 127)¹⁵. Benveniste explicitará o método que abrirá caminho para o desenvolvimento de sua teorização que é de suma importância para esta dissertação, uma vez que nosso foco está colocado nos pronomes – no modo como eles são enunciados pelo falante.

Desse movimento do autor é central (embora de certo modo, subjacente) a articulação entre os eixos sintagmático e associativo, propostos por Saussure como sendo aqueles que movem o

¹⁴Tal ideia de sujeito e de intersubjetividade, como veremos, nada compartilha com a da Psicanálise.

¹⁵Saussure diria o mesmo de outra maneira: “é o ponto de vista que cria o objeto”(SAUSSURE, 1916/2004, p.15).

funcionamento de *la langue*. A rigor, ele mobilizará, de forma bastante singular, os dois eixos. A noção de *nível*, segundo ele, faz “justiça à natureza articulada da linguagem e ao caráter discreto de seus elementos” (BENVENISTE, 1964/2005, p. 127). Isso posto, ele mostrará que há desequilíbrio entre os eixos ao indicar que as operações de *segmentação* (sintagmática, em Saussure) e de *substituição* (associativa, em Saussure) só estão em perfeito ajuste quando a unidade é o signo. A operação de segmentação consiste em segmentar a fala em porções cada vez mais reduzidas até atingir unidades não decomponíveis. A operação de substituição identifica elementos discretos de diferentes níveis (extensões variadas). Vejamos, então, o raciocínio de Benveniste.

Seguindo as operações supramencionadas temos que *o mecanismo da segmentação deixa de operar* quando chegamos ao merismático – limite da análise linguística. Note-se que apenas o eixo da substituição pode operar, de modo que a segmentação e a substituição não tem o mesmo alcance. O nível mínimo das entidades segmentáveis é o fonema, nível fonemático; mas a análise pode ir além e nos fonemas isolar os traços distintivos. Esses traços do fonema, entretanto, não podem ser segmentáveis, mas podem ser substituídos, o que leva a um outro fonema (nível que lhe é superior). Vamos a um exemplo:

No fonema [b] podemos reconhecer os seguintes traços distintivos: oclusão, ponto de articulação bilabial, sonoridade, ressonância oral. Nenhum deles pode realizar-se por si mesmo fora da articulação fonética em que se apresenta, não podem ser segmentados nem podemos determinar-lhes uma ordem sintagmática. Porém, estes traços admitem substituição: o traço de sonoridade pode ser substituído pelo ensurdecimento, o que nos leva ao fonema [p]; o de ressonância oral pode ser substituído pela nasalidade, o que resulta no fonema [m] e assim por diante.

Há outro limite, desta vez, no nível superior – o da frase. Nele, *deixa de operar o mecanismo da substituição*. Por quê? A resposta de Benveniste é: a frase tem constituintes, mas o sentido de uma frase não é a soma dos significados de seus constituintes - a frase é, nesse sentido, ela mesma, um signo. Importante, porém, é que, afirma Benveniste, uma frase *não pode ser substituída por outra frase equivalente* porque ela é ao mesmo tempo uma *unidade da língua* e uma *unidade do discurso*. Benveniste chega aonde queria – a frase é regida pelas *leis de referência interna* da língua¹⁶, mas é, também e simultaneamente, *uma*

¹⁶Sobre este ponto, sugiro a leitura de LANDI, R. (2007 e 2009), que nos oferece uma interpretação valiosa.

proposição ou unidade do discurso. Uma proposição ocorre no tempo e no espaço – ela envolve um falante e é, portanto, afetada por leis de *referência externa*: ela é “a própria vida da linguagem em ação. Concluímos que se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso” (BENVENISTE, 1964/ 2005, p. 139)

Seguindo, então, Benveniste, vemos que a frase adquire dupla propriedade: carrega o sentido da estrutura linguística e, ainda, *designa* algo do mundo dos objetos. Os pronomes pessoais são, acrescenta ele, “signos vazios” – terão sua *designação* unicamente na cadeia da fala. Conclui ele: a frase é da ordem da língua, mas seu sentido é da ordem da enunciação. Este é o “ponto de vista” do autor que deduz a partir de uma ação sobre os eixos saussureanos, uma teoria – a da Enunciação, que introduz exigências teóricas importantes: teorizar sobre o falante, sobre unidades do discurso, sobre a relação entre língua e discurso. Sendo os pronomes pessoais que trazem, justamente, a marca da subjetividade na linguagem, o autor dedicará alguns textos para tratar da questão, entre eles, *A natureza dos pronomes* (BENVENISTE, 1956/2005).

O emprego do *eu* acontece na presença do outro, o *tu* (e vice-versa), como disse acima. Nenhum dos dois se concebe sem o outro. O diálogo, portanto, constitui a *pessoa*: “É numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade” (BENVENISTE, 1958/2005, p. 287). Este ponto sobre o emprego do *eu* e do *tu*, deve permanecer em nossa reflexão sobre a presença do nome próprio e do pronome, no caso de crianças com quadros psicóticos. Se na enunciação é fundamental a acentuação da relação discursiva entre locutores, haverá enunciação quando um diálogo efetivo não se estabelece como no caso de falas de crianças autistas/psicóticas que, muitas vezes, não são endereçadas ao outro?

Para Benveniste, as principais marcas de subjetividade são os pronomes *eu* e *tu*, que são formas linguísticas que indicam *pessoas*, logo, indicam *sujeitos*: o sujeito, marcado na correlação de pessoa caracteriza a noção de subjetividade em Benveniste. Os pronomes distinguem-se de outras designações porque não têm referência definida previamente - são estabelecidos apenas na enunciação, na realidade do discurso, na língua posta em movimento por um falante. Dito de outro modo, os pronomes (assim como os demonstrativos e o tempo linguístico) ‘nascem’ na enunciação, fora dela são categorias vazias: “(...) a enunciação é

diretamente responsável por certas classes de signos que ela promove literalmente à existência” (BENVENISTE, 1970/2006, p. 86) – caso dos pronomes pessoais.

Benveniste pergunta: “Como é que o mesmo termo (pronome pessoal) poderia referir-se indiferentemente a qualquer indivíduo e ao mesmo tempo identificá-lo na sua particularidade?” (BENVENISTE, 1958/2005, p. 288)¹⁷. Ele a responde por meio da definição de *signos vazios*, i.e, que não têm referente fixo no mundo – depende da enunciação, como disse, porque designa aquele que o pronuncia (o locutor), que funda sua subjetividade no discurso. Por isso, com os pronomes, deixa-se o sentido interno ao sistema linguístico e passa-se à designação de algo externo: a um *referendum* identificável nos locutores de uma língua particular.

Na linguagem aparece o sujeito, o *eu*, o que nos leva à questão do tempo – ao tempo em que um sujeito está, em que aparece na linguagem. Também, outras referências dependem do sujeito – os chamados dêíticos, que em torno dele se organizam, como, por exemplo, as expressões ‘isto, aqui, agora’. A temporalidade linguística, discutida em *A linguagem e a experiência humana*, decorre da enunciação – ela marca um ‘presente’: o tempo em que *um* sujeito fala. A subjetividade na linguagem, para Benveniste, é a capacidade do locutor de propor-se como sujeito, de aparecer no discurso (BENVENISTE, 1965/2006).

O falante, em Benveniste, é o lugar da transformação da *sentença* (unidade do sistema da língua) em *proposição* (unidade do discurso/da enunciação)¹⁸ que ocorre no instante que um ato subjetivo de enunciação acontece no espaço discursivo, que é intersubjetivo. É na noção de “ato” que reside a força controladora do falante – momento em que ele se faz “senhor da língua”, que é usada como instrumento de comunicação no diálogo.¹⁹

Importa assinalar que a noção de instrumento, em Benveniste, é identificável a “meio”, veículo e não a “instrumento” (objetos fabricados) porque a linguagem não foi fabricada pelo homem – ela é inerente ao humano, embora *adquirida* por meio da fala: “Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando [a linguagem]”

¹⁷Remetemo-nos, aqui, à colocação de Lemos a ser discutida posteriormente: “Ainda que, como os outros pronomes, a referência pelo *eu* seja momentânea ou efêmera, como se depreende da definição- “*Eu* designa a pessoa que enuncia *eu*”- ao *eu* não se pode negar um efeito de permanência.” (2004, p. 21)

¹⁸Ver, a esse respeito, “Níveis de análise linguística” uma enunciação é um “ato de julgamento, de juízo” e não mera “emissão de fala”. (BENVENISTE, 1964/2005)

¹⁹ Indico a leitura do artigo de Lier-DeVitto & Fonseca (2008) sobre ‘equivoco’ e ‘diálogo’ no âmbito da Clínica de Linguagem.

(BENVENISTE, 2005, p. 285). Devo assinalar que a enorme conquista teórica de Benveniste, que corresponde a trabalhar o problema da enunciação, não torna absolutamente consistente as explicações sobre o falante, sempre aquele que “faz uso da linguagem”. Ressalvas e contornos explicativos não lhe retiram a veste de sujeito epistêmico.

Benveniste, de fato, chega a afirmar que tal apropriação *não é consciente*, mas, como acontece em todas as ciências humanas, “consciente” é, ali, também antônimo de “inconsciente”, quer dizer, *inconsciente não é funcionamento* (como na Psicanálise) que determina efeitos enunciativos ou posições do sujeito – ele é apenas termo oposto a consciente. De fato, tal colocação do autor nada interfere em sua concepção de sujeito como epistêmico, mesmo tendo escrito o artigo *Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana* (1956/2005, p. 81-84) destinado a discutir a linguagem considerando a proposta de Freud. Benveniste vai à Freud, - tem interesse por uma área que privilegia *aquilo que o paciente diz*, independente de ter sido o acontecimento narrado vivido (ou não) – esse dizer é fato de linguagem e possibilidade de ficção - isso porque: “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*” (BENVENISTE, 1958/2005, p. 286).

Como diz nosso autor, na Psicanálise o acontecimento empírico, para o analista, *não tem realidade a não ser no e pelo discurso do paciente*, ou seja, “o que confere autenticidade ao fato é sua *ocorrência na fala*: “Do paciente ao analista e do analista ao paciente o processo inteiro opera-se por intermédio da linguagem” (BENVENISTE, 1956/2005, p. 82). Este trabalho de Benveniste interessa para todos aqueles que, como eu, têm uma prática clínica em que a linguagem é central – o que o paciente diz deveria poder ser recolhido por uma escuta pautada por esta força da linguagem.

Importa apontar algumas conclusões alcançadas pelo autor ao colocar em paralelo as “duas linguagens”: a do discurso e a do inconsciente. Benveniste nos diz que, tendo o analista “a palavra como meio” e “o discurso como domínio” no processo analítico, o analista busca provocar a emergência de uma história que toque a motivação do discurso. Para Benveniste, “[o analista] tomará o discurso [manifesto] como intermediário de outra ‘linguagem’, que tem suas regras, seus símbolos e sua ‘sintaxe’ próprios (...) que remetem às estruturas profundas do psiquismo” (BENVENISTE, 1956/2005, p. 85).

Uma diferença essencial diz respeito ao que o autor designa como “teoria do símbolo” na Psicanálise e na Linguística. Benveniste diz o seguinte: os múltiplos significantes e o

significado único, que emergem na situação, estão relacionados à mesma motivação – aquela que a análise se pretende fazer vir à tona. A *sintaxe*, na qual se encadeiam os símbolos inconscientes, não conhece nenhuma lógica - ou seguem apenas da sucessão. Já o simbolismo linguístico é aprendido, o que remeteria ao fato dele “ser coextensivo à aquisição que o homem faz do mundo e da inteligência, com os quais acaba por unificar-se” (BENVENISTE, 1956/2005, p. 92). Ou seja, os símbolos da linguagem se combinam em numerosos sistemas formais (as diferentes línguas).

No processo analítico, acrescenta Benveniste, importam as rupturas no discurso (além de seu conteúdo) – elas seriam brechas abertas pelo discurso do inconsciente no discurso manifesto. O autor parece reconhecer o inconsciente freudiano, mas esse reconhecimento não é estendido para suas reflexões linguísticas – para a Teoria da Enunciação: ali, a subjetividade é outra. Como disse acima, trata-se daquela que coloca o falante agente e ator do ato de enunciação. Mesmo admitindo, ao final do texto: “aquilo a que chamamos inconsciente é responsável pela maneira como o indivíduo constrói a sua pessoa, (como) afirma, recalca ou ignora isto, motivando aquilo” (1956/2005, p. 94). Benveniste parece, de fato, dar reconhecimento a Freud, mas, como vimos, este reconhecimento não tem efeito sobre o sujeito falante por ele conceituado: ele separa o que é da Psicanálise e o que é da Linguística (da Teoria da Enunciação) – não articula *o inconsciente* em sua teorização sobre a linguagem.

1.1 NOMES, PRONOMES: PESSOA, NÃO-PESSOA

Quanto aos nomes – os substantivos -, diz Benveniste, eles têm uma representação mais constante, objetiva (virtual ou atualizada num discurso) e permanece sempre idêntica. Nisso eles são diferentes dos pronomes pessoais que dependem de cada enunciação para ganhar referência. Como vimos, as formas pronominais remetem à realidade do discurso –por isso, são unidades de conversão da língua em discurso.

Neste momento, pergunto: o nome próprio não seria, também, expressão de subjetividade – ele não instaura o sujeito que fala? Benveniste em *Estrutura das relações de pessoa no verbo* (1946/2005, p. 247-259) afirma que “o verbo é, como o pronome, a única espécie de palavra

submetida à categoria de pessoa” (BENVENISTE, 1946/2005, p. 247) – eles são, como os pronomes, atualizados no discurso (sem forma virtual e objetiva). O verbo, sabemos, traz marca de pessoa em sua flexão (marca de subjetividade, portanto). Acontece que a articulação *nome próprio / verbo flexionado em primeira pessoa* é incorreta na Linguística. Por essa via, o nome próprio designaria uma não-pessoa do discurso. Lembremos: *eu*, por alocação, define o *tu* na instância de discurso - *eu* e *tu* designam pessoas²⁰.

No texto mencionado acima, Benveniste assinala que desde os gramáticos árabes, a primeira pessoa é definida como *aquela que fala*; a segunda pessoa como *aquela a quem se fala* e a terceira pessoa como *aquela de quem se fala*, i.e., *o ausente*. Tal distinção, diz ele, revela a “disparidade entre a terceira pessoa e as duas primeiras”. Benveniste introduz, assim, a oposição entre *pessoa* e *não pessoa*: *eu* e *tu* pertencem à categoria de *pessoa*, o *ele*, à categoria de *não-pessoa*: “da terceira pessoa, porém, um predicado é enunciado somente fora do *eu-tu*.” (1946/2005, p. 250). Podemos, neste ponto, relacionar o *nome próprio* ao *ele*, tendo em vista a flexão verbal que os acompanha. Como pensar, contudo, a situação efetiva em que o *nome próprio* é utilizado, pelo falante, no lugar do *eu* e/ou do *tu*? Faria o nome próprio relação com a *não-pessoa* – aquela excluída do diálogo? Para abordar esta pergunta, parece-nos importante aprofundar um tanto a diferença entre os pronomes pessoais *eu/tu*- pessoas do diálogo- e *ele*, que está fora dessa *articulação entre pessoas do discurso*.

Há duas características marcantes nesta diferença entre *eu/tu* e *ele*, quais sejam:

- (1) *Eu* e *tu* têm *unicidade* específica –são, ambos, sempre únicos a cada vez;
- (2) *eu* e *tu* são reversíveis (justamente neste lugar que ocorrem os embaraços da criança na aquisição de linguagem e, mais ainda, na esfera das patologias da linguagem)

Diferentemente,

²⁰Nesta dissertação, pode ser que tenhamos que circunscrever o uso do nome próprio como “primeira pessoa”, apesar dele vir flexionado como “não-pessoa”, nos termos de Benveniste.

(3) *ele* pode ser uma infinidade de sujeitos, ou até ser nenhum;

(4) *ele* não designa ninguém, não se alterna com nenhuma pessoa.²¹

O autor assinala, ainda: “Se percebo duas instâncias sucessivas de discurso contendo *eu* proferidas pela mesma voz, nada me assegura de que uma delas não seja um discurso referido, uma citação na qual *eu* seria imputável a outro” (BENVENISTE, 1956/2005, p. 278). Este problema alerta para outro que diz respeito ao “emprego dos pronomes”. Para o autor, sendo *signos vazios*, sem referência objetiva, os pronomes *não podem ser mal empregados*. Trazemos, como início de reflexão, uma colocação do próprio Benveniste: “é identificando-se como pessoa única pronunciando *eu* que cada um dos locutores se propõe alternadamente como ‘sujeito’. Assim, o *emprego* tem como condição a situação de discurso e nenhuma outra” (1956/2005, p. 280).

Benveniste, como vimos, dá um passo na direção da fala e do falante. Isso o leva a discutir questões relativas à subjetividade na linguagem, ao ato de enunciação, ao emprego dos pronomes e do nome próprio. Este autor é, por isso, referência obrigatória nesta dissertação. Benveniste, embora tenha uma reflexão notável sobre o assunto, não pergunta sobre o “emprego” dos pronomes e do nome próprio por crianças – menos ainda por crianças com sérios problemas com a linguagem.

Pois bem, a palavra “emprego”, ainda que questionável quando o falante é adulto²², é menos ainda adequada se o recorte teórico e empírico recai sobre a criança e sua fala, uma vez que, até o momento de maior estabilização dos pronomes, as ocorrências são surpreendentes e inesperadas. Veremos como hesitações e embaraços persistem na fala de crianças – reconhece-se, no campo da Aquisição da Linguagem, que esta “marca de subjetividade” é das aquisições mais tardias e das mais instáveis do processo. Esses usos instáveis e erráticos permitem questionar o sujeito epistêmico, fortemente arraigado na Linguística. Iremos, no item abaixo, dialogar com um texto de De Lemos (2004) em que a autora, discute os usos dos pronomes por crianças.

²¹Como veremos abaixo, De Lemos(2004) apresenta exemplos de narrativas em que a personagem diz eu - esta afirmação de Benveniste se mantém, contudo, uma vez que o *eu* continuaria a ser referência daquele que diz *eu*, mesmo que seja um personagem ou uma narrativa? No caso de deslizamento da fala do outro para a fala da criança, tanto na aquisição quanto na fala de crianças psicóticas, o *eu* pode não ser referência à quem o pronuncia.

²²Esta palavra ajusta-se à concepção de sujeito epistêmico, aquele que usa a linguagem como “instrumento” (como quer Benveniste). Entretanto, ela pode muito bem ser confrontada por dados de aquisição e de patologia da linguagem, como veremos.

O destaque dado a ela diz respeito aos efeitos que “falas de crianças” produziram, quais sejam: impulsionaram uma teorização original que a afastou do campo da Aquisição por ter ela realizado dois gestos importantes:

- (1) reconhecimento da ordem própria da língua (aproximação ao estruturalismo europeu)
- (2) consideração do sujeito do inconsciente.

Se Benveniste também reconhece Saussure, como vimos, ele não se aproxima da *teoria do valor*, que parte de outra definição de língua que não aquela que orienta Benveniste (“a língua é um sistema de signos” - SAUSSURE, 1916/2004, p. 21). No Curso de Linguística Geral, precisamente na parte do “valor linguístico”, temos que : “a língua é um sistema de valores”, e que “na língua só há diferenças” (SAUSSURE, 1916/2004, p. 139). Bem, tendo em vista a diferença entre os autores que serão aqui explorados e os materiais clínicos que serão comentados, espero iluminar a relevância dos autores destacados como pano de fundo neste trabalho.

1.2 SOBRE O INTERACIONISMO EM AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM E OS PRONOMES: O PONTO DE PARTIDA

A Aquisição de Linguagem tem como questão central a explicitação e explicação das mudanças que ocorrem no processo de passagem de *infans* a sujeito falante. Pode-se caracterizar este campo como aquele que parte de um “pecado original” (De LEMOS, 1982), qual seja: o de ter-se apegado à tarefa de *descrever* gramaticalmente falas de crianças supondo que unidos de aparatos gramaticais (sincrônicos), os estudiosos pudessem cumprir a meta de *explicar* as mudanças (diacrônicas) que ocorrem ao longo do processo de aquisição. Esse conflito entre descrição (da fala) e explicação (da mudança) tem impedido, sustenta De

Lemos, que o olhar do investigador se volte para a criança como questão teórica implicada nas mudanças que ocorrem em sua fala. Frente a esse quadro, De Lemos, após mais de 10 anos de discussão com o campo e de enfrentamento empírico de falas de crianças, propõe, em 1992 uma teorização consistente sobre a aquisição da linguagem que, segundo ela, deve ser entendida como solidária ao de estruturação do sujeito.

Antes de me dedicar ao artigo de De Lemos sobre os pronomes, convém esclarecer, ainda que de forma breve, pontos teóricos fundamentais de sua proposta: *o Interacionismo*.

1.2.1 O Interacionismo em Aquisição da Linguagem

Com base em três fenômenos recorrentes em falas de crianças: (1) incorporação de fragmentos da fala do outro, (2) “erros” e (3) uma surpreendente heterogeneidade de manifestações, desenvolve-se uma teorização original e consistente²³.

O primeiro acontecimento trouxe a necessidade de considerar a função do *outro* na repetição de fragmentos pela criança. A *alienação à fala do outro* é característica do momento inaugural da entrada na linguagem. Como assinalaram Lier-DeVitto & Andrade (2010), a alienação é erigida como “contra-argumento à ideia de que a trajetória da criança seja pautada por apreensões cognitivas da linguagem”. *Erros*, que logo fazem presença marcante na fala de crianças, são assumidos como índices de *resistência à fala do outro*. A *heterogeneidade* remete à insistente flutuação entre erros e acertos num mesmo período – ela é destacada como contra-argumento à ideia de desenvolvimento.

Cada um desses argumentos empíricos levantou questões teóricas sobre *a criança* e sobre *a sua fala* e, nesse ambiente, o Interacionismo “coloca-se em desconforto no campo da Aquisição da Linguagem” (LIER-DeVITTO & ANDRADE, 2010). De fato, o que seria “descrever fragmentos incorporados da fala do outro” no momento da alienação? Seria descrever a fala da criança? Certamente que não, já que ela fala o que o outro disse. Os erros, naturalmente, não são passíveis de descrição: aparatos gramaticais os expulsam “para fora” da

²³Para o entendimento dos movimentos da proposta até 1992, ver Lemos, M.T. (2002) e, para seus desdobramentos depois desse tempo, ver Lemos (2002a) e Lier-DeVitto & Carvalho (2008)

Linguística (ARANTES, 1994, 2001 e outros; LIER-DeVITTO, 2001, 2006) – eles são localizados, mas como “corpos estranhos” à estrutura/gramática da língua.

Não se deve pensar que De Lemos tome, por isso, distância da Linguística – na verdade, ao recusar descrições gramaticais de falas de crianças como expressões de conhecimento sobre o “objeto-linguagem”, ela realiza um movimento diferente na Linguística: vai em direção a Saussure e à introdução do objeto “perene e universal”, i.e., à noção de funcionamento da língua. Importa sublinhar que o que o Interacionismo valoriza em Saussure é uma alternativa para a prática de descrição gramatical da fala da criança. O Interacionismo investe na possibilidade de implicar o funcionamento de *la langue* em falas de crianças e tomá-las como “leis de composição interna da linguagem”(MILNER, 1987)²⁴ postuladas por Jakobson (1960). Operações metafóricas e metonímicas (De LEMOS, 1992) são implementadas na abordagem de falas de crianças.

A questão do sujeito persistia, apesar da insistente crítica ao sujeito epistêmico que vigorava/vigora no campo da Aquisição. Também em Saussure, que retira o sujeito psicológico do corpo de sua teorização, não há reflexão alternativa sobre o sujeito, que seja compatível com a noção de língua. Em seu percurso, De Lemos encontra, na Psicanálise, o lugar onde colocar esse impossível, onde dar um estatuto a esse impossível. - a *essa* criança e sua fala. Vemos nascer, assim, uma vertente estruturalista que, ao estilo de Lacan, implica o sujeito. De Lemos falará em “captura” da criança pela linguagem, implicará fortemente aquisição de linguagem e estruturação subjetiva (através da noção de “escuta para a fala própria e do outro”) e articula, em sua proposta, *língua-fala-sujeito*. Três postulados, destacados por Lier-DeVitto & Andrade (2010) são essenciais no Interacionismo:

- (1) a fala de criança é *feito de relações entre criança e linguagem*: os tempos estruturais ficam assim contemplados - criança-fala do outro / criança-Língua / criança e a própria fala.

²⁴MILNER, J.C. Introduction à une science du langage. Le Seuil, Paris:1987

(2) a aquisição é um *processo de mudanças estruturais*: que envolve o processo de subjetivação porque diz respeito a mudanças de posição da criança frente à fala do outro, à língua e à própria fala²⁵.

(3) a língua é um funcionamento estrutural, que tem *anterioridade lógica* em relação ao sujeito: *a noção de captura* fica revestida de sentido: a criança é capturada pela língua.

Pode-se afirmar que estes postulados contemplam *falas de crianças* (reconhecidas como patológicas ou não):

A expressão “fala de crianças” ganha, portanto, extensão e passa a acolher as imbricações plurais e complexas de caminhos / descaminhos, que caracterizam a trajetória de subjetivação da criança na e pela linguagem (LIER-DeVITTO & ANDRADE, 2010)

Falas de crianças partilham as mesmas características fundamentais: são faltosas, imprevisíveis e altamente heterogêneas. Falas sintomáticas, porém, mostram a *prisão do sujeito numa falta ou falha* (LIER-DeVITTO, 2004, 2006; FONSECA, 2002). Trata-se de uma “fixação” (CURTI, 2009)²⁶ que o impede de “passar a outra coisa” (ALLOUCH, 1995²⁷, *apud* LIER-DeVITTO & ARANTES, 1998). Essa diferença não é qualquer porque aponta para o “efeito de patologia” - manifestação de um impacto negativo no processo de captura pela linguagem²⁸.

Espero, nesta breve apresentação da proposta de De Lemos²⁹, ter deixado clara a

²⁵O Interacionismo propõe três momentos no processo de aquisição, três “posições” da criança na linguagem: 1) posição em que a criança fala a fala do outro; 2) posição em que o movimento da Língua na fala não é restringido pela escuta da criança; 3) posição em que a escuta da criança é afetada pela própria fala.

²⁶CURTI, M.T.T.F. *Reflexões sobre a gagueira infantil na relação corpo e linguagem* Dissertação (Mestrado). IEL/UNICAMP, 2009.

²⁷ALLOUCH, J. (1995) *Letra a Letra*. Rio de Janeiro, Companhia de Freud.

²⁸Em momento oportuno, explicitarei as proposições que norteiam a reflexão sobre a Clínica de Linguagem.

²⁹Devo esclarecer que a proposta da autora foi desenvolvida por ela e por pesquisadores da UNICAMP (Rosa Figueira, Maria Fausta Pereira de Castro e outros), da PUCSP (Maria Francisca Lier-DeVitto e outros); da UFPE (Glória Carvalho) e na UFGO (Sônia Borges e outros). Há inúmeros trabalhos (artigos teses e dissertações) influenciados por esta proposta.

diferença entre duas teorizações (a de De Lemos e a de Benveniste) que partem de Saussure. Essa diferença deve-se, como assinalado acima: (1) à definição de língua eleita pelos autores e (2) à noção de sujeito presente nas teorizações.

Passo, a seguir ao artigo de De Lemos em que ela aborda a questão dos pronomes pessoais – assunto de especial interesse nesta dissertação. Trata-se de: *Sobre os pronomes pessoais na fala de crianças* (2004). Buscaremos refletir sobre o “longo e tortuoso caminho”, como ressaltou a autora, de crianças com os pronomes e retirar consequências sobre aquelas que não conseguem seguir adiante – que ficam presas nos embaraços, nos movimentos de idas e voltas, nas hesitações ou mesmo nas cristalizações patológicas de sua fala.

1.2.2 Os pronomes na fala da criança

A discussão de De Lemos (2004) envolve reflexões clássicas do estruturalismo europeu (Jakobson e Benveniste)³⁰. Ela discute, dentre outras questões, o modo como os pronomes pessoais aparecem na fala da criança em processo de aquisição da linguagem. Trata-se de um “caminho longo e tortuoso que os pronomes trilham na fala de *cada* criança” (De LEMOS, 2004, p. 11) (ênfase minha) - isso porque ser falante não é simplesmente ser capaz de dizer *eu* - em jogo está a complexa constituição/estruturação subjetiva da criança. Para esta dissertação, tal colocação é importante, pois em relação à presença do nome próprio e de pronomes em enunciados de crianças com traços psicóticos, a pronúncia do *eu* não pode mesmo ser tomada como identificação do falante. A criança pode estar fixada numa alienação

³⁰A autora não deixa, contudo, de introduzir a Gramática Gerativista (chomskyana), através da Teoria da Ligação, que discute as condições estruturais que determinam a interpretação dos pronomes como referenciais ou correferenciais – ela determina as condições sintáticas que regulam relações anafóricas entre sintagmas nominais. Nesse enquadre, temos a referência pronominal determinada por condições estritamente linguísticas (o que contrasta com a perspectiva de Benveniste, como vimos). Müller (2000), nesta perspectiva, pergunta: ‘o que são pronomes e como se dá sua interpretação?’ Eles possuem a *mesma distribuição sintática* dos sintagmas nominais e eles “*não tem uma denotação* que possa ser determinada por seu significado lexical”, esclarece Müller (2000, p. 1) - a palavra, em si, não diz qual é seu referente. Interessou à De Lemos a afirmação de que o referente do pronome deve ser resolvido cada vez que um pronome aparece no discurso, uma interpretação do pronome na estrutura linguística (operações de referência e correferência).

à fala do outro, completamente submetida a uma cena vivida, ou então, na transição entre narrador e personagem - como veremos ao longo da apresentação do trabalho de De Lemos.

Sendo o caminho até a estabilização dos pronomes “longo e tortuoso”, eles são, só por essa razão, de interesse especial³¹. De Lemos deparou-se, no encontro com os dados, com uma notável “solidariedade entre processos de ordem gramatical e textual e a estabilização da referência pronominal” (De LEMOS, 2004, p. 11) ou seja, há, como afirma a autora, processos gramaticais e sintáticos que levam a estabilização pronominal na fala da criança. O olhar para os dados é teoricamente orientado pela articulação *língua, fala, sujeito*, como colocamos anteriormente³². Acompanhemos a autora em sua interpretação de alguns episódios.

Os primeiros apresentados (no texto, os episódio de (1) a (6)) podem ser relacionados ao que De Lemos designou como “primeira posição”, em que o pólo estrutural dominante é a *fala do outro*. Na primeira posição, a fala da criança se constitui como um retorno de fragmentos da fala da mãe – trata-se de um tempo de *alienação*. No episódio abaixo, o pronome que está na da fala da mãe desaparece e sua marca desliza para a fala da criança no verbo (‘vai’) - *nesse deslizamento, há perda de adequação referencial de pessoa*:

Episódio I

(C. pega uma pasta)

M: Ondecê **vai**? Cê **vai** na escola?

C: *Vai*.

(R. 1a;6m.19)

Embora haja, informa De Lemos, diferença de entonação entre a fala da mãe e a da criança (ascendente, no caso da mãe e descendente, no da criança) o que já aponta para “um sujeito emergente no intervalo entre os significantes da fala do outro” (De LEMOS, 2002, p.

³¹Além do texto em foco nesta dissertação, De Lemos havia se debruçado sobre os pronomes pessoais em 1986, quando escreveu dois trabalhos- *Como se aprende a dizer eu*” (De LEMOS, 1987- apresentação em congresso da IPra- International Pragmatics Association) e *From dialogue processes to narrative* (De LEMOS, 1989/1992) A autora reconheceu a insuficiência do tratamento da questão e redigiu ainda outro: *O estatuto lingüístico e discursivo da narrativa na fala da criança* (De LEMOS, 2001).

³²Remeto o leitor à introdução desta dissertação e a De Lemos (2002)

58) o “erro” de concordância, que indica não-reversibilidade pronominal, é índice da alienação à fala do outro – da dominância da primeira posição.

Nos episódios abaixo, veremos ocorrer *deslizamento de primeira para segunda pessoa (e vice-versa)*, mas, ainda, como retorno da fala da mãe (a criança está à mercê dessa fala). Embora se possa apreender uma tensão entre o mesmo e o diferente, prevalece, diz Lemos, a retomada de uma cena (ela, sim, responsável pela inversão pronominal), “na medida em que é só nela (cena) que a criança, nesse momento, pode designar, ao ser designada. Dito de outro modo: os pronomes *eu* e *você* se alternam, mas não designam e, como palavras, seu estatuto se define ainda por fazer parte de uma cena.” (De LEMOS, 2004, p. 13)

Episódio II

(Criança sobe numa cadeira, situação em que a mãe a adverte: “Você cai!”)

C: *Chê* cai?

(R. 1a;6m.19)

A autora afirma que a fala da criança *reinstaura uma cena anteriormente vivida e define*:

O termo ‘cena’ é usado neste trabalho tanto em contraposição ao termo ‘contexto’ que aponta para um universo discursivo que está fora da linguagem e não é efeito dela, quanto para evocar a noção de ‘cena’ para Lacan como *lugar que define a posição do sujeito frente ao Outro*, definível como tesouro dos significantes” (De LEMOS, 2004, nota VI)

Uma *cena*, portanto, como efeito de linguagem pode retornar. Desse modo, o que ‘guia’ a fala da criança não é o movimento de subir na cadeira, mas significantes do enunciado da mãe que permeia e constrói a cena discursiva na qual ela (a criança) é advertida pelo outro. O que retorna na fala da criança, alienada à fala da mãe, é o pronome conforme colado à cena em que ocorreu - *chê/você*, pronome pelo qual ela foi designada na fala da mãe. Para a criança designar é necessário que ela seja designada pelo outro: isso ocorre pela reinstauração de uma cena. Nesses casos, **o *eu/você* se alternam, mas ainda não designam**, ou seja, **não há estabilização quanto ao referente**. A fala do outro, por meio da cena reinstaurada, instancia a designação.

Falas ocorridas durante um jogo simbólico e também durante recontagem de narrativas tradicionais contadas pela mãe são abordadas pela autora. Um enunciado da mãe pode não estar imediatamente precedente ao da criança, mas retorna na fala da criança:

Episódio III

(Jogo simbólico: assumindo o papel de uma tia que está doente)

C: *Eu sou* tia. A tia /a/a *vô/vai* tomá/ zá *salô*.

(M. 2a;3m.12)

No episódio acima, a hesitação da criança entre designar-se como ator (“Eu sou a tia”) ou como personagem, como vemos em *vô* (ator) / *vai* (personagem), gera dificuldades na instanciação do jogo simbólico.

Episódio IV

(Versões produzidas por R. da fala da personagem Malévola na história da bela Adormecida. Essa fala comparece no discurso da mãe como: ‘Ela vai espetar o dedo na agulha e morre/morrerá’)

- a. C: *Eu vô* espetá o dedo na agulha, **espetá** o dedo na agulha (R. 2;5.5)
- b. C: **Espe...**Ih! (inspiração profunda) *voceis vai espetá* o dedo e morrê lá.
M: E morrerá! E daí?
C: E *ela vai espetá* o dedo e morrelá e o corvo. Então! (brava)

(R. 2a;7m.29)

Jogos simbólicos e recontagens de histórias são acontecimentos discursivos propícios à dramatização de outra cena. Neles, ocorrem deslocamentos importantes referentes a **mudanças de ator e/ou narrador para o personagem**, há: “deslocamento do *eu* que atua ou narra para o *ele* que figura o narrador ou o ator e que, ao dizer *eu*, dá voz ao personagem.” (De LEMOS, 2004, p. 13). Entende-se porque a pronúncia do *eu* não pode ser sempre

identificada ao falante. Este deslocamento acrescenta dificuldade à criança, assinala De Lemos: ela oscila entre designar-se como ator, como personagem ou, ainda, como narrador.

Frente aos enunciados do Episódio IV e a interpretação de Lemos, podemos discordar de Benveniste (1991) sobre a afirmação de que “*eu* é aquele que pronuncia eu” - nas narrativas, o narrador pode enunciar ‘eu’ designando o personagem. De Lemos acrescenta que, nas narrativas, pronomes perdem seu valor dêitico ou ostensivo, “pois não se refere mais aos presentes na cena, mas sim a quem é instituído pelo texto, pela linguagem” (De LEMOS, 2004, p. 13). Na recontagem de histórias há trânsito do falante entre ator-narrador-personagem.

No Episódio IV, a criança transita entre os pronomes *eu*, *vocês* e *ela*, o que parece indicar, sugere De Lemos, que: “esses ensaios de discurso direto não são introduzidos por uma instância que narra, o que torna indistintas a cena e sua encenação.” (DE LEMOS, 2004, p. 15). Tão indistinta é a cena e tão frágil é a sustentação da criança na posição de narrador, que um significante referente à primeira pessoa do discurso metonimicamente traz outro texto.

Quando ocorre *deslizamento entre cenas de histórias e uma cena vivida pela criança*, ela é reinstaurada como personagem:

Episódio V

(Contando a história do Pinóquio)

C: Zepeto... (SI) ***pesquei de noite.***

M: Quem pescou de noite?

C: *eu* (??) ***choleiva.***

M: Ahm?

C: ***chorava.***

M: Quem chorava?

C: ***eu.***

M: Quando?

C: ***quando eu fui no pescueiro pescá.***

(R. 2a;2m.20)

De Lemos sustenta que quando nos voltamos para os pronomes, não podemos perder de vista a *marcação de pessoa no verbo*: “choleiva”, no episódio acima, indica a presença de um cruzamento entre *eu* e *ele* (oscilação entre narrador e personagem) e, ainda, entre pretérito perfeito e pretérito imperfeito. Não se deve retirar desses comentários que unicamente em jogos simbólicos e em recontagens de histórias responderiam pelas *hesitações e erros* com pronomes. De Lemos destaca que em *diálogos familiares*, nos quais estaria em questão o que se designa como situações do *aqui-agora*- e não diferentes instanciações de tempo como nas narrativas -, hesitações e erros análogos aos da narrativa acontecem.

Episódio VI

(diálogo mãe-criança – mãe finge que não está vendo a criança que está escondida atrás do sofá)

M.: Meu Deus, cadê a Raquel?

C.: *Cê tá aqui!* (a criança parece responder sob a perspectiva da mãe)

M.: *Cê tá aí?*

C.: É, *olha eu aqui.*(perspectiva da criança)

(R. 2a;8m.2)

O que se depreende da observação dos erros (no caso os exemplos IV e VI), assinala a autora “não é uma analogia, mas uma homologia” (De LEMOS, 2004, p. 15) - ou seja: não uma semelhança entre os ‘erros’ nos diferentes episódios, mas uma *semelhança de posição da criança na cena enunciativa*. Assim, tanto nas narrativas, quanto no diálogo, conclui De Lemos, a *colocação pronominal decorre da perspectiva a partir da qual a criança fala*: (a) narrador ou ator/personagem na narrativa; (b) locutor ou interlocutor no diálogo. As hesitações e erros observados nos episódios de III a VI nos remetem ao que a autora designou como *segunda posição estrutural*, em que o pólo dominante é *a língua*: a criança, como falante na cena enunciativa, *é falada*, quer dizer: a partir da perspectiva em que ela é colocada no diálogo, no jogo simbólico ou na narrativa, ela fala e se atrapalha com os pronomes. Na terceira posição, começam a ocorrer *retroações* – a condição para a estabilização dos pronomes. De fato, nesse momento, a criança tem escuta para sua fala.

Os pronomes de terceira pessoa (ele/ela) tornam-se dominantes depois e, importante, observa-se que a estabilização dos pronomes de primeira e segunda pessoa (nas três

instanciações: narrativa, jogo simbólico e diálogo) está relacionada ao momento em que a criança começa a operar com o *pronome de terceira pessoa* (dêítico ou anafórico)³³. Como explicar esse acontecimento?

Episódio VII

(Desenhando)

M.: Ah, é robô?

C.: É o robô/o robô mentiroso.

M.: (riso breve) me conta a história do robô mentiroso. **Cê vai desenhar?**

C.: ***Eu vô fazê a estória primeiro.*** O robô mentiroso...

M. Hum. Hum.

C.: *Ele* foi numa casa/ *ele* mentiu pra mentira / pra uma menina, falou...

M.: Hum.

C.: que o pai *dela* num gosta *dela* e a *menina* acreditou.

M. Sujeira! E daí?

C.: Daí (inspiração) *ele* falou que todo mundo acredita as coisas *dele*.

M.: Ah!

C.: ***Tô fazendo a história.***

M.: E daí?

C.: Mas o *acreditado* foi desacreditando e não *acreditou* mais.

Falou pro *robô* que é mentira, que é mentira mesmo.

(R. 4a:4m.10)

R. inventa uma história e não desliza da posição de narrador para a de ator ou personagem. Ela se destaca da história (toma outra posição - de autor - em relação à cena e sustenta-se como *eu*). É sob tal condição que o personagem (robô) pode ser designado como

³³Quando o pronome situa ou indica os seres no espaço, tem uma função dêítica como, por exemplo *este, esse ou aquele*, que indicam maior ou menor proximidade em relação ao falante ou ao ouvinte- "*Aquele* menino é muito educado". Quando o pronome se refere a um termo já presente no texto, temos uma função anafórica. Exemplo: '*João* é um menino estudioso. *Ele* sempre tira notas boas', em que ele se refere a João, presente anteriormente no texto. (FERREIRA, 2003; CINTRA, 2001)

ele. Do ponto de vista sintático e textual, afirma De Lemos, R. sustenta um *movimento de retroação* - condição para a emergência de usos anafóricos de pronomes. *Ele e ela* são, portanto, correferenciais de *robô e menina*. Mas, por que os pronomes são difíceis? Por que sua aquisição é “longa e tortuosa”?

Jespersen (1992) e Jakobson (1957/1963)³⁴ levantaram indagações a respeito da aquisição tardia desse pronome. Propostas cognitivistas reconhecem a dificuldade de “aprendizagem dos pronomes”. Chiat (1981), por exemplo, levanta a hipótese de que os pronomes são plurifuncionais - também na fala do adulto em enunciados como “Você não deve fumar” são frequentes. Neles, o pronome pode se referir ao destinatário (*tu*) ou a uma 3ª pessoa não especificada. Chiat (1981) introduz um aspecto com o qual podemos dialogar: a noção de *perspective-shifting function*. O pronome teria como uma de suas funções mais fundamentais a possibilidade de *mudança de perspectiva*. O falante pode enunciar sob a perspectiva do destinatário: “*Eu* não colocaria *sua* mão aí” (se eu fosse você). Os pronomes são, em si, “oscilantes” – nisso residiria sua dificuldade de estabilização.

Jakobson (1957/1963) lembra De Lemos, “concebe os pronomes pessoais como pertencentes à camada mais elementar e primitiva da linguagem” (De LEMOS, 2004, p. 20) sua aquisição seria, por isso, tardia³⁵. A autora reconhece como simplista a posição de Jakobson porque as narrativas, os diálogos e os jogos simbólicos mostram o oposto: a dificuldade de estabilização dos pronomes. Ainda assim, Jakobson, distante da aquisição, caracteriza os pronomes pessoais como *shifters* (a partir de Jespersen, 1922), definidos como “uma classe de palavras...cujo sentido varia com a situação”. Para ele, no caso dos pronomes, os tropeços da criança estariam relacionados a tal entendimento: na cena enunciativa, o sentido do pronome varia - há variação do referente que designa.

Vejamos com De Lemos:

É por isso que os pronomes estão entre as aquisições mais tardias da linguagem infantil e entre as primeiras perdas da afasia. Se nos dermos conta

³⁴JAKOBSON, R. (1957/1963) Les embrayeurs, les catégories verbales et Le verbe russe. Essais de Linguistique Générale. Paris: Minuit

³⁵Para Jakobson, a regressão afásica se revelou um espelho da aquisição de linguagem, i.e., a afasia mostra o desenvolvimento da linguagem na criança ao inverso. “A pesquisa sobre a ordem das aquisições e das perdas e sobre as leis gerais de implicação não pode ser limitada ao sistema fonológico, mas deve estender-se também ao sistema gramatical.” (1954/1999, p. 36) Tal colocação, entretanto, traz a noção de desenvolvimento, que tem etapas a serem seguidas, traz, ainda, a língua como objeto decomponível, noção incompatível com a de sistema.

de que mesmo os linguistas têm tido dificuldades para definir a significação geral do termo *eu* (ou *tu*) que significa a mesma função intermitente de diferentes sujeitos, é absolutamente compreensível que uma criança que aprendeu a se identificar a seu nome próprio não se habitue facilmente a termos tão alienáveis quanto os pronomes pessoais: *ela pode hesitar em falar de si mesma na primeira pessoa já que seus interlocutores a ela se dirigem através do tu* (Jakobson, (1957/1963) *apud* De LEMOS, 2004, p. 20) (ênfase minha)

Jakobson diz que o nome próprio, por não ser de natureza variável, por não ser um *shifter*, designaria o sujeito (locutor ou interlocutor) – eles não trariam dificuldades de designação, próprias dos pronomes (que são variáveis e se alternam na cena enunciativa). De Lemos opõe-se a tal explicação uma vez que nela está implícita a noção de linguagem como comunicação e de língua como representação e designação, i.e., como “nomenclatura”. A autora diverge, também, da explicação de Jakobson sobre “estratégias”, que a criança usaria frente à dificuldade colocada pelos *shifters*. Segundo Jakobson, a criança monopolizaria o pronome de primeira pessoa (*eu*) como designação permanente de si mesma ou utilizaria ambos (*eu/tu*) para se referir tanto ao locutor quanto ao destinatário.

Para De Lemos, tais suposições não respondem ao enigma posto pela fala da criança: (1) “como [pergunta ela], os pronomes se estabilizam, se eles continuam sendo *shifters*?” e (2) a estabilização dos pronomes aponta algo que não pode ser negligenciado: “Ainda que, como os outros pronomes, a referência pelo *eu* seja momentânea ou efêmera, como se depreende da definição: “*Eu* designa a pessoa que enuncia *eu*”- ao *eu* não se pode negar um efeito de permanência” (De LEMOS, 2004, p. 21). Parece-nos que para a autora, não é a relação com o referente o que mais lhe interessa (se variável como os *shifters* ou mais referencial como o nome próprio), e sim a *posição do sujeito falante* na cena enunciativa. A que atribuir, então, este efeito de permanência?

Para responder a pergunta de um ponto de vista estritamente linguístico, De Lemos traz Banfield (1998)³⁶ para quem o *eu* (ao contrário de *ele* e de *este*) não muda de referência em um mesmo texto - a menos que outro locutor seja introduzido pelo discurso direto.

³⁶BANFIELD, A. The name of the subject: the “il”? In: T. PEPPER (org.) The place of Maurice Blanchot. New Haven: Yale University, 1998

Note-se que a análise de Banfield vai além da de Jakobson porque sua visada metodológica é outra. É partindo da ocorrência do pronome na cadeia (sintática e textual), que ela opõe ao *ele* e ao *este*, que podem mudar de referência a cada ocorrência, o *eu*, que, a cada ocorrência, mantém sua referência a uma mesma pessoa ou a uma pessoa que se apresenta como ‘a mesma’. (De LEMOS, 2004, p. 21)

A permanência do *eu* é, assim, *sintática e textual* - mantém sua aparente permanência no encadeamento linguístico. Para Banfield, portanto, a permanência do *eu* seria como a de um nome “rígido” numa narrativa.

Ricoeur (1991) tem uma visão na qual o uso do pronome é visto pela função interna ao linguístico, e não do extra-linguístico. Bem próximo de Benveniste, para Ricoeur, o efeito de permanência do pronome *eu* estaria, então, na sua *ancoragem a uma posição não-substituível* – o *eu* tem uma *perspectiva única* sobre o mundo.

Já não é o aspecto substituível do termo viajante, do *shifter*, que sublinhamos, mas, ao contrário, a fixação que opera a tomada das palavras. Passamos do ponto de vista paradigmático, em virtude do qual o ‘eu’ pertence ao quadro dos pronomes, ao ponto de vista sintagmático, em virtude do qual o ‘eu’ designa uma pessoa de cada vez, a que fala aqui e agora com a exclusão de qualquer outra (RICOEUR, 1991, p. 65).

Voltando, assim, à pergunta formulada sobre a estabilização do *eu* na fala da criança e sobre a variabilidade referencial que o *ele* passa a adquirir em seus enunciados e encadeamentos em textos, diz De Lemos: “notamos que a variabilidade do *ele* refere-se tanto a seu uso dêitico quanto anafórico, sendo possível recuperar seu referente – daí a estabilidade” (De LEMOS, 2004, p. 22). A recuperação do *ele* anafórico, sustenta ela, acontece por *movimentos retroativos* (recuperação do antecedente referencial) que, por sua vez, está submetido a condições estruturais estabelecidas por um enunciado.

A questão a que a autora busca responder ao longo deste seu trabalho é: “que relações podem ser apreendidas entre o emprego anafórico do *ele* na fala da criança e a estabilização

do *eu* e do *você*, pronomes sempre associados à interação, à fala e pouco considerado do ponto de vista da estrutura?” (De LEMOS, 2004, p. 22). Uma questão nada fácil de responder!

De Lemos esboça uma resposta:

Os pronomes de primeira e segunda pessoa só se estabilizam na fala da criança quando, obliterada- mas não apagada- a cena em que é falada pelo outro, a criança passa a falar, por ser falada pela língua, língua na qual, como falante, é efêmero, evanescente como a referência pelo ele (De LEMOS, 2004, p. 24).

A autora diz que *quando a cena é obliterada*, dela restam traços da relação *eu/tu*, mas a criança sai da alienação à fala do outro. Ela permanece na língua como falante, podendo *circular nas diferentes figurações discursivas*, i.e., como autor, narrador, personagem, locutor ou destinatário. É por “estar na língua”, assinala a autora, por ter sido *capturada* pela língua, que a criança *ao ocupar a posição de falante*, poderá referir-se a si própria como *eu* – o que responde pelo efeito imaginário de estabilidade do *eu*. (De LEMOS, 2004, p. 24). A língua oferece a possibilidade dessa referência, pois ao não ser *ele*, posso me dizer *eu*. A solução oferecida pela autora é, portanto: a relação entre a estabilização do pronome *eu* ocorre quando o *ele* passa a ser utilizado pela criança - de uma dependência binária (*eu/tu*) em que *há deslizamentos*, à introdução do *ele* (que *não desliza*, não tem par binário).

As considerações tecidas por De Lemos apontam para um longo tempo de hesitações, embaraços, acertos e erros que precedem o momento da estabilização dos pronomes pessoais. Há crianças, contudo, que permanecem presas às hesitações, ou melhor, que a estabilização é a hesitação ou o “erro”. A criança com traços psicóticos fica colada a uma cena vivida, que não é, nos termos de De Lemos, obliterada. A criança fala, mas que fala é esta; que falante é este?

Vimos que De Lemos valoriza uma abordagem linguística neste texto. Ela discute com os autores desde este ponto de vista. É certo, contudo, que ao falar em “posição”, em “alienação”, em “efeito imaginário de estabilização”, ela aponta na direção da Psicanálise. Poderia a Psicanálise iluminar um caminho para nossas questões? Ali, além da introdução do

ele como uma referência externa ao sujeito, há um *ele* próprio à divisão do sujeito - seu inconsciente.

De Lemos (2002), após traçar sua trajetória como pesquisadora em Aquisição de Linguagem, aponta para esse caminho ‘para além das posições’ que propôs até então. A chamada terceira posição, na qual o pólo de dominância na estrutura sujeito/língua/fala é o do sujeito cindido, na medida em que tem escuta para sua própria fala, é revista.

A escuta de sua própria fala, assim como a escuta da fala do outro em sua diferença, adviriam, então, não de um movimento da língua sobre si mesma – de sua reflexividade-, mas do grande Outro, definido por Lacan (1966/1998) como tesouro de significantes, do qual o emissor recebe sua própria mensagem invertida.” (De LEMOS, 2002, p. 64)

O olhar passa a voltar-se, então, para as denominadas *patologias de linguagem* e para *psicopatologia infantil*, i.e., “por um voltar-se para aquelas crianças que ou sucumbiram ou se enredaram em sua trajetória.” (De LEMOS, 2002, p. 64). Partimos da colocação de que **um mesmo processo pode produzir efeitos diferentes** como o paralelismo – poesia, ritos de cura, fala de criança, dizeres psicóticos- e acrescentamos a esta série as hesitações e embaraços na presença do nome próprio e pronomes pessoais- que, como vimos, estão presentes na fala da criança em aquisição e persistem na fala de crianças psicóticas (ou autistas).

Capítulo Dois:
**O atendimento de Mateus: a entrada na
clínica**

Passemos, agora, ao caso balizador das discussões desta dissertação. Mateus, atualmente com 8 anos, iniciou atendimento fonoaudiológico em 2010, encaminhado pela escola³⁷ para avaliação nas áreas de Psicologia e Fonoaudiologia. Por solicitação da Escola, a família consultou um psiquiatra, sendo o diagnóstico médico de TID- Transtorno Invasivo do Desenvolvimento. Nessa ocasião, o menino estava com 5a, 11m. Do documento de encaminhamento constava que a criança apresentava comportamentos agressivos tanto com colegas, quanto com adultos; que havia uma “grande identificação” com Chaves – personagem de seriado televisivo: Mateus reproduzia comportamentos e falas dessa figura. Em relação à fala, a professora assinalou o fato de Mateus “repetir várias vezes a mesma palavra e criar um dialeto próprio, com palavras que não entendemos” (segundo o documento).

2.1 O ENCAMINHAMENTO E O ‘LAUDO’ MÉDICO

Recebi Mateus com 6 anos (em 2010) para uma avaliação fonoaudiológica. O diagnóstico médico dizia que a criança *sabia ler* desde os dois anos de idade e *lidava bem* com computador e internet, mas apresentava grande dificuldade de comunicação social e expressão oral. Tendo em vista que esse diagnóstico veio anexado ao documento de encaminhamento da Escola e que ele impera no ambiente escolar e fonoaudiológico, considero importante esclarecer, brevemente, sobre como a psicose é descrita na Psiquiatria Infantil. Parto de Kanner (1943), pioneiro no assunto, que abordou e registrou casos de crianças que tinham tendência ao *retraimento antes de completar um ano de idade*. Essa observação afastava tais casos daqueles de esquizofrenia, caracterizados por um rompimento, uma quebra, num desenvolvimento até então típico. Kanner afirmou que certas crianças eram erroneamente diagnosticadas como deficientes auditivas ou deficientes mentais porque *não respondiam adequadamente* nos testes que realizavam. Esse fracasso, segundo o psiquiatra,

³⁷ Atuo no Setor de Inclusão da Secretaria de Educação num município do interior de São Paulo. O Setor é composto por profissionais da Fonoaudiologia, Psicologia, Pedagogia e Psicopedagogia. O encaminhamento para atendimento fonoaudiológico é realizado via escola com a autorização dos responsáveis, mas a partir de uma queixa suscitada em sala de aula. A família é, então, chamada para entrevista e a criança para avaliação. Tal procedimento traz questões sobre a demanda dos pais e a queixa da Escola que, primeiramente, reconhece um problema e faz o encaminhamento (COSTA, 2012), tema que não é objetivo desta dissertação. Não entraremos, também, na discussão sobre a necessária configuração de um tratamento clínico ou atendimento educacional.

deveria ser atribuído à dificuldade de estabelecer relações com pessoas e situações. Kanner nomeou o quadro como *autismo infantil*³⁸.

Em relação à linguagem, Kanner indica como sintomatologia a presença de *uma linguagem que não serve para comunicar*. As crianças por ele observadas (e que também recebemos na clínica de linguagem) podem falar – elas *decoram nomes e listas extensas*, mas a presença da fala está ligada, de modo desconcertante, a uma condição subjetiva bastante difícil e complexa para o clínico. A fala dessas crianças é, ainda, uma *repetição da fala do outro* (tanto imediata quanto mediata)³⁹. Para o psiquiatra, é a partir da *ausência de formação espontânea de frases* e da *reprodução ecológica* que ocorre um “curioso fenômeno gramatical” (KANNER, 1966, p. 738): **as crianças repetem os pronomes pessoais tais como os escutaram, sem a necessária inversão pronominal** exigida na comunicação. Essas reproduções podem manter *a mesma entonação* do enunciado do interlocutor - o que denota, diz ele, *uma aderência à fala do outro*.

Tal fixação pronominal- sem reversão-, segundo Kanner, ocorre até por volta dos seis anos de idade, quando gradualmente a criança aprende a falar em primeira pessoa e a referir-se ao interlocutor em segunda. O psiquiatra relata, ainda, que neste período de transição, às vezes, há forte instabilidade: elas continuam a referir a si próprias em terceira pessoa (Kanner nada diz sobre o uso do nome próprio, que julgamos ser mais freqüente nessas crianças). Ele acredita que crianças com autismo infantil aprendem a falar (no sentido literal do termo) e após terem aprendido a fazer a reversão pronominal, serão capazes de realizá-las. Parece-nos, assim, que o quadro se dissolve, transformando-se numa espécie de atraso ou de aquisição tardia- o que não deixa de chamar a atenção no discurso de Kanner, uma vez que ele contradiz o testemunho da clínica que afirma a enorme resistência imposta por estes quadros – tais crianças resistem a *aprender* a utilizar os pronomes de maneira adequada. A criança de Kanner é outra, diferente daquela aqui adotada, que nos remete ao sujeito da Psicanálise, do inconsciente. Ao lado do *autismo infantil*, Kanner (1966) traz a *psicose infantil simbiótica*, para caracterizar uma subdivisão que, como o autismo infantil, é precoce. Este segundo grupo, ao contrário do primeiro, apresentaria complicações um pouco mais tardias, como a

³⁸Esta dissertação não entrará na discussão referente à distinção entre autismo e psicose infantil – um debate difícil no âmbito da Psiquiatria e da Psicanálise. Kanner foi trazido por ter sido o primeiro a caracterizar um quadro de autismo e a suscitar questões sobre a psicose.

³⁹Oliveira (2001) dedicou sua dissertação à investigação da ecolalia, na qual suspende a classificação das ‘ecolalias’ e busca definir a singularidade existente na relação fala da criança/fala do outro. Um ponto importante a salientar é que na ecolalia, ao contrário da especularidade (Lemos), não há reconhecimento da criança enquanto sujeito falante.

dificuldade em relação à separação materna (veremos, depois, haver certa concordância desse apontamento com a “falha na separação”, que é teorizada na Psicanálise).

Na literatura médica contemporânea, uma criança é diagnosticada como *autista* se houver um forte e permanente prejuízo em três áreas:

- *interação social,*
- *alterações da comunicação e*
- *padrões limitados ou estereotipados de comportamentos e interesses.*

Em relação à linguagem, indicam-se os seguintes sinais:

- *atraso no desenvolvimento da fala*
- *ausência de outros meios de comunicação – o que exclui os ditos “atrasos de linguagem”;*
- *prejuízo da capacidade de iniciar ou manter uma conversa;*
- *uso estereotipado e repetitivo da linguagem;*
- *ausência de brincadeiras de “faz de conta”*

No TID, há, ainda, aquelas crianças incluídas na *Síndrome de Asperger*. Nesse quadro não são percebidos atrasos significativos de linguagem (como se fosse clara a distinção entre atraso e distúrbio de linguagem!), mas considera-se haver prejuízo linguístico mais sutis já que, como dizem estudiosos, as crianças mostram-se capazes de sustentar uma conversa, embora como se estivessem num monólogo (sic). Por isso, diz-se que suas falas são “pedantes” – podem discorrer sobre um tópico favorito, geralmente não-usual para crianças. Diz-se no TID que na linguagem, para estas crianças, as palavras têm *uma* referência fixa (cada palavra tem um significado inflexível) e não são usadas além da concepção aprendida inicialmente. (KLIN, 2006; SCHWARTZMAN, 1997).

Mercadante *et al* (2006) diz o seguinte a respeito de estudos que incluem a categoria TID – diagnóstico que acompanhou Mateus em seu encaminhamento:

O fenótipo proposto para o TID inclui manifestações em três domínios: social, da comunicação e do comportamento. A interação social está

qualitativamente prejudicada, bem como as habilidades de comunicação. O padrão de comportamento e os interesses são limitados, tendendo a ser repetitivos e estereotipados. (MERCADANTE, 2006, p. 13)

Segundo o DSM⁴⁰ IV, a definição de TID, sob o código 299.00 traz os seguintes quadros:

- Transtorno Autista, Transtorno de Rett;
- Transtorno desintegrativo da Infância; e
- Transtorno de Asperger

Já no CID⁴¹-10, a nomenclatura é TGD (Transtornos Globais do Desenvolvimento), alocada sob o código F.84, abrangendo diferentes quadros como:

- transtornos globais do desenvolvimento;
- autismo infantil;
- autismo típico;
- síndrome de Rett;
- outro transtorno desintegrativo da infância;
- transtorno com hipercinesia associada a retardo mental e a movimentos estereotipados;
- síndrome de Asperger;
- outros transtornos globais do desenvolvimento e
- transtornos globais não especificados do desenvolvimento.

A categoria nosológica, como se pode notar, é ampla, pouco especificada. O recebimento de um laudo constando TID pouco pode esclarecer sobre o diagnóstico e muito menos sobre o diagnóstico de *uma* criança. Ainda na Psiquiatria, a psicose, por sua vez, é descrita através de déficits na resposta afetiva, no pensamento, na capacidade de apreender a realidade e nas relações interpessoais. É, ainda, caracterizada por delírios, alucinações. Dentre os quadros da psicose está a esquizofrenia. Antes do DSM⁴² III e CID-10, o autismo estava alocado na

⁴⁰ Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, publicado pela primeira vez em 1952

⁴¹ Classificação Internacional de Doenças

⁴² O DSM III foi publicado em 1980.

psicose infantil. Nestas publicações, ele passou para outro grupo nosográfico. A psicose ficou como referência àquele grupo em que há uma ruptura no curso de um desenvolvimento normal. Por este motivo, não há mais descrição de psicose infantil nos referidos manuais e classificações.

Atualmente, portanto, o termo “psicose infantil” encontra espaço unicamente em considerações psicanalísticas.

2.2 A CLÍNICA FONOAUDIOLÓGICA

Podemos dizer que, mesmo questionando o discurso médico sobre as ditas doenças mentais, é preciso reconhecer que a Medicina responde ao que se propõe: elencar sinais de “doenças” para estabelecer classificações - o sintoma é o conjunto dos sinais (ou parte deles) – assim se chega a um diagnóstico (ARANTES, 2001 e outros). Em relação à linguagem, o mesmo ocorre: recolhe-se na fala aquilo que se pode reconhecer como uma estranha recorrência em diferentes crianças. Elencam-se, assim, os sinais – eles são registrados, mas não explicados no que diz respeito aos acontecimentos psíquicos. Geram-se homogeneidades e, com isso, perde-se a riqueza da heterogeneidade e a singularidade do acontecimento. Parece-me ser esta, a rigor, a questão para um fonoaudiólogo: não perder a heterogeneidade das manifestações uma vez que é ela que aponta na direção da singularidade *daquela* criança.

A Fonoaudiologia, com frequência marcante, faz aderência ao discurso e, por decorrência, à classificação médica. Receber um diagnóstico médico como decisivo para e orientador da clínica fonoaudiológica significa desistir de um olhar para aquela criança. O discurso universalizante da Medicina equaliza crianças e as falas. O adotado por fonoaudiólogos acaba sendo a aplicação de provas e testes padronizados - muitos deles originários da Psicologia (que se alinha ao ideal de homogeneidade e na observação de comportamentos)⁴³. Sob tal ótica, a singularidade é desconsiderada e todas as crianças são

⁴³Refiro-me, por exemplo, ao TEACCH- Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children- ou ao ABA- Applied Behavior Analysis frequentemente usado tanto na clínica Psicológica, quanto na Fonoaudiológica ou em Instituições de Ensino.

alocadas “num mesmo” rótulo: autismo ou psicose. Processa-se, assim, uma regularização, uma homogeneização.

Fernandes (1990) discorre tanto em sua dissertação de mestrado, quanto em artigos (FERNANDES, 1995a; 1995b) sobre o autismo, partindo de discussões sobre diagnóstico e sintomas, sob as perspectivas da Medicina, da Psicologia e da Psicanálise. Sua finalidade, com base em relatos de cinco casos, é indicar avanços no processo terapêutico em diferentes aspectos, inclusive naquele que diz respeito ao problema da *inversão pronominal*. Diz a autora que, em seu estudo com oito crianças, apenas duas continuavam a resistir à inversão pronominal após dois anos de terapia de linguagem. Não se chega a saber, contudo, a natureza da relação dessas crianças com a própria fala e a do outro. Este ponto é importante porque, sem essa avaliação, não se pode apreender como ou por que meios este sintoma pode ser “suprimido” e nem qual foi a especificidade do ato clínico ali implicado.

Quero dizer com tais comentários, que um viés mais psicológico (e não voltado para a fala) é implementado pela pesquisadora. Seu foco é dirigido por um pensamento “comunicativo”, pela “intenção comunicativa” da criança. Ou seja, por um pensamento em que a linguagem tem “função” (representativa/comunicativa), mas não funcionamento a ser considerado (LIER-DeVITTO, 1998). De fato, Fernandes diz que “busca a intenção comunicativa na ecolalia”. Embora desprestigiado um olhar linguístico, ela não pode dispensar, porém, a aplicação de categorias linguísticas em sua busca. À parte a difícil aceitação da ideia de presença de intenção comunicativa nos enunciados ecolálicos (reproduções) de enunciados do outro – característica inquestionável desses quadros, não há, em seus trabalhos ou em outros que adotam o mesmo viés, qualquer discussão sobre a natureza dessa intenção. Vejamos o que diz a fonoaudióloga:

A experiência clínica permite supor que uma questão fundamental para o fonoaudiólogo envolve a distinção entre as crianças que têm dificuldades para se comunicar daquelas em que a dificuldade parece estar relacionada à identificação do ‘outro’ com quem se comunicar (FERNANDES, 1995b, p. 159).

Embora a autora nos diga que “a utilização de listas de sintomas e o conceito de síndrome autística pouco ou nada contribuem para essa questão” (FERNANDES, 1995b, p. 159), não

me parece aceitável que o caminho adotado por ela, que envolve o privilégio da cognição, possa favorecer um entendimento sobre a problemática da relação dessas crianças com o outro e que ele abra um olhar mais apropriado para suas falas. Fernandes (1995b) comenta que Ortiz (1972) e outros fonoaudiólogos atribuem a ausência de inversão pronominal, com uso da terceira pessoa do singular ao invés da primeira, à *rigidez da ecolalia* o que, segundo ela, não seria propriamente uma explicação, mas a própria definição de ecolalia. Entendo que a presença do *ele* na fala da criança chama a atenção porque reprodução estrita seria, no diálogo, a reprodução da segunda pessoa - *você/tu*, presente na fala do interlocutor da criança. Uma questão a ser considerada.

Há, ainda, na área da Fonoaudiologia, uma vertente que, objetivando afastar-se das classificações médicas e psicológicas sobre o sujeito, volta-se para a Psicanálise entendendo o sintoma autista/psicótico como *manifestação do inconsciente*, como expressão de um “conteúdo/sentido escondido”. Assume-se que a “interpretação fonoaudiológica” deva incidir sobre esse sentido. Nesse passo, nota-se uma subversão conceitual inaceitável, uma vez que o fonoaudiólogo assume, de forma irrefletida, ser o sentido do inconsciente “imediatamente acessível”. Nota-se, nestes trabalhos, um uso pouco aceitável do aparato teórico da Psicanálise – de que o comentário acima é, apenas, um exemplo.

A Clínica de Linguagem, vertente teórica assumida nesta dissertação, aposta na imbricação entre processo de subjetivação e de estruturação de fala. Neste caso, reconhece tanto *a ordem própria da língua na fala/discurso*, quanto *a hipótese do inconsciente que daí decorre* – que decorre da anterioridade lógica da linguagem em relação ao sujeito. Admite-se que frente a um caso de psicopatologia infantil, como o de crianças aqui abordadas, há problemas na estruturação do sujeito que são solidários à estruturação de fala – o que constrói um outro olhar para o sujeito e/m sua fala sintomática. O sintoma é abordado como uma forma de *relação singular sujeito/linguagem*. A aproximação à Psicanálise, porém, não leva à redução de questões da Clínica de Linguagem e nem à confusão entre as duas clínicas. Como diz Arantes (2003) os pais ‘não passam ao divã’ na clínica de linguagem e, acrescento, nem a criança, como procurarei mostrar na apresentação de um atendimento clínico.

2.3 O ENCONTRO COM A CRIANÇA E SUA FALA

Após o diagnóstico médico, recebo Mateus, no Setor em que atuo. A solicitação era de atendimento fonoaudiológico, psicológico e psicopedagógico. O encaminhamento para um fonoaudiólogo já diz de uma primeira avaliação, ou melhor, do reconhecimento de uma primeira distinção (leiga) entre *normal/patológico* (LIER-DeVITTO & ARANTES, 1998) – algo na fala afetou a escuta do falante nativo (LIER-DeVITTO, 2004). No caso de Mateus, o encaminhamento foi realizado pela escola porque tanto professora, quanto diretora estranharam essa fala, composta, basicamente, por reproduções de enunciados de personagens de televisão - fala esta, “muitas vezes, com palavras que não entendemos” (constava no relatório). Havia, ainda, diziam elas, “repetição incessante de determinadas palavras”.

Na família, dizia-se que a fala de Mateus era “fora do contexto” e que havia muitas trocas: “ele não fala nada com nada” - segundo a mãe, na entrevista inicial. Antes do momento deste encaminhamento, a família já havia notado “algo diferente” em Mateus: quando não era atendido, ficava agressivo com os outros e consigo mesmo. Na primeira entrevista e início dos atendimentos, a mãe acabara de ter um bebê - uma menina. Disse que Mateus era “carinhoso com a irmã”, mas só queria imitá-la – “ter chupeta e mamadeira” (que já havia dispensado). A mãe contou que o menino interagiu com outras crianças do “jeito dele” - brincava quando chamavam, mas nunca procurava os amigos. Mateus preferia “brincar sozinho”, mas com poucos objetos – com carrinhos, por exemplo, ele detinha o olhar fixado no movimento das rodas, no vai-e-vem do brinquedo.

Numa conversa que aconteceu depois de alguns encontros meus com Mateus, a mãe disse se incomodar com o fato dele “fazer uso do nome próprio quando falava dele mesmo” – isso era “bem estranho”, disse ela. Ao longo do processo terapêutico, como poderemos ver nos recortes de sessões que apresentarei abaixo, o uso do nome próprio foi cedendo lugar ao pronome – acontecimento que foi notado também pela mãe. O caso foi acolhido na Clínica de Linguagem uma vez que, no processo de a avaliação, não só minha escuta foi afetada por um efeito de estranhamento, mas porque pude localizar problemas típicos do quadro e cronificados na fala de Mateus, além de “contextos” (não “fora de contexto”) – melhor dizendo, pareciam reiterações que remetiam a reposições de cenas vividas por ele (que

poderiam ser interpretadas e costuradas num texto)⁴⁴. Eu estava, sem dúvida, frente a uma criança em sofrimento, tanto quanto a uma “fala em sofrimento” (FONSECA, 1995, 2002).

Em meu encontro inicial com Mateus foi possível notar em sua fala muitos segmentos ininteligíveis (como disseram os professores e profissionais da Escola). Ela era como um monólogo balbuciado em que só se podia apreender uma entonação – era ela que “dava notícia” da cadeia da fala. Parecia para mim, estar frente a uma fala “fechada em si mesma”, enclausurada, sem endereçamento ao outro. Também o corpo do menino dava essa impressão: era curvado ou ele se deitava com a cabeça próxima ao chão para olhar um objeto – não havia entrada para um terceiro⁴⁵. Ao mesmo tempo, e digo ao mesmo tempo, havia oscilações numa mesma sessão. Em certos momentos, minha fala parecia ter efeito sobre Mateus, i.e., de algum modo, havia, portanto, alguma escuta para a fala do outro, Nessas ocasiões eu podia tecer texto, alinhavando fragmentos de nossas falas e estabelecer como que um diálogo no interior de meus enunciados – sustentação imaginária bastante importante na construção de uma sessão com crianças como esta. Digamos que o clínico de linguagem, “puxa a ponta do simbólico, antes de a criança poder vir a manejá-lo” (VORCARO, 2005, p. 86).

As oscilações, mencionadas acima, não são estranhas no processo de aquisição da linguagem, processo que caminha sem que crianças mostrem problemas ou dificuldades maiores – crianças que “passam a outra coisa”⁴⁶. Crianças autistas/psicóticas oscilam, mas ficam presas nessa oscilação – numa oscilação entre os polos estruturais (do outro, da língua, da criança) – nesse jogo, a criança autista/psicótica se atrapalha, fica embaraçada.

Vejamos um fragmento do primeiro encontro com Mateus e sua fala⁴⁷. T. e P. frente a uma cozinha de brinquedo:

⁴⁴Sobre a questão do tempo da linguagem, ver Andrade (2003). Trata-se de um tempo lógico e não cronológico - o que faz toda diferença em relação à questão da descontextualização/contextualização discursiva.

⁴⁵ Em momento posterior, Mateus fez avaliação oftalmológica, sendo constatado estrabismo e miopia. Porém, não é possível creditarmos esta posição corporal apenas a uma dificuldade visual, pois o mais marcante não era a proximidade ao objeto, mas a exclusão do outro nestes momentos, o não endereçamento.

⁴⁶Allouch (1995) utiliza expressão oposta para falar de pessoas com “problemas mentais”. Ele afirma que elas “não passam a outra coisa”. Aproveito essa expressão, ao contrário, para falar de crianças que chegam a falantes numa língua constituída.

⁴⁷A terapeuta é referida como T e o paciente como P; A sigla (SI) designa segmentos ininteligíveis, que não foram passíveis de transcrição; o sinal (/) indica bloqueios ou hesitações e o sinal (:) prolongamentos; o negrito e/ou itálico destaca pontos a serem discutidos.

Nº	Terapeuta	Paciente	Observação
1	T: Opa! Vamos fazer uma comida boa, é?		
2	T: Eu nem falei meu nome. Eu sou a Paula.		
3		P: (SI) fazendo bolo.	
4	T: Ah! Tá fazendo bolo? Então tá bom. Vamos ver o bolo be:m gostoso que o <i>Mateus</i> vai fazer.		
5	T: Olha ali. Tem uma nenê ali.		T. aponta para uma boneca
6		P: É.	
7	T: Aqui ó. <i>Igual sua irmãzinha.</i>		
8		P: <u><i>Sua irmãzinha da Julia.</i></u>	
9	T: Irmãzinha da Julia? A irmãzinha do ...		P. interrompe a fala de T.
10		P: (SI) aqui agora.	
11	T: Oi?		
12		P: <i>Me deixa tirar daqui agora?</i>	
13	T: <i>Tirar daqui agora?</i>		
14		P: <i>Me deixa abrir po:rtão?</i>	
15	T: Você quer deixar a porta aberta?		
16		P: (SI) <i>aqui com mamãe, papai.</i>	

17	T: A gente deixa a porta aberta.		
18	T: Você não vai pintar comigo o Chaves? Vamos pintar? Pra depois mostrá pro papai e pra mamãe?		P. senta-se a mesa com T.
19	T: Chaves. E como chama <i>essa</i> mesmo?		T. mostra o desenho do Chaves e da Chiquinha.
20		P: (SI) <i>essa</i> é o Chaves.	
21	T: O Chaves! <i>Eu</i> pinto um e <i>you</i> pinta outro.		
22	T: A <i>Paula</i> pinta um e o <i>Mateus</i> pinta outro Chaves.		
23	T: Pra gente mostrá pro papai e pra mamãe.		
24	T: Eu não sei a cor da roupa do Chaves, Mateus. Você tem que me <i>contá</i> .		
25		P: <i>Contá</i> (SI)	
26	T: <i>Vai me contá</i> , me dizer que cor que é. Deixa eu ver se eu aprendo.		P. pega lápis verde
27	T: O verde?		
28		P: Vamos ver se tá (SI)	P. pega os dois desenhos do Chaves.
29	T: Vai pintá os dois? E o meu? Pode ser um pra mim?		
30		P: Aqui (SI) vô (SI)	P. começa a pintar

			um desenho e T. pega outro.
31	T: Eu vou desenhar então também. Deixa eu ver. Pintá igual o seu. A mã:o. A mão é verde?		
32		P: (SI) tô fazendo as mãos	
33	T: Tá fazendo as mãos.		P. continua a pintar o desenho e T. vai nomeando.
34	T: O braço.		
35		P: O/o short.	P. passa a nomear o que pinta
36	T: O sho:rt. Tudo de verde você vai pintá?		
37		P: U <i>tádeecando</i>	
38	T: Tá <i>desenhando</i> ? Desenhando de verde o short.		
39		P: <i>Vã</i> desenhá u sapato	
40	T: <i>Vamos</i> desenhá u sapato também. Eu vou fazer o sapato de outra cor. Ó. Eu vô pintá o sapato de marrom.		
41		P: Marrom.	
42	T: Desenhá o sapato.		
43		P: Que.	

44	T: Que pesão que o Chaves tem, né?		
45	T: Outro sapato.		
46		P: E/esse.	
47		P: (SI) <i>pi</i> (SI)	
48	T: Eu <i>pintei</i> . Ah! Esqueci de pintá a perna. Pintá a perna aqui.		
49		P: Ai.	
50	T: Pronto. Que mais falta pintá?		
51		P: Mais mais.	
52	T: Mais? Tem mais? O shorts já pintou. Pinteí. Desenhei o shorts. Agora desenhá o chapéu? O boné?		
53		P: O chapéu.	
54	T: O chapéu? Vamo desenhá o chapéu.		
55	T: Você já pintou a blusa?		
56		P: (SI)	P. pinta a cara da personagem
57	T: A cara também? Toda a ca:ra.		

58	T: Olha. <i>O Mateus já terminou</i> o Chaves.		
59	T: Eu ainda falta aqui, ó, pintá a blusa dele, a camisa.		
60		P: <i>Já terminei!</i>	
61	T: <i>Já terminou</i> . Muito bem! Então me espera que eu ainda não terminei. Você vai pegá a Chiquinha?		P. vai em direção a mesa.
62	T: Pegá o carrinho! Beleza! Vamo lá então no carrinho.		P. pega um carrinho sobre a mesa.
63	T: Já terminei! Olha o meu.		
64	T: Mateus! <i>Mateus tá pegando o carrinho</i> , pra gente brincá.		
65	T: Mateus! Olha o meu Chaves. Tá bonito também?		P. olha para o desenho.
66	T: Tá bonito? Então tá bom.		

A terapeuta se dirige ao menino através do seu nome próprio, em diversos momentos da sessão, trata-se, muitas vezes, de um tipo de enunciado não apropriado ao diálogo já que a menção a nomes próprios é adequada quando a pessoa referida não é agente (eu/tu) no diálogo (T. linhas 22, 58 e 64). Talvez se possa dizer que frente à fala esquiva da criança, que sempre escapa à do outro e a este não se dirige, o efeito de desconforto na terapeuta seja esse – o de, para convocar o olhar e a presença da criança, invocar seu nome próprio como eventual lugar de identificação.

Durante a primeira sessão de avaliação de linguagem, Mateus falou pouco e quando o fez sua fala foi mesmo pouco inteligível (como mostram os muitos SI no segmento acima). A terapeuta balança entre o nome próprio e os pronomes pessoais (como em 21: ‘O Chaves! *Eu* pinto um e *você* pinta outro’). Logo em seguida, diante do silêncio da criança, emergem os nomes próprios (como em 22: ‘A *Paula* pinta um e o *Mateus* pinta outro Chaves’). Mateus permanece em silêncio e, também, a partir da fala da terapeuta, como em (24): ‘*Eu* não sei a cor da roupa do Chaves, Mateus. *Você* tem que me *contá*. // (25) P: *Contá* (SI)’. Esse “falar a partir do enunciado de T” é, porém, ecológico – uma especularidade inesperada e indesejada aos 6 anos de idade.

Em (7) e (8), notamos ocorrência similar: parte do enunciado da T. aparece no de Mateus:

(7) T: Aqui ó.

Igual *sua irmãzinha*.

(8) P: *sua irmãzinha da Júlia*.

A presença do pronome possessivo sem reversão (*sua irmãzinha*) é deslizamento da fala do outro. Há aqui, entretanto, diferença: um cruzamento entre cadeias que condensam uma vivência, uma cena:

sua irmãzinha

irmãzinha do Mateus

o nome dela é Júlia

Mateus é o irmãozinho da Júlia

Esses segmentos de cadeias se embaralham – a língua associa/articula restos, fragmentos de falas sem que o sujeito possa tomar posição – o estranho decorre, portanto, de uma confusão entre posições subjetivas. Mateus está preso, fixado, em fragmentos e não no intervalo entre significantes. De certa forma, ele é afetado por significantes de uma cena, mas não pode decidir sobre o destino daquilo que aparece em sua fala – não se divide *entre* a “instância que fala e a instância que escuta” (De LEMOS, 2002) – esse intervalo ele não pode ocupar.

Não deixa de chamar a atenção, no registro de sessão acima, que em (12), (13) e (14) haja uma espécie de retomada, de retorno à própria fala, como efeito do estranhamento da terapeuta. Quero dizer com isso, que, por vezes ocorreram novas composições:

(12) P: *Me deixa **tirar daqui agora?***

(13) T: *Tirar daqui agora?*

(14) P: *Me deixa **abrir po:rtão?***

Pode-se pensar, ainda, que a nova composição seja “velha”, quer dizer, vem de outro lugar, tanto quanto a modificação em (14). Não me parece implausível supor, porém, que, mesmo sendo assim – que Mateus fique à mercê desses cruzamentos e cenas – houve efeito de deslocamento provocado pela intervenção de T. (interessa, nesse caso, a hesitação em 14).

As oscilações acontecem, também, na flexão verbal: em (58) e (60) Mateus fala em primeira pessoa, depois da presença, na fala da terapeuta, do nome próprio da criança. A flexão verbal é, assim como o pronome, indicativa de subjetividade, pois traz em sua terminação a categoria de pessoa (De LEMOS, 2004; BENVENISTE, 1946 e 1958/ 2005). Temos, assim, na fala de Mateus oscilações entre ser falado e ser falante no insólito enunciado abaixo.

(58) T: Olha. *O Mateus já terminou* o Chaves.

Eu ainda falta aqui, ó: pinta a blusa dele, a camisa

(60) P: **Já terminei!**

Se no segmento apresentado ocorreram oscilações numa mesma sessão, mais intrigante é o embaraço presente *numa mesma cadeia de fala*, como em (73), abaixo – fragmento este retirado de sessão posterior.

Nº	Terapeuta	Paciente	Observação
67		P: A piscina está fechada. Qué/qué/ qué tomar.	
68	T: A piscina tá fechada.		

69		P: <i>Eu quero tomar.</i>	
70	T: <i>Quer tomar banho de piscina?</i>		
71		P: <i>Qué!</i>	
72	T: Mas tá fechada, porque ainda não é, é... tempo de nadar.		
73		P: Não. <i>Eu vô comprá</i> minha piscina e depois (SI) aí vai tomá só(1) e nada <i>o Mateus vô tomá</i> piscina.	
74	T: Ah! Vai comprar uma piscina?		
75		P: <i>Compra o minha</i> piscina.	
76	T: Aí quando você comprar sua piscina você vai nadar, mas aqui não dá.		
77	T: Deixa só eu arrumar aqui, ó, pra poder fechar.		
78	T: Aqui não dá pra nadar.		
79		P: Paula, vamos na Terezinha?	
80	T: <i>Vamos na Terezinha? Você gosta da Terezinha?</i>		
81		P: Ela chama Terezinha.	

Destaco o enunciado 73 que condensa a complicação de Mateus que se expressa na presença embaraçosa dos pronomes pessoais (primeira pessoa – *eu* e *vô* ; de segunda ou terceira pessoa – *vai*; nome próprio - *Mateus* seguido de *vô* -primeira pessoa)

Eu *vô* comprá minha piscina
vai tomá só(1) e nadá
o Mateus *vô* tomá piscina.

Nesta composição paralelística (JAKOBSON, 1960; WEIR, 1962⁴⁸; LIER-DeVITTO, 1998 e outros), há substituições inaceitáveis (*tomá sol* e *tomá piscina*). Nela, ocorrem deslocamentos inesperados da criança entre a primeira, segunda/terceira pessoa (seja nos pronomes pessoais, seja na flexão verbal ou no nome próprio). Fato é que apesar desse enunciado inusitado, Mateus marca sua presença hesitante, trôpega, como falante nesta cadeia. Nesse embate oscilante e um tanto tortuoso, um diálogo se tece.

(74) T: Ah! Vai comprar uma piscina?

(75) P: *Compra o minha piscina.*

Abaixo, Mateus sustenta uma vontade: tomar banho de piscina com um *eu quero*:

(67) P: A piscina está fechada.

Qué/qué/ qué tomar.

(68) T: A piscina tá fechada.

(69) P: *Eu quero* tomar.

Esse “quebra-cabeças” (BORGES, 2006) aparece num jogo significantes que abre espaço para a imersão do sujeito (De LEMOS, 2002, p. 61)

Nº	Terapeuta	Paciente	Observação
82	T: <i>Onde está a Julia?</i>		Julia é a irmã de Mateus, que costuma acompanhá-lo ao centro

⁴⁸ WEIR, R. *Language in the Crib*. The Hague, Holanda, Mouton, 1962.

			de atendimento
83		P: <i>Julia/ <u>you ficar aqui...</u> Julia/ <u>you ficar em casa.</u></i>	
84	T: Então a Julia ficou em casa? T: Tava muita chuva, né, Mateus?		P: Pega um caminhão.
85	T: Ih! Ué, tá faltando alguma coisa nesse caminhão.		
86		P: (SI) gosta da Sabrina?	
87	T: Eu gosto da Sabrina.		
88		P: Gosta da Terezinha?	
89	T: Gosto. Gosto da Terezinha. <i>E você, gosta da Sabrina?</i>		
90		P: Gosta da Sa ... não, não, é o Mário.	
91	T: O Mário? O Mário gosta da Sabrina?		
92		P: Não.	
93	T: Ou é o Mateus?		
94		P: Não. O Mário Luigi	
95	T: O Mário e o Luigi.		
96	T: Mateus. Tá faltando um pedaço desse caminhão.		
97		P: (si) bru (vibração de lábios)	P. pega o caminhão e o empurra.
98	T: Vou pegar as ferramentas.		

	Se quebrar a gente conserta.		
99		P: Mario Luigi. (si)	
100	T: Um foguete do Mário e do Luigi? O Mário e o Luigi tão aí dentro!		
101		P: Bru.	
102		Hum. Quebro avião. Me dá onomi.	
103	T: Ih. Caramba! Quebro o avião. Traz aqui que eu vou consertá. Vamos consertá.		
104		P: Não!	
105	T: Não?		
106		P: (si) i quebrá.	
107	T: Vai deixar ele quebrado?		
108		P: I. bruuu.	

Em (82), a pergunta da terapeuta sobre a irmã (T: Onde está a Julia?), incita a seguinte fala de Mateus em (83):

P: Julia/ vou ficar aqui.

Julia/ vou ficar em casa.

Composição estranha porque indiferente ao momento dialógico. Vemos aparecer o dêitico ‘aqui’, aparentemente por decorrência da pergunta sobre onde Julia está. O dêitico parece fazer referência ao lugar em que o *ela* está. Mas, teria Mateus escuta para sua própria fala? Não nos parece possível afirmar que sim - parece mais que estamos diante de um sujeito

à mercê da língua e sob efeito de substituições entre palavras atreladas a uma cena - não há circulação de significantes: a criança “não passa a outra cena”. (ALLOUCH, 1995)

Em outro momento do diálogo, Mateus passa a se referir às terapeutas: psicóloga e pedagoga - Sabrina e Terezinha.

(86) P: (si) *gosta da Sabrina?*

(87) T: Eu gosto da Sabrina.

(88) P: *Gosta da Terezinha?*

(89) T: Gosto. Gosto da Terezinha.

E você, gosta da Sabrina?

(90) P: *Gosta da Sa ... não, não, é o Mário.*

(91) T: O Mário? O Mário gosta da Sabrina?

(92) P: Não.

(93) T: Ou é o Mateus?

(94) P: Não. O MárioLuigi

Como se pode ver, novamente um paralelismo dá suporte à fala de Mateus. Ele é suspenso após intervenção de T (89). A resposta ecológica é abandonada ao meio: *Gosta da Sa...* e um personagem de videogame, de que a criança “gosta”, está a ela alienada, irrompe subitamente no diálogo, que toma direção enigmática. Podemos observar, ainda, mais uma vez, o desconcerto no modo da terapeuta se dirigir a ele: primeiramente, através do pronome *você* e, depois dos embaraços, pelo seu nome próprio. Parece-me possível supor, entretanto, que a mudança de *eu gosto* para *você gosta* promoveu conflito subjetivo e no diálogo.

Em outro segmento, ocorrido *um ano após* os anteriores, ao ser chamado na sala de espera, Mateus vai direto para a sala de terapia, à frente da terapeuta.

Nº	Terapeuta	Paciente	Observação
109	T: <i>Cadê você?</i>		T. pergunta do corredor

110		P: <i>Tô aqui:</i>	P. responde da sala
111			P. tenta montar um brinquedo
112		P: <i>Me ajuda?</i>	
113	T: Te ajudo, ó. Eu vou te ajudar a ler pra gente vê como tem que fazer. As instruções.		
114			T. e P. montam o brinquedo.
115			P. olha as instruções na caixa.
116		P: Paula fono?	P. lê na caixa
117	T: <i>É. Quem é Paula fono?</i>		
118		P: <i>Paula é, é você!</i>	
119	T: Sou eu! Eu escrevi aí pra num perder o jogo.		
120		P. A casa (caixa)/ que tava/ que tava escrito Paula fono?	A caixa tem a casa do Mickey
121	T: <i>É. A caixa. Tá escrito. Eu escrevi na caixa porque aí sabe que o jogo é meu.</i>		
122		P: <i>É. Jogo pra você.</i>	
123	T: <i>É pra mim porque eu que comprei. Mas é pra gente jogar. Eu e você.</i>		
124	T: Vamos jogar, então?		

125		P: Tá, tá bom. <i>Eu vou</i> colocar no chão.	
-----	--	-----------------------------------------------	--

Nesse trecho retirado de uma sessão, Mateus parece ter caminhado: ele responde à pergunta da terapeuta a partir da primeira pessoa (*Tô aqui*), assim como da presença do pronome *me*.

(109) T: *Cadê você?*

(110) P: *Tô aqui:*

(111) (silêncio enquanto tenta abrir um brinquedo)

(112) P: *Me ajuda?*

Vamos olhar, agora, estes outros trechos retirados da sessão acima:

(116) P: Paula fono? (lendo na etiqueta do jogo)

(117) T: *É. Quem é Paula fono?*

(118) P: *Paula é, é você!*

(124) T: Vamos jogar, então?

(125) P: Tá, tá bom. *Eu vou* colocar no chão.

Neles, tanto nome próprio, quanto pronomes fazem presença certa – não há embaraços, ‘erros’ ou hesitações. O fato de dizermos que esta sessão ocorreu após um ano da anterior pode ter levado à ideia de desenvolvimento - de que embaraços anteriores cessaram. É fato que, ao longo deste período de tratamento, mudanças ocorreram na fala de Mateus, como se almeja na Clínica de Linguagem. Porém, este novo estado da fala de Mateus é instável: em sessões reencontraremos embaraços, hesitações, ‘erros’. Mudanças ocorrem, mas elas não se estabilizam e não retiram Mateus da condição de “psicótico”.

Vejamos um segmento de narrativa. Mateus folheava um gibi, lendo alguns trechos da história e procurando narrar outros a partir da ilustração.

Nº	Terapeuta	Paciente	Observação
126		P: E nesse. Ca/cachorro	
127	T: E aí. O Tom e Jerry vai. O Tom vai pegá o Jerry?		
128		P: Que pa / ma/machucou	
129	T: Ih! Machucou. Caiu de cara no chão.		
130		P: Ah. Ah: (SI) i cachorro. <i>Ele vai pegá.</i> Eta, o oto Jerry.	P. vê que há dois ratos na história.
131	T: Outra história agora.		P. vira a folha e T. nomeia que é outra história
132		P. Oto Jerry qué vi (si) e não vai/vai pegá castigo. O Jerry tá lendo livro.	P. retorna a historia inicial
133	T: O Jerry tá lendo livro.		
134		P: U Tom e Jerry.	
135	T: Ih! O Jerry tá, foi levantá a mesa e a mesa, pá! Caiu na cabeça dele.		
136		P: Ih. (si) cabeça.	
137	T: Cabô?		
138		P: Cabou.	
139	T: Também gosta do Tom e Jerry, é?		P. volta a folhear o gibi do começo

140	T: Ih! Acho que ele levou um choque. Foi na fazenda!		
141		P: Foi na fazenda.	
142	T: Ah! Tem pintinho.		
143		P: U rabo dele.	
144	T: O rabo dele. Tá dando comida pro pintinho.		
145		P: (si)	
146	T: Ó quem apareceu.		
147		P: U galinha.	
148	T: Apareceu a galinha, a mamãe dos pintinhos.		
149		P: (si) Tom e Jerry. Tom	
150			P. folheia o gibi e narra a cena
151		P: Agora, oto/o Tom e Jerry vai/vai ba/pegar o Jerry. Pegou.	
152	T: Pegou o Jerry. Só que o Jerry fugiu.		
153		P: A/arrá. Só vê. Cabou.	
154	T: Aí o Tom foi pegar o Jerry outra vez.		
155		P: U Tom e Jerry vai leva pi pú:	

156		P: U. é: ó: é/é. <i>Ô Ana Paula.</i> <i>O Tom e Jerry vai cair. Bateu i na mesa. A pú:</i>	
157	T: Caiu a mesa na cabeça. I bateu.		
158		P: Ah! Mesa. É (si). Ah! O Tom e Jerry i pegou roupa pegou. O Tom e Jerry pegou a tina.	P. nomeia o Tom como Tom e Jerry.
159			P. vira a página
160		P: A/a o.	
161		P: Ah! <i>O Tom e Jerry não pegou. O Jerry escondeu.</i>	
162		P: Tom e Jerry passio e po deu bateu na/na (si). O Tom e ji: pou na cachorro vai dá (si) <i>O Tom e Jerry i tá voando.</i> <i>O Tom e Jerry i tá vô voá na.</i> Ah! Bateu na cabeça.	No gibi há a onomatopéia “POW”
163	T: I ele voou: i caiu bem em cima du cachorro.		
164		P: Hum.	
165	T: Acho que o cachorro vai pegá o Tom.		
166		P: É. <i>U/u Tom vai pegá o cachorro.</i>	
167	T: É o Tom que vai pegá o cachorro?		

168		P: O cachorro. U/u Tom cachorro pe. U cachorro voou Tom quebrou na ca/cabeça dele. Aqui Tom e Jerry i tá fazendo quebrou a caixa. U Tom e Jerry pegou u dois Jerry. Tom e Jerry pegou na ca/ar Tom e Jerry pegou!	
-----	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

No segmento (156), durante sua narração, o paciente chama a terapeuta pelo nome. No enunciado anterior, ele hesitava. Frente ao nome do outro (terapeuta), Mateus parece situar-se novamente e pode dar continuidade à sua fala.

(155) P: U *Tom e Jerry* vai leva pi pú:

(156) P: U. é: ó: é/é. *Ô Ana Paula*⁴⁹.

O nome “Tom e Jerry” vem como um bloco, já que seguido de verbo na segunda pessoa do singular (ao invés de no plural) – “em bloco”, mesmo tendo ele visto “outro Jerry”. Esses nomes formam um amálgama como no caso do MarioLuigi. Já no segmento (162), que retomo abaixo, o embaraço se mostra na flexão verbal, que concorda não com os personagens, mas com a primeira pessoa da conjugação verbal- *vô*. Neste seguimento há oscilação entre posições de narrador e personagem - como observou Lemos (2004) na narrativa de crianças? A composição paralelística criou um jogo de significantes (permeado pela homofonia) *voando/vô voá*, que guiou a fala de Mateus? Parece-nos que sim, tanto oscilações, mas não da mesma natureza daquelas de crianças em franco processo de aquisição de linguagem - quanto uma homofonia acontecem. Mateus não consegue barrar ou ressignificar – ele repete:

(162) P: Tom e Jerry passio e po deu bateu na/na (si).

⁴⁹ A terapeuta chama Paula, mas Mateus teve uma professora chamada Ana Paula e em alguns momentos é esse nome próprio que aparece em sua fala. Quando terapeuta estranha ele reformula dizendo Paula. Neste segmento não houve esse estranhamento por parte da terapeuta.

O Tom e ji: pou na cachorro vai dá (si) *O Tom e Jerry i tá voando.*

O Tom e Jerry i tá vô / voá na. Ah! Bateu na cabeça.

A narração/diálogo que segue, aconteceu duas sessões após este com a continuação da atividade de leitura/narração de imagens da história em quadrinhos.

Nº	Terapeuta	paciente	observação
169		P: Eta. O Tom tá mui:to preso	
170	T: Vai ficar preso aí porque o Jerry não vai soltá.		
171		P: É. A passarinho que falô?	P. fala em velocidade muito rápida
172	T: E a roupa mágica do super-homem?		
173		P: Heim, de da/qui/so (SI) Soco:rrro! Por favor. Soco:rrro!	P. lê o balão do gibi: Socorro
174	T: Me tirem daqui! Ele fico batendo assim. Me tirem daqui!		T. bate na mesa
175		P: Me/me tira daqui. Pa(qua)to Jerrys!	P. folheia rapidamente o gibi.
176		P: Lê. Não tenho. Não tem super-homem.	
177	T: Esse aí não tem super-homem. A história do super-homem é aquela primeira.		
178		P: É. Tom. (SI) o Tom?	

		Ele tá chorando da galinha.	
179	T: Ah, é. Essa história tem a galinha.		
180		P: Tem a galinha tá chorando.	
181	T: Cadê a galinha? Perdeu o ovo, né?		
182		P: É. Olha lá o top o: Ó tá chorando.	
183	T: Ah! Mas quem tá chorando é o Tom. O Tom tá chorando.		
184		P: Ah! Lá vai o Tom tu. Pú pú. Agora: <i>aventuras de Tom e Jerry</i> :	P. Fecha o gibi e lê a capa com entonação de desenho animado.
185	T: Qual que você mais gostou?		
186		P: É o Tom mais/mais <i>vai/ e vai bu: vai/vai</i> por a roupa de super-homem. Ah! Tom (SI) super-homem. E vô levá balã:o.	
187	T: Ah!		
188		P: O Tom vai pegá: o cachorro.	
189		P: Hum. Hum.	P. folheia a revista.
190		P: É. O Tom caiu no tem Jerry. Não tem burquinho. Corre Jerry! Corre.	P. fala com o personagem.

191	T: Ai! Corre que aqui tem um buraquinho. Corre. Corre. Aqui tem buraquinho.		
192		P: <i>Corre Jerry. O Tom vai pegar. Corre seu buraquinho!</i>	P. fala para o personagem, com voz em alta intensidade.
193		P: Pego leite do Tom.	
194	T: Ê:		
195		P: Vai ficar bravo.	
196	T: Vai ficar muito bravo.		
197		P: <i>Corre Jerry. O Tom vai te pegar. Não tem buraquinho. Corre Jerry!</i>	P. fala para o personagem, com voz em alta intensidade.
198	T: <i>Então vai ter que subir lá: pra escada na janela. Será?</i>		
199		P: <i>É. Será que. O Tom não: não esta(va) correndo. Ele vai passear. Mas/mas (si) pego (si) é tu tu. Tá medo de Jerry.</i>	
200	T: Dá medo do Jerry, né?		
201		P: <i>É. O Tom vai bate: é cabeça do Jerry. Pu:m.</i>	
202	T: Ah! Não vai não. Porque o Jerry e o Espeto vão puxá o tapete do Tom.		
203		P: E va/va batê. Pu:m	
204	T: E onde vai cair a mesa?		

205		P: E/e.	
206	T: Na cabeça do Jerry?		
207		P: É/que/é. O Tom vai/vai ca ba/ vai escu vai	
208	T: Escorregá.		
209		P: Vai/vai cair. Vai batê pu:m	
210	T: Vai escorregá e cáí. Pá! De cara no chão.		
211		P: Cara no chão. E tá/tá machucado.	
212	T: Tá machucado, ó. Tá to:do amassado vendo estrelinhas.		
213		P: É bateu. Nossa. O Tom bate nu (si) super-homem. E vai ba/te. Ó lá. O Tom tá machucado. Todos.	
214	T: Outra vez. Esse tombo dele foi engraçado, heim? Ó. O To. O Jerry e o Espeto tão rindo. Hahaha.		
215		P: Ah. Já sei um avião decola sem (si)	P. lê a fala do gibi
216		P: O Tom vai. Vai trá: no avião.	
217	T: Ele vai entrá no avião. Que ele qué voar igual avião.		
218		P: Vai (v)quar avião.	
219	T: O avião ele vai. Corre,		

	corre, corre e vo:a. Aí ele vai fazê igual. Vai corre, corre, corre e voa.		
220		P: É.	P. vira a página
221		P: É. O/o Tom vai quebrá a cabeça. Vai quebrá o/o Tom vai quebrar a tã a/a za do/do cachorro. Vai quebrar ele vai ficar bravo <i>Paula</i> .	
222	T: Ô. O cachorro vai ficá bravo sim, <i>Mateus</i> . Olha a cara de bravo dele.		
223		P: É. Vai pegá ele vai batê pu:m	
224	T: Pum. Quem mando você pegá madeira da minha casa? O cachorro falou assim.		
225		P: É. O Tom. Vai pegar o Jerry. Corre Jerry. O Tom vai te pegar. Não tem buraquinho: Corre Jerry.	P. fala ao personagem, aumentando a intensidade da voz
226	T: Ih!		
227		P: É. O Jerry não tem buraquinho.	
228	T: Não tem buraquinho pra entrá.		
229		P: É. O Tom vai batê no/no cabeça	

No segmento (186) chama a atenção a oscilação entre *vai/vô*, novamente personagem/narrador

P: É o Tom mais/mais *vai/ e vai bu: vai/vai* por a roupa de super-homem.

Ah! Tom (SI) super-homem. E *vô* levá balã:o.

Em (221) e (222), o nome próprio de paciente e da terapeuta fazem presença, mas não de modo desajeitado ou enviesado (no lugar do *eu/tu*), mas para indicar o destinatário do enunciado (a pessoa com quem se fala).

(221) P: É. O/o Tom vai quebrá a cabeça.

Vai quebrá o/o Tom vai quebrar a tã a/a za do/do cacho:rrro.

Vai quebrar ele vai ficar bravo, *Paula*.

(222) T: Ô. O cachorro vai ficá bravo sim, *Mateus*.

Olha a cara de bravo dele.

Pretendi, com a apresentação dos segmentos abordados acima, atingir três objetivos principais:

- (1) expor os embaraços de Mateus com a linguagem, registrados e apreendidos na avaliação da linguagem – embaraços que me permitiram caracterizar a qualidade específica da fala deste menino. Uma caracterização linguística que pode abrir minha escuta para os impasses na relação sintomática deste com a linguagem, que deixava exposta a complicação da assunção de posição subjetiva, nitidamente marcada no modo de presença dos pronomes, das flexões verbais e do nome próprio em seus enunciados. Essa situação, levou-me a insistir na tentativa de demarcação de posições dialógicas. Gradualmente e por efeito de

considerações advindas tanto das discussões teóricas no grupo de pesquisa, quanto pelas questões suscitadas em supervisões, nomes próprios (da terapeuta e do menino) foram sendo menos utilizados como “pessoas do diálogo”.

- (2) Mostrar, em segmentos de sessões de um ano após as avaliações, que houve mudanças importantes na fala de Mateus: presença adequada, no diálogo, do nome próprio dos sujeitos nele envolvidos (T. e P.); oscilação mais pontual entre pronomes e flexões que marcam posições subjetivas.
- (3) Indicar que as oscilações sintomáticas persistiram – o que nos leva a refletir sobre a questão estrutural: este menino é psicótico, assunto que será abordado no capítulo 3, desta dissertação. Uma vez numa estrutura, dela não se pode sair – ainda que mudanças ocorram no tratamento. As hesitações são indicadores importantes das mudanças: elas adquiriram perfil mais estruturante nos dois últimos segmentos apresentado: elas têm presença expressiva, mas, digamos, elas permitem que o enunciados caminhem, que “passem a outra coisa” – diferentemente dos tropeços que vemos nos dois primeiros segmentos apresentados, que dão margem a segmentos ininteligíveis (SI) e a marcantes desordens enunciativas.

2.4 CLÍNICA DE LINGUAGEM

As questões trazidas para discussão nesta dissertação partiram de teorizações realizadas, desde 1995, no interior do Grupo de Pesquisa CNPq , do LAEL-Derdic da PUCSP, a que estou filiada. Pode-se dizer que neste ambiente teórico, assume-se “compromisso com a especificidade do material [que deve] ser sustentado como condição para que o investigador se mantenha em posição de ser afetado/interrogado por sua singularidade” (LIER-DeVITTO, 2005, p. 144). Na Clínica de Linguagem, portanto, o terapeuta deve deixar-se afetar pelo *acontecimento enigmático da fala sintomática*. Nesse sentido é que a relação da Clínica de

Linguagem com o Interacionismo é de alteridade, de diferença. A Clínica de Linguagem deve afirmar-se ao lado de crianças e falas que “sucumbiram” (De LEMOS, 2002) no movimento de estruturação subjetiva e da linguagem.

Convém, ainda, melhor especificar a distância entre a Clínica Fonoaudiológica e a Clínica de Linguagem⁵⁰:

Sua função [da Clínica de Linguagem] não é apenas renomear [uma prática] (...) Ela estenografa uma reflexão em cuja base está a problematização da noção de sintoma, quando o que está em causa é a linguagem e, conseqüentemente, o espaço clínico no qual se acolhe um ser que sofre por efeito dessa condição sintomática (ARANTES & FONSECA, 2011, p. 117).

Lier-DeVitto (2005) sustenta que a Clínica de Linguagem deve, por questão ética, privilegiar aquilo que a funda: *a linguagem*. Ali é o lugar em que uma demanda por mudança na fala e na condição de falante é dirigida ao outro-terapeuta. Sendo esse o caso, refletir sobre a natureza dessa interação (clínica) é imperativo: “tanto o *outro* deve ser pensado em sua especificidade de *outro-terapeuta*, quanto *mudança* já que ela fica condicionada a um ato clínico (uma *interpretação*) que, espera-se, possa incidir sobre o *sintoma*.” (LIER-DeVITTO, 2005, p. 144). Nas clínicas, a relação sujeito-outro está sob o vértice de uma “assimetria imaginária” - a posição do terapeuta deve ser especificada, não a partir da questão do *saber* vs. *não saber*, mas pela questão da *escuta clínica para a fala*.

A ‘escuta clínica’ só é operativa (promotora de mudanças) porque o corpo do clínico⁵¹ – diferentemente do corpo do falante nativo- é duplamente marcado: de um lado por uma teoria de linguagem e, de outro, pelo encontro (nas sessões de atendimento) com a ‘fala em sofrimento’ (ARANTES & FONSECA, 2011, p. 124)

⁵⁰Termo cunhado no interior do Grupo de Pesquisa “Aquisição, Patologia e Clínica de Linguagem” coordenado pela Prof^a Dr^a Maria Francisca Lier-DeVitto.

⁵¹Ver sobre esta questão, ainda, Carvalho (1995, 2005 e outros)

Do mesmo modo, o sintoma suscita questões no espaço clínico que devem ser refletidas também sob o ponto de vista teórico. Entende-se, assim, a relação entre a proposta Interacionista de De Lemos (1982, 1992, 2002 e outros) e a Clínica de Linguagem. O Interacionismo levanta pontos teóricos fundamentais para pensar na diferença, nos problemas que se apresentam para a Clínica de Linguagem: *interação, mudança, ‘erro’⁵², sujeito, outro, heterogeneidade e interpretação*. Dessa filiação decorre, também, a relação entre Linguagem e Psicanálise. Sabemos que “não seria qualquer teoria da Linguística com que se poderia dialogar [...] – haveria de ser com uma em que ‘interação’, ‘outro’ e ‘erro’ fossem proposições problemáticas” (LIER-De VITTO, 1994-7). Ora, a teorização adotada sobre *linguagem* (o estruturalismo europeu) exige, como procurei mostrar no capítulo 1, reconsiderar a noção de sujeito epistêmico – a noção deve ser compatível com a de linguagem (que dá suporte às reflexões do campo).

Lier-DeVitto desenvolveu, no interior do Grupo de Pesquisa que lidera, uma reflexão consistente sobre *sintoma na fala* -e sobre sua diferença em relação aos erros aceitáveis de crianças (LIER-DeVITTO, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2011 e outros). *Sintoma*, diz ela, é “desacerto resistente à mudança – expressão de uma lógica significante que comanda a fala de um sujeito que nela faz marca de sua presença na linguagem.” (LIER-DeVITTO, 2005, p. 145). Partir desta noção de sintoma é considerar o modo de “enlaçamento singular da fala de um sujeito à língua e ao outro” (LIER-DeVITTO, 2005, p. 145). Trata-se, naturalmente, de um enlaçamento sintomático, que revela uma “prisão” da criança a um dos três polos da estrutura, proposta por De Lemos (1992 e outros), na Aquisição de Linguagem: sujeito/língua/outro (fala). Ao contrário da aquisição, porém, há cristalização e não “passagem a outra coisa”. Mateus, como vimos, fica preso em oscilações insuperáveis.

O sintoma, portanto, “é ‘presente’, é repetição ‘sem ocultação’ que um corpo “realiza em ato”, um acontecimento submetido às leis de referência interna da linguagem (LIER-DeVITTO, 2003). Pensar sobre o sintoma na linguagem é tomá-lo como *enigma* (ARANTES, 2001) – como interrogação sobre uma criança e sua fala – é a diferença maior da Clínica de Linguagem em relação à Fonoaudiologia. O sintoma não é evidência manifesta, não é “uma empiria a mais em que se movimentam aparatos descritivos da Linguística, ou como sinal de

⁵² Assim como fez a autora do texto ao qual me remeto, Lier-DeVitto (2005), trago aqui uma nota sobre as aspas em ‘erro’, que marcam uma diferença em relação ao que se diz da fala da criança no senso-comum e, também, na grande maioria dos trabalhos de Aquisição, uma vez que no Interacionismo o ‘erro’ é noção a ser problematizada e grande mola propulsora de questões.

problema cuja etiologia é orgânica/cognitiva ou emocional”⁵³ (LIER-DeVITTO, 2006, p. 185); i.e., a ordem própria da língua não é posta em questão, nem a relação do sujeito com a linguagem, uma vez que ‘erros’ são consequência de outros domínios.

A relação da Clínica de Linguagem e da proposta Interacionista com a Linguística é governada pelo registro de restrições: aplicações são barradas e, portanto, descrições categoriais. Elas não atingem a distinção normal/patológico (ANDRADE, 2003) e, no limite, anulam o enigma que se imprime em falas sintomáticas.

Arantes & Fonseca (2011, p. 122) sustentam que a originalidade das reflexões no âmbito do *Grupo de Pesquisa*⁵⁴ reside nesse ponto: “o contorno teórico que se procura dar às patologias de linguagem imbrica acontecimento e clínica – espaço de acolhimento daquele que sofre por efeito de uma fala sintomática” (ARANTES & FONSECA 2011, p. 122). Teorização sobre linguagem (estruturalismo europeu) e sobre sujeito (hipótese do inconsciente) são os solos teóricos da originalidade discursiva e clínica desta proposta, i.e., da reflexão sobre questões que se desdobram na prática clínica e de falas sintomáticas.

Retiramos da Linguística algumas lições: a colocação de que os pronomes são *signos vazios* (BENVENISTE, 1956/2005), de que os *shifters* impõem dificuldades ao próprio campo (JAKOBSON, 1957/1963). A proposta de De Lemos (1992 e outros), como discutimos nesta dissertação, dialoga com a Linguística saussureana e com a Psicanálise e introduz a estrutura sujeito/língua/fala. Porém, na Aquisição de Linguagem, o que pauta a reflexão é o ideal de que a instabilidade pronominal ceda lugar à estabilidade (LIER-DeVITTO & ARANTES, 1998) - mesmo sendo este trajeto ‘longo e tortuoso’ (De LEMOS, 2004). Entretanto, uma questão persiste para quem está na clínica de Linguagem: como entender que haja estabilização na hesitação, no embaraço? Questão, essa, que não pode ser abordada desde o campo da Aquisição, conforme definido.

Mateus é exemplo desse acontecimento sintomático: seu sintoma são oscilações, hesitações, deslizamentos inesperados. É certo que composições esperadas, mais próximas da estabilidade da língua constituída até ocorram, mas elas não se estabilizam. Pergunto agora:

⁵³ A aplicação desses aparatos pode criar constrangimentos ao clínico e ao investigador: produções típicas podem ser consideradas patológicas e produções atípicas, ‘normais’ (LIER-DeVITTO, 2004, 2006). Percebe-se, assim, que o aparato descritivo não alcança a problemática da fala sintomática.

⁵⁴ Grupo de Pesquisa Aquisição, Patologia e Clínica de Linguagem que, como disse, foi proposto e coordenado por Maria Francisca Lier-DeVitto e, atualmente, por ela e Lúcia Arantes, no LAEL-PUCSP.

“o que determina que crianças sucumbam no caminho que leva à língua constituída?”. Levanto uma questão que diz respeito à problemática da subjetividade e, como anunciado, na direção da Psicanálise para apreender a solidariedade que há entre as ditas "patologias da linguagem" e a constituição subjetiva.

Capítulo Três:
O olhar da Psicanálise sobre o sujeito:
tecendo considerações

O ser vivo está imerso na linguagem,
'exame de significantes produzido no campo do Outro'
Vorcaro (1999, p.24)

O sujeito humano não é mais do que linguagem,
e fora dela não é nada
Jerusalinsky (1987, p. 15)

3.1 CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA

Nesta dissertação, sob efeito do tratamento de uma criança psicótica, sou levada a discutir a estruturação subjetiva/estruturação de linguagem, ambas 'esburacadas'. Como disse, crianças chegam à Clínica de Linguagem com diagnóstico de autismo, psicose infantil, ou mesmo sem diagnóstico, mas apresentando traços de psicose. Discorrerei sobre aspectos que julguei serem relevantes para pensar os embaraços na relação criança-linguagem, principalmente aqueles que dizem da presença de pronomes pessoais e nomes próprios. Para tanto, partamos da constituição subjetiva, a partir da linha lacaniana para, posteriormente, pensarmos os caminhos dessa constituição na criança psicótica que, como veremos, tem especificidade: a falta da/falha na *separação*.

Partiremos das epígrafes acima que enfatizam a função da linguagem na constituição do sujeito – ela está lá, antes mesmo da nomeação do ser, antes de seu nascimento.

É um equívoco considerar que o 'Sujeito' com o qual a psicanálise opera é uma substância individual, sujeito psicológico. O Sujeito é o efeito da divisão própria ao funcionamento da linguagem, portanto, não pré-existe a ela. (VORCARO, 1999, p.20)

A linguagem o localiza e o inscreve em sua ordem e o divide ao instituí-lo como ser-de-linguagem. É nesse ponto que ao ser inserido numa linhagem simbólica, que se faz a

aposta num vir-a-ser (sujeito), aposta que é, portanto, constitutiva/estruturante: “Trata-se de seguir a trilha pela qual a unidade biológica de um ser (re)verte o lugar de coisa, operada por uma alteridade estruturada [...]” (VORCARO, 2004, p. 67)

É sobre esta questão que sempre implica uma estruturação, que procurarei refletir neste capítulo. Uma reflexão motivada por um efeito possível dessa constituição que é a psicose - é frequente recebermos, na Clínica de Linguagem, crianças com diagnósticos psiquiátricos (já comentados nesta dissertação). Procurarei explorar a psicose infantil sob outro ponto de vista: da Psicanálise, que envolve mudanças conceituais profundas, de maior interesse teórico e clínico para esta dissertação e para a clínica de que parte.

Sublinho, de início, a questão fundamental da *noção de estrutura* (que se opõe à de desenvolvimento). O inconsciente é atemporal, disse Freud (1915)⁵⁵, quer dizer, seu funcionamento insiste e obedece a uma lógica estrutural – podemos falar (com Lacan) em “tempo lógico”, relacional e permanente. Afastamo-nos, portanto, do sujeito psicológico e da ideia de desenvolvimento, i.e., de uma constituição que se dá num tempo cronológico.

Mesmo não havendo consenso sobre o diagnóstico de psicose infantil e menos ainda sobre o diagnóstico diferencial entre psicose e autismo⁵⁶ Bergès e Balbo (2003) sustentam, em perfeito ajuste com a questão da estruturação subjetiva na Psicanálise, a importância do *transitivismo*⁵⁷ -do jogo de posições da mãe e da criança – como determinante da instituição do sujeito. Eles não abandonam a importância, dada por Lacan, ao grande Outro (tesouro dos significantes). Trata-se, assim, de olhar a psicose não como uma entidade autônoma, mas como *modalidades e respostas às diferentes relações em torno deste grande Outro*.

A este respeito, Lacan introduz o *nó borromeano* com a finalidade de “dar conta da constituição do sujeito” (LACAN, 1964/1998, p. 193). Tal nó, *efeito de linguagem*, enlaça três registros - Real, Simbólico e Imaginário – sem eles, o sujeito não se constitui⁵⁸. “Supõe-

⁵⁵ FREUD, S (1915) *O Inconsciente* Obras Completas, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 2006

⁵⁶Ver, sobre isso, Bergès e Balbo, 2003; Barbosa, 2011.

⁵⁷O transitivismo é discutido de maneira aprofundada em *A atualidade das teorias sexuais infantis* (BERGÈS E BALBO, 2001)

⁵⁸Indico Vorcaro (2004), que faz uma excelente explanação sobre a trança Real/Simbólico/Imaginário central para a estruturação subjetiva. Não me aprofundarei na conceituação dessas instâncias, visto não haver espaço para tal estudo, nem um percurso pessoal que o permita. Porém, cito a autora (p:68):

“O Real é isso em que o inconsciente se sustenta, portanto, a coisa inapreensível, este acúmulo de sentido que constitui enigma [...] Enquanto dimensão pura de existência (*Há*) é obstáculo do qual nada pode ser deduzido.” Há: existe. Já o Simbólico “faz com que o real possa ser tomado como ponto mergulhado e situável num lugar do espaço (*Há discernível*) [...] lhe confere incidência no campo discursivo, sem o qual nada diria, permite a

se, portanto, uma “trançagem” que perfaz a trama de que emerge um sujeito – um efeito determinado, particular” (LACAN, sem XXI *apud* VORCARO, 2004, p. 69). Essa “trançagem” (expressão de Vorcaro) reflete o fato de que a constituição subjetiva não se dá sem o outro (da linguagem) já que homem é um ser com capacidades perceptivas insuficientes- ele é *um deficiente instintivo*: “... seu instinto não existe na medida suficiente para definir com que objeto se poderá obter a satisfação de suas necessidades.” (JERUSALINSKY, 1987, p. 15).

A dependência da criança ao outro/Outro não se restringe à satisfação de necessidades biológicas, contudo. Tão decisivo quanto sua sobrevivência determinada pelos cuidados do outro, é seu nascimento como sujeito. Como se afirma na Psicanálise: “... ele [o bebê] não incorpora apenas o alimento, evidentemente; ele incorpora aquilo que sua mãe diz a ele - ele come suas palavras” (BERGÈS E BALBO, 1997, p.133). Em outras palavras, a criança não sobrevive por si, nem tem orgânicos para autogerar-se como sujeito: “não apenas ela não está só, devido ao seu meio biológico, como existe ainda uma esfera muito mais importante, a saber, a esfera legal, a ordem simbólica.” (LACAN, 1956/1995, p. 204). A entrada da criança nesta “esfera legal” (que a institui como sujeito) decorre de duas operações: *alienação e separação*, segundo Lacan (1964).

3.1.1 Alienação

Se o sujeito é o que lhes ensino, a saber, o sujeito determinado pela linguagem e pela fala, isto quer dizer que o sujeito, *in initio*, começa no lugar do Outro, no que é lá que surge o primeiro significante. (LACAN, 1966/1998, p.87)

veiculação cifrada que o envolve, produzindo o deslizamento de significante substitutivo deste inapreensível.” Há um.: escreve

O Imaginário, por sua vez, traz um sentido que toma corpo “é a condição de representação desse ponto e de sua circulação, no que ele é ‘como se fosse x’, parecido com os outros e, portanto, dessemelhante a outros: *Há semelhança*. É o que lhe atribui uma relação definível, que o liga a outros, consistindo numa rede de semelhanças e dessemelhanças.” Há semelhança:representa.

A epígrafe é clara e estenografa a “captura” do ser pela linguagem – fonte incontornável do nascimento do sujeito. Segundo Lacan, o processo de constituição subjetiva tem início com a *inserção da criança que está por nascer numa linhagem simbólica*. Antes de vir ao mundo, ela já *é falada*, recebe um nome. Depois, com seu filho nos braços, a mãe ‘mapeia’ o corpo do bebê com toques e palavras, acrescenta ele. Esse *mapeamento* reveste o corpo do bebê de significantes e significados dos enunciados da mãe. Ela *libidiniza o corpo do bebê*, i.e., um investimento de linguagem que transforma o corpo do ser, em corpo simbolizado. Segundo Santoro (2008), “Nos cuidados maternantes, o agente da linguagem traça uma cartografia, mapeia [o corpo da criança] – ao percorrer, distinguir, organizar e historiar o organismo e seus orifícios” (SANTORO, 2008, p. 77). De fato, sob a ótica lacaniana, nessa operação *há subtração do fluxo vital e submissão à linguagem* – a unidade do ser ficará para sempre perdida. Entende-se, assim, que a linguagem divide: a unidade orgânica e a uniformidade do ciclo vital ficam barradas para o homem.

A criança, ao nascer, é um real, um corpo real (uma presença irreduzível), que banhada pela linguagem, promove a necessidade de sua *sustentação imaginária no campo do outro* (agente materno) - que contorna esse real e dá significação. Nas palavras de Vorcaro:

O imaginário materno sustenta a operação simbólica que recorta a plenitude do organismo real, estabelecendo a simbolização que antecede qualquer sujeito, antecipando seu tempo de efetuação estrutural (VORCARO, 2004, p.73).

Este “falar a criança e pela criança” antes de seu nascimento é fortemente marcado pela presença do nome próprio⁵⁹:

Esta posição de sujeito antecipado pelo agente materno aloca este ser ao nome próprio introduzido pela atividade languageira que o fissa à estrutura da linguagem que antecede sua existência real (VORCARO, 2004, p. 72)

Além do ‘mapeamento’ do corpo da criança, o agente da função materna insere a criança na linguagem durante um ato de cessar uma necessidade (estímulo interno) como a fome. Assim, a descarga da criança (como o grito) afeta o outro, que articula suas

⁵⁹Diante do bebê, é comum acontecerem falas como: “João está com frio?”; “Ai que frio, vou colocar blusa no João”; “Olha o pesinho do João! Vou morder!”

experiências ao lugar da criança na rede de sentidos (construída mesmo antes de seu nascimento). A *necessidade* é, assim, transformada em *apelo*: em *demanda de amor*. Espera-se que a mãe faça, frente a essa demanda, *uma aposta de sujeito* - uma representação de algo para alguém. Segundo Lacan, é isso mesmo que está em questão, pois *um significante é o que representa um sujeito para outro significante*:

Esse significante, portanto, será aquele para o qual todos os outros significantes representam o sujeito: ou seja, na falta deste significante, todos os demais não representariam nada. Já que nada é representado senão para algo (LACAN, 1966/1998, p. 833) (ênfase minha).

Lacan assinala uma questão antagônica na operação de alienação: ao mesmo tempo em que ocorre o surgimento do sujeito, há também um apagamento, pois:

[...]o significante, produzindo-se no campo do Outro, faz surgir o sujeito de sua significação. Mas ele só funciona como significante, reduzindo o sujeito em instância a não ser mais do que um significante, petrificando-o pelo mesmo movimento com que o chama a funcionar, a falar, como sujeito (LACAN, 1964/1998, p.197).

O sujeito que surge é também petrificado: fica no lugar em que foi significado por este Outro. Assim, no mesmo movimento em que é chamado a funcionar como sujeito, ele é anulado (na sua condição de ser) pelo que é para o Outro. Por nascer como significante, o sujeito nasce dividido: \$ (sujeito barrado), dividido pela linguagem.

Na nomeação do corpo, nas respostas da mãe às necessidades da criança subjaz a aposta, sem a qual nada se trança. Bergès e Balbo (1997) assinalam que, inclusive, é ela que *cria o afeto do filho*, pois, mesmo a dor, por mais biológica que possa parecer, é inscrita pelo

significante⁶⁰. A aposta do agente materno é, portanto, essencial: ela dá o significante, sem o qual “todos os demais não representariam nada” (LACAN, 1966/1998).

Vorcaro (2004) lembra Freud (1920)⁶¹ quando fala sobre a relação presença/ausência em relação à cessação ou ao apelo ao apaziguamento como a primeira relação simbólica da criança. Presença/ausência, está na base da *aposta de sujeito* que a mãe faz: presença/ausência *atrelada ao apelo*, constitui, diz a autora, o primeiro par de significantes. O sujeito, portanto, surge no apelo (grito) que só é S2 (significante secundário) porque se articula com S1 (ausência - significante primário). Um apelo não precisa ser respondido pelo que se demanda (como dar o seio diante do grito) – pode ser respondido por um olhar, uma palavra, um gesto. O apelo abre-se, portanto, a outras significações - há deslizamento de significantes. Uma vez assujeitado à demanda, o sentido está no lugar do Outro (não noutro). Assim, podemos concluir, dizendo que:

A criança imputa à falação, em que está imersa, um querer a ela dirigido e tenta localizar esse querer na sua escalada subjetiva. Só num tempo logicamente segundo, este ser, que será falante, suporá um Sujeito de um tal desejo (VORCARO, 1999, p. 21) .

Esta primeira operação é denominada *alienação* – operação fundante da constituição subjetiva.

⁶⁰O choro da criança será cada vez um de acordo com o valor dado pela mãe e só terá valor desse modo, numa cadeia de significantes. A mãe interpreta o choro, mas o significado é dado por retroação, quando há apaziguamento. Há, assim, espaço para que na experiência a estrutura mínima de significantes seja atualizada e incida sobre a criança. Com isso a estrutura se diferenciará num ponto singular, a partir do qual os efeitos estruturais se desdobrarão. Esta colocação nos traz, ainda, uma questão sobre o que, muitas vezes, observamos na clínica com crianças psicóticas: a dor é, para elas, muitas vezes vazia de percepção, parece não ser sentida, mas podemos indagar se ela não é sentida por não ter sido significada como tal. “Se a mãe diz *Ai!* Quando o filho se pisa, ela o obriga a inscrever seu comportamento nesse significante, senão não há inscrição significante de dor, e ele corre o risco de levar seu masoquismo até uma dor que o transbordaria completamente” (LACAN, 1964/1998, p. 101)

⁶¹ FREUD, S. (1920) *Além do Princípio do Prazer*. In: Obras Psicológicas completas. v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1998

3.1.2 Separação

Pela separação o sujeito acha, se podemos dizer, o ponto fraco do casal primitivo da articulação significativa, no que ela é de essência alienante. (LACAN, 1964/1998, p. 207)⁶²

Para escapar à alienação que petrifica e achar brecha para aparecer como sujeito outra operação deve acontecer: a *separação*. A criança só terá notícia do próprio corpo quando conseguir separar-se do outro (quando era olhada) para ter a imagem de seu corpo que foi simbolizado pela fala do outro. A separação cria uma fenda entre a criança e a mãe – intervalo que dá lugar para a emergência do sujeito. Esse espaço se abre quando esta sente que a mãe deseja outras coisas além dela e, para recuperar o olhar dessa mãe, é preciso “aparecer”, encontrar caminhos para responder ao desejo da mãe e ter sua presença.

Nessa situação, a criança se vê *na falta*:

A operação de separação, cuja forma lógica é dada pela intersecção, comporta o lugar vazio do ser do *infans* e a impossibilidade de o Outro (tesouro dos significantes) recobri-lo com um significante qualquer (VORCARO, 2004, p 84).

Sobre a separação, Lacan, no seminário 11, fala do *jogo do carretel*, observação de Freud ao ver seu neto brincar com um carretel durante a ausência da mãe:

O jogo do carretel é a resposta do sujeito àquilo que a ausência da mãe veio a criar na fronteira de seu domínio - a borda do seu berço - isto é, um fosso, em torno do qual ele nada mais tem a fazer senão o jogo do salto (LACAN, 1964/1998, p. 63) (ênfase minha).

⁶² Lacan parte do termo francês *separare* que tem sentidos flutuantes como *se parare*, *se parer* que podem relacionar-se tanto com vestir-se, como com defender-se, munir-se do necessário para pôr-se em guarda. Indo mais longe, Lacan traz a relação em latim de *separare* com *engendrar-se*, que a ela deu origem. “Ela é jurídica, como aliás, coisa curiosa, em indo-europeu, todas as palavras que designam *pôr no mundo*.” Temos aqui, portanto, que separar-se é colocar-se no mundo.

É necessário haver, portanto, um jogo entre presença e ausência, pois *entre o apelo e a resposta há uma hiância*, um vazio em que o sujeito emerge. Quando não há abertura entre a necessidade e a satisfação, *a criança vive o desejo da mãe*, i.e., permanece na alienação. É o que ocorre na psicose. Este espaço acontece, também, nos primeiros tempos da relação - no choro, quando a criança grita, esse grito tem efeito de demanda – demanda “de mão dupla”: a necessidade de ser alimentado é resposta ao Outro que demanda: *deixe-se alimentar*. Há um retorno da demanda, pois o desejo da criança passa e depende da cadeia significativa (presente no Outro), que o transforma enquanto é significado. Assim a criança assume o desejo da mãe, assujeita-se à realidade do discurso materno – permanece na alienação. De todo modo, o retorno da demanda deixa como marca um enigma: a criança fica com a incógnita da demanda da mãe: *o que queres?*:

Uma falta é, pelo sujeito, encontrada no Outro, na intimação mesma que lhe faz o Outro por seu discurso. Nos intervalos do discurso do Outro, surge na experiência da criança o seguinte: ‘Ele me diz isso, mas o que é que ele quer?’ (LACAN, 1964/1998, p. 203)

Vorcaro, reitera, com Lacan: “O significativo do desejo materno mantém sua obscuridade” (VORCARO, 2004, p. 105) - a criança apreende que alguma coisa é desejada pela mãe além dela. No momento em que a criança pode se reconhecer como *separada da mãe*, ela pode reconhecer o próprio corpo como separado do corpo que está ao seu lado – representado, por Lacan, como Estádio do Espelho.

A assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote do homem nesse estágio de infans parecer-nos-á, pois manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito (LACAN, 1966/1998, p. 97).

No Estádio do Espelho, portanto, a criança antecipa o domínio sobre seu corpo. Motoramente ela não se sustenta sozinha, mas por meio da identificação com a imagem do

semelhante e da percepção de sua própria imagem no espelho, ela aparece separada do outro. O Estádio do Espelho é uma operação psíquica que permite à criança ver-se como sujeito (e não mais como coisa ou parte do outro). Ver-se no espelho permite a visão da imagem total, preenchedora – daí o júbilo:

Neste momento jubilatório em que se assume como totalidade na sua imagem especular, a criança retorna sua cabeça para o agente que a sustenta, que está atrás dela, encarnando o outro. Demanda-lhe assentimento, homologação do valor desta imagem (VORCARO, 2004, p.97).

A criança aguarda o olhar do outro para sua imagem no espelho - ao ser olhado, é reconhecido como sujeito. Esse processo, portanto, leva à formação do *eu*, que pode, assim, enlaçar relações com o mundo exterior. O corpo, pelo discurso da mãe, torna a imagem simbólica (não retida no registro do Imaginário). O corpo simbolizado é assumido pela criança como efeito do discurso da mãe que inscreve o corpo imaginário em uma rede simbólica de significantes - a criança é levada, assim, “a assumi-lo globalmente, diante do espelho propriamente dito.” (BERGÈS E BALBO, 1997, p. 179)

Bergès e Balbo (1997) salientam, contudo, que ao mesmo tempo em que o espelho permite a constituição da imagem do corpo, essa imagem também mostra um *eu faltoso*, pois a mãe (agora vista como separada) não obedece ao seu comando. Há, nesse ganho, uma perda - uma falta. Lacan afirma que é justamente nesse intervalo, nessa falta, que surge o desejo.

Nesse intervalo, cortando os significantes, que faz parte da estrutura mesma do significante, está a morada do que, em outros registros de meu desenvolvimento, chamei de metonímia. É de lá que se inclina, é lá que desliza, é lá que foge como o furão, o que chamamos desejo. O desejo do Outro é apreendido pelo sujeito naquilo que não cola, nas faltas do discurso do outro (LACAN, 1964/1998, p. 203).

O desejo do Outro – “o que é que ele quer?” - é enigmático, como já dito nesta dissertação, porque é discurso faltoso. Nesse ponto surge o desejo do sujeito que se sente faltoso, também não pleno. A separação cria a falta. É preciso trazer a questão da *função paterna*, que irá incidir na relação mãe/bebê – a criança percebe que o desejo da mãe tem o pai como direção. Para haver separação mãe-criança deve entrar em operação a função

paterna⁶³, que realiza *o corte* indicando para o bebê que a mãe tem outros desejos. A alienação implica a exclusão do pai, a separação depende da incidência da função paterna – quando há cristalização na alienação, a função paterna foi inoperante e não há separação. A alienação como vimos, é necessária e fundamental, mas deve cessar.

O agente materno enfrenta dois transbordamentos: por um lado, o funcionamento do filho transborda progressivamente as funções da mãe; por outro, o funcionamento sexual do pai transborda os interesses da mãe pelo filho, ao lembrá-la da sexualidade: “Nesse momento, e graças ao pai, completa-se o parto da mãe” (BERGÈS E BALBO, 1997, p. 166), pois o pai tira da criança o lugar de ser aquilo que completa a mãe. A entrada do pai abala o amálgama mãe/bebê. Ele impõe a lei, uma proibição que transmite a mensagem de interdição: “A interdição impede que o circuito se refeche, já que o encontro esperado do desejo da mãe escapa completamente” (VORCARO, 2004, p.117). O *corte* realizado pela função paterna pode levar o sujeito a ocupar uma terceira posição pela introdução efetiva na ordem do simbólico.

A função paterna, portanto, é significativa da falta do Outro, que permite que o sujeito seja representado por um significante junto a um outro: “Se a mãe assume todo o lugar no grande Outro, não há falta de significante, ela assume o lugar do pai, mas sem, no entanto, ser significante da falta no Outro” (VORCARO, 2004, p. 165). Dito de forma sucinta: para haver sujeito é necessário haver falta - se não falta nenhum significante não há separação (nenhum é diferencial para o outro e não há lugar para o sujeito no Outro). Quando há preenchimento não há lugar para imersão de mais um, nem mesmo para a substituição, para a metáfora.

Vorcaro sustenta que, nesse momento o “agente paterno é a denominação significativa na cadeia do discurso materno” (VORCARO, 2004, p. 110). Não é necessário, portanto, haver pai concreto, mas a indicação de que há uma lei além da materna. Chega-se nisso após a criança ter permanecido como objeto de desejo da mãe (falo) e depois ter constatado que sua equivalência a tal objeto não era possível, que o objeto de desejo da mãe era exterior - o pai.

⁶³Em 1953 Lacan criou o termo *Nome-do-Pai*, conceituado posteriormente para designar o significante da função paterna. “Segundo esta perspectiva o pai exerce uma função essencialmente simbólica: ele nomeia, dá seu nome, e através desse ato, encarna a lei”. (Roudinesco, 1998). Este conceito foi associado, pela leitura de Lacan do caso Schreber ao de *forclusão*, “evocando a natureza da relação de Schreber com o pai, Lacan fez da psicose do filho uma ‘forclusão do nome-do-pai’. Este protótipo foi estendido à própria estrutura da psicose” (Roudinesco, 1998). Por esse motivo, será por nós retomado adiante.

Vimos que, na constituição subjetiva, segundo a Psicanálise, tanto a *alienação fundante*, quanto a *separação* são operações necessárias, que “classificam o sujeito em sua dependência significativa ao lugar do Outro” (VORCARO, 1999, p. 123).

3.2 PSICOSE

Há modos distintos de se fazer com a linguagem [...] nessa lógica do fazer-se com a linguagem, *pode haver renúncias e fracassos* (VORCARO, 1999, p.26) (ênfases minhas)

Pode haver, como lemos na epígrafe deste item, “renúncias e fracassos” - falta/falha na estruturação subjetiva, de que decorre uma especificidade marcante: a estrutura psicótica.

As operações de alienação e de separação permitem-nos supor que os modos de não-subjetivação plena distinguem-se pelo estatuto da resposta que a criança encontra para a questão: o que isso quer? Pode perder-me?, i.e., nos modos pelos quais a criança é conduzida, pelo Outro primordial, a localizar uma posição desde a qual ela se situa em relação ao Outro. (VORCARO, 1999, p.7)

Revisitemos as operações constitutivas – *alienação e separação*. Na alienação, a mãe inscreve significantes no filho, banha seu corpo com linguagem - *ela supõe ter um saber e supõe um saber ao filho*. Há casos, porém, em que **somente a mãe pode saber** - ao filho não é suposto saber: “Aqui, a bi-univocidade da inscrição significativa não é nem mesmo possível para ele. O acesso ao espelho, à medida que este tem a ver com o *Je* é, desde logo, interdito (...) sem imagem virtual entre ela [a mãe] e ele [o filho]” (BERGÈS E BALBO, 1997, p. 110). Tem-se uma inscrição significativa comum, sem significante que faça borda de diferença entre mãe e filho – eles são um só. A separação pode não entrar em operação.

Temos, nesses casos, a constituição de um corpo que, por não ter limites próprios, não se sustenta. Segundo Bergès e Balbo, “uma mãe que não fornece nenhum S2, nenhum saber, deixa seu filho na impossibilidade de conceber um S1” (BERGÈS & BALBO, 1997, p.132). “[...] significação é também tomar corpo - pela incorporação significativa, a criança toma corpo. O significante para ela antecipa o corpo que irá adquirir ou com o qual se irá conotar” (BERGÈS E BALBO, 1997, p. 132). Quando nenhum saber é suposto à criança, seu corpo não é simbolizado – “seu corpo não é” e o *sujeito também não é nada mais que esse corpo que não é nada*.

O momento em que a criança se dá conta do corpo próprio como imagem unificada (separada do corpo da mãe) é, como dissemos, aquele do espelho. Bergès e Balbo (2003) afirmam que se a função do espelho falha (função que alia a imagem da criança e da mãe ao discurso, ao registro simbólico) ou se a criança a ela resiste, teremos diante de nós uma condição psicótica ou autista: não vindo o significante mãe, a criança fica presa à sua própria imagem cristalizada no espelho. A imagem especular, esclarecem os autores, é *nonsense*, ela depende do discurso do Outro da mãe para significá-la:

[No estágio do espelho] o filho apreende os indícios de sua imagem pela voz que lhe articula essa imagem para lhe dar, através de um nome, identidade e ex-sistência. ‘É sim, olhe lá, é Pedro que você está vendo na sua frente’[...] O nome que aí a escreve - articulado pela boca do grande Outro em que sua mãe se situa nesse momento- é muito simplesmente, mas primordialmente o significante do espelho. [...] Em razão de sua escolha, o sujeito então é representado por um significante-seu nome, seu significante simbólico de sua imagem no espelho-, para um outro significante- a imagem significativa do corpo próprio, significante igualmente simbólico. (BERGÈS E BALBO, 2003, p. 45-46).

A mãe do psicótico diante do espelho, dizem os autores, não oferece o discurso esperado. Frente aos movimentos do bebê diante do espelho, ela pode não notar; não dizer nada ou dizer apenas que “ele se mexe” – esse discurso não cria demanda, sustenta unicamente a necessidade.

Bergès e Balbo nos remetem a Freud (1923)⁶⁴, quando dizem: “Ali onde a coisa estava, o significante deve advir” – é o que precisamente não acontece com crianças psicóticas, que ficam *hostis ao significante*: “para o psicótico, o que lhe é outro, ou seja, aquilo por que se apaixonou, a saber, sua mãe, ela e a coisa fazem um” (BERGÈS & BALBO, 2003, p. 86). Ele passa diante do espelho sem se ver – aliado/alienado ao não-discurso da mãe, não há a demanda nem terceirização. O psicótico passa a se defender desse terceiro: o pai. Há forclusão⁶⁵ do Nome-do-pai já na origem: não há lugar para o exercício da função paterna - o psicótico se sustenta *na cola* com a mãe: ele não pode passar pelo luto da separação. Como trouxemos em relação à separação:

No momento do estágio do espelho, quando a imagem especular o obriga a tomar corpo por si mesmo e a se dissociar do real que é a sua mãe, encontra-se aí o traumatismo inaugural que acabamos de formular com a proposição: ‘Vou para a minha perda’. (BERGÈS & BALBO, 2003, p. 35)⁶⁶

O psicótico, diante do espelho, não ouve o significante, visto que ele não é oferecido pela mãe. Não há diferenciação e, portanto, não há luto, mas há morte subjetiva.

No campo da linguagem e da fala, o psicótico irá procurar recobrir inconscientemente e incessantemente o significante que falta no grande Outro. Aqui entra, também, a questão da ecolalia: “Elas aparecem como a própria denegação do corte, alguém da assonância, tentativa pungente de se misturar ao grande Outro do interlocutor.” (BERGÈS E BALBO, 2003, p. 188). A ecolalia enquadra-se naquilo que Lacan designou *holófrase*:

⁶⁴ FREUD, S (1923) *O EGO e o ID* Obras Completas. v. 19 Rio de Janeiro: Imago, 1998

⁶⁵ Segundo Roudinesco (1997/1998, p. 245), forclusão ou foracclusão é termo criado por Lacan que “designa um mecanismo específico da psicose, através do qual se produz a rejeição de um significante fundamental para fora do universo simbólico do sujeito.”

⁶⁶ Bergès e Balbo (2003, p. 36) trazem o narcisismo como essencial para antecipação diante do espelho e recorrem à leitura de Ovídio, *-Metamorfoses*. São Paulo, Tecnoprint, 1983 (N. de Mario Fleig). Não me deterei ao narcisismo, mas remeto o leitor ao texto, principalmente na discussão sobre o ‘eu é um outro’. “Narciso, portanto, não está apaixonado por si, nem por seu reflexo: Narciso está apaixonado por um outro. Aqui, verdadeiramente, “Eu é um outro”. O reflexo, é um estrangeiro à cena – o narrador- que o vê.” (p. 40). Remeto-lhes, ainda, à outra citação: “Para um psicótico ou um autista, não se ver, não se reconhecer frente a um espelho, são sintomáticos de um narcisismo patológico: narcisismo que repudia a castração simbólica, para que sua própria imagem não seja apenas seu reflexo, mas um outro real.” (BERGÈS E BALBO, 2003, p.144).

[...] *quando não há intervalo entre S1 e S2* , quando a primeira dupla de significantes se solidifica, se holofraseia, temos o modelo de toda uma série de casos [psicopatológicos], ainda que o sujeito em cada caso, não ocupe o mesmo lugar. [...] [na psicose] Essa solidez, esse apanhar a cadeia significante em massa, é o que proíbe a abertura dialética que se manifesta no fenômeno da crença. (LACAN, 1954/1998, p. 225) (ênfases minhas)

Ou seja, a holófrase é índice, na linguagem, de não-separação. Vorcaro nos diz, com Lacan, que “a existência da holófrase implica a inexistência de um sujeito dividido pelo significante, pois o significante (S2), que permitiria sua representação a partir de um significante (S1), comparece de um modo singular” (VORCARO, 1999, p. 28). Quando há holófrase, não há metáfora porque não há segmentação que permita substituição: “A solidificação do casal de significantes que designa a holófrase implica a suspensão da função do significante como tal. Isso porque o significante não pode designar-se a si mesmo” (VORCARO, 1999, p. 333). Esta fusão é expressão da barreira imposta ao exercício da metáfora paterna: não há o que ser substituído, pois não há intervalo entre significantes⁶⁷.

A criança seria um efeito purificado da linguagem, e, portanto, não encontraria, no intervalo entre significantes, o ponto de corte em que pode alojar sua perda no desejo do Outro. A estrutura de superfície mantém o Outro absoluto, pois a criança é feita imanente à cadeia significante. A criança fica colada ao mandato de que ela é o que falta no Outro. Encarnando essa falta, ela preenche o intervalo entre significantes, na mesma função de qualquer significante: remete-se a outro significante. (VORCARO, 1999, p. 36)

Nesses casos, a cadeia dialógica fica impedida – sem intervalo. A trança Real, Simbólico e Imaginário se desfaz. Aí, há resistência tanto do filho, quanto da mãe: ambos se aliam no esforço de abolir o significante, abolindo a fase simbólica do Estádio do Espelho. Bergès e Balbo (2003) sustentam que a mãe da criança psicótica *não é transativista*, i.e., ela não supõe demanda da criança, não tem alternância com seu grande Outro. A mãe é o grande

⁶⁷ Em oposição à holófrase, está a fragmentação – possibilidade de haver desejo. Essa fragmentação é observada nos monólogos da criança no berço, estudados por Lier-DeVitto (2006) e trazidos por De Lemos (2002b) para discutir fragmentos e holófrases

Outro. Supor que o filho tem um grande Outro é fazer um furo nela- as mães de psicóticos ‘lutam’, acrescentam os autores, para não haver esse buraco no seu grande Outro.

O discurso da mãe é incorporado, engolido pela criança psicótica, mas isso a deixa em ‘má situação’ - o que é barrado no psicótico é o acesso do corpo ao imaginário, não há acesso ao estádio do espelho, não há separação: não há divisão, nem corte entre S¹ e S². Desse modo, o discurso da mãe do psicótico o despersonaliza. Enfim, não havendo transitivismo, não há hipótese da demanda do outro e a manifestação na linguagem é a holófrase. Duas condições se impõem para que possa haver demanda: é preciso um eu (*je*): (1) *um referente determinado* pelo discurso, já que a demanda está presa ao significante e (2) *desejo* para que haja resposta para a demanda.

Nesse caso, a mãe que fica aderida a significados fixos, não faz deslizar os significantes. Digamos que, a demanda desprovida de significantes “não supõe relançamento: ela é apenas mais invasora - a palavra torna-se coisa [que nenhum discurso pode elaborar] - a mãe não fez a hipótese de saber no grande Outro” (BERGÈS E BALBO, 2003, p. 60). A demanda do outro torna-se *invasiva* e dela a criança psicótica se defende: Há “renúncia e fracasso” na operação de separação.

Frente às defesas psicóticas, BERGÈS E BALBO (2003) dizem não ser a mãe que provoca a psicose, mas a criança que, tornando-se psicótica, defende-se da demanda do Outro. A mãe ocupa todo o lugar do grande Outro – é, por aí, totalmente excluída da função materna por não ser sujeito da demanda.

Um dos mecanismos de defesa do psicótico é o de produzir um significante que viria substituir o significante faltante, para fazer barragem à cadeia de significantes na demanda. [...] Trata-se aqui de uma *abolição brusca do sujeito*, tal como se pode encontrá-la nas crises psicóticas. (BERGÈS E BALBO, 2003, p. 61).

Importa assinalar que, neste enquadre teórico, o motor da *instalação do dispositivo de defesa é a exclusão da linguagem*, que é fonte da demanda. Assim, entende-se que: “O sistema defensivo do psicótico é caracterizado pelo fato de ele ser excluído da linguagem” (BERGÈS E BALBO, 2003, p. 66). A criança psicótica mantém-se alienada na relação com a mãe. Mas, interessa sublinhar que há diversidade nas psicoses infantís, o que nos coloca em

posição de fazer oposição ao que se observa nos tempos atuais em que, muitas vezes, *o nome de um diagnóstico vem substituir o nome próprio do sujeito*. Dizer que uma criança é psicótica não a coloca num grupo homogêneo, ela tem, como outras crianças, singularidade. Encerremos com Bergès e Balbo:

Na nossa tentativa de distinguir as leis da organização defensiva psicótica, podemos afirmar que essa *infinita variedade tem por consequência que um sujeito psicótico, em nada, possa equivaler a outro*. (BERGÈS E BALBO, 2003, p.82) (ênfase minha)

Este é o testemunho que se pode retirar, também, na Clínica da Linguagem.

3.3 ENUNCIADO E ENUNCIÇÃO: BREVES CONSIDERAÇÕES

O eu que enuncia, eu da enunciação, não é o eu do enunciado, quer dizer, o *shifter* que, no enunciado, o designa.
(LACAN, 1964/1998, p.132)

No capítulo dedicado à Linguística, nesta dissertação, abordamos a Teoria da Enunciação de Benveniste (*PLG I e II*) e nos detivemos mais na questão pronominal (BENVENISTE, 1956/2005) e na subjetividade na linguagem (BENVENISTE, 1946 e 1958/2005). Neste ponto do trabalho, espero ter podido mostrar que a subjetividade a que Benveniste se refere não tem consonância com aquela da Psicanálise – a do inconsciente -, cujas condições de emergência foram sucintamente apresentadas no item acima. É de se esperar, assim, que os termos *enunciado* e *enunciação* não correspondam, em Lacan, àqueles estabelecidos por Benveniste. Quando se fala em sujeito, na Psicanálise, a questão do desejo está colocada (como vimos)⁶⁸.

⁶⁸ No texto em questão (Seminário XI), Lacan retoma os conceitos de Freud sobre o sonho. Traz a metáfora como efeito de substituição de um termo por outro e a metonímia como combinação de um termo com outro. O sonho seria uma metáfora por ser substituto de um significante desejo. O sonho viria a substituir aquilo que o sujeito deseja, mas que não é dito.

Lacan afirma que “o inconsciente, isso fala” e se fala, produz discurso (LACAN 1964/1998:16). Duas questões se colocam. A primeira é: “qual seria a gramática do discurso do inconsciente?”. Sobre isso, sabemos: a gramática do discurso do inconsciente é aquela do sonho, como mostrou Freud (1900). A outra questão é: “quem fala nesse discurso?”. Lacan responde enfatizando a participação do desejo:

O desejo do sonho não é assumido pelo sujeito que diz [eu] na sua fala. Articulado, no entanto, no lugar do Outro, ele é discurso, discurso cuja gramática Freud começou a enunciar como tal. (LACAN, 1966/1998, p.629).

Lembramos que, na exposição relativa à estruturação subjetiva, a presença do desejo é marcante e decisiva: o sujeito é fruto do desejo: é desejado, seu desejo é colado ao da mãe, a mãe deseja além dele, ele deseja:

Sendo o desejo do sujeito apresentado aqui como aquilo que seu discurso (consciente) implica, isto é, como pré-consciente, [...] persiste o fato de que é preciso ir mais além para saber *o que tal desejo quer dizer no inconsciente*” (LACAN, 1966/1998, p. 628) (ênfase minha)

Pois bem, quem fala no desejo do discurso do sonho é o *sujeito do inconsciente*. Ficamos, pois, frente ao sujeito da enunciação. Daí que em relação aos *shifters*, Lacan, também diverge do pensamento linguístico que supõe que eles possam significar o sujeito da enunciação. Nesse ponto, Lacan aponta para a diferença entre *significar* e *designar*:

uma vez reconhecida a estrutura da linguagem no inconsciente, que tipo de sujeito podemos conceber-lhe? [...] Podemos tentar aqui, numa preocupação com o método, partir da definição estritamente linguística do [EU] como significante: onde ele não é nada além do *shifter* ou indicativo que, no sujeito do enunciado, designa o sujeito enquanto ele fala naquele momento. [...] Vale dizer que o *shifter designa o sujeito da enunciação, mas que ele não o significa*. (LACAN, 1966/1998, p. 814) (ênfase minha)

Nos dicionários de Psicanálise de ROUDINESCO (1998) e de LAPLANCHE (1982/2001) não há verbete para designar e significar/representar. Essa questão é de natureza filosófica: a linguagem designa (apontar; indicar) coisas no mundo e/ou as representa/significa (atribui sentido) – dessa diferença resulta a concepção de linguagem é nomenclatura: conjunto de termos que servem como “etiquetas”, a serviço de operações percepto-cognitivas. Aí, a linguagem não tem função estruturante, como na Psicanálise, mas servil, ou seja, ela é instrumento de representação e de comunicação. Lacan serve-se dessa distinção para separar sujeito do enunciado e sujeito da enunciação. O “eu” do enunciado designa (indica, aponta) para aquele que fala. O sujeito da enunciação, diferentemente, está ligado ao desejo e ao obscuro discurso do inconsciente.

Arrivé (2000) pergunta: “se o sujeito da enunciação não é significado pelo *shifter* “eu”, seria ele então significado por algum outro elemento?” (ARRIVÉ, 2000, p. 31). A resposta que se pode encontrar em Lacan parece estar nesta colocação: “pensamos ter reconhecido o sujeito da enunciação no significante *ne*, chamado pelos gramáticos de *ne expletivo*.” (LACAN, 1966/1998, p. 814).

A questão do *ne expletivo* é de grande importância na teoria lacaniana. Ela não será explorada nesta dissertação, uma vez que não se faz necessária ao entendimento da questão que se pretende atingir aqui. Além disso, sua conceituação é perpassada por controvérsias. Conforme Lacan, nem os gramáticos souberam explicar o que esse *ne* expressa. De forma geral, O *ne expletivo*, em francês, se não modifica o sentido da frase, serve como indicação da realização de possibilidade do contrário (que ele indica). Exemplo: *avant qu’il ne vienne* é o mesmo que *avant qu’il vienne* (‘antes que ele venha’ - nos dois casos). A presença do *ne*, no primeiro caso, envolve uma espécie de “receio” do enunciador a respeito da possibilidade desse ‘ele’ (sujeito da oração) vir antes do esperado, como esclarece Arrivé (2000, p. 32)

Interessa assinalar que se o *eu* do enunciado designa, mas não significa o sujeito da enunciação – este é significado por outro elemento (pelo *ne expletivo*) é logicamente necessário afirmar que “a coalescência dos dois sujeitos é, rigorosamente falando, impossível” (ARRIVÉ, 2000, p. 32). Sujeito do enunciado e sujeito da enunciação, portanto, não são coincidentes. De fato, para Lacan, entre enunciado e enunciação há uma divisão, uma clivagem, uma cisão:

O *ne* tem seu lugar flutuante entre os níveis do gráfico⁶⁹ que eu os ensinei a usar para aí encontrar a distinção: aquilo que é da enunciação e aquilo que é do enunciado. Enunciando *temo que... qualquer coisa*”, faço essa coisa surgir em sua existência, e ao mesmo tempo na existência do pedido – que ele venha. É aí que entra esse pequeno *ne*, que mostra a discordância entre a enunciação e o enunciado. (LACAN, 1959/1986, p. 79)

Assim, como dissemos anteriormente, o desejo do sonho não é assumido pelo sujeito que diz *eu* em sua fala: o desejo do sonho, i.e., do sujeito do inconsciente, da enunciação, não é coincidente àquele do enunciado (consciente, imaginário). A distinção entre [*je*] e [*moi*] fica, assim estabelecida - eu do inconsciente [*je*] e eu consciente [*moi*], relacionado a uma imagem.

Em *‘Je crains qu’il ne vienne’* (*eu receio que ele venha*) a infância da arte analítica sabe sentir o *desejo constitutivo da ambivalência própria do inconsciente* [...] Será que o sujeito desse desejo é designado pelo [eu] do discurso? Claro que não, já que este é apenas o sujeito do enunciado, o qual articula apenas o receio e seu objeto, sendo o [eu] que ali aparece, evidentemente, o indicador da presença que o enuncia, i.e., na posição de *shifter*. O sujeito da enunciação, no que seu desejo transparece, não está noutra lugar senão no *ne*, cujo valor deve ser buscado numa precipitação como lógica. (LACAN, 1966/1998, p. 670) (ênfase minha).

Há muito que retirar da importância colocada por Lacan no *ne* expletivo do francês. Lacan indica outros como ele - por exemplo, *partículas* (tão esvaziadas de significado quanto o *ne*) que oscilam entre uma *cadeia da enunciação* (marcam o lugar em que o sujeito está implícito “no puro discurso”: imperativo, voz em eco, epitalâmio, grito de ‘fogo’) e uma *cadeia do enunciado* (em que o sujeito é designado pelos *shifters*: pelo *eu*, por todas as partículas e flexões que indicam sua presença no enunciado) (LACAN, 1966/1998, p. 670). Por força da gramática do inconsciente, o sujeito se insinua em *partículas* em que pode deixar traços do desejo inconsciente. Daí que, para Lacan, *ne* significa o sujeito da enunciação. Terminemos com a afirmação de que “O desejo depende da enunciação, mas não cabe no enunciado” (VORCARO, 2004, p. 122).

⁶⁹ O gráfico, denominado ‘abridor de garrafas’ está em LACAN (1966/1998: 819)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como ponto de partida a presença ‘estranha’ do nome próprio e de pronomes pessoais na fala de crianças com quadro psicótico - estranha pelo nome próprio aparecer ocupando o lugar do pronome no enunciado; e pela ausência de inversão pronominal eu/tu. Manifestações estranhas, hesitantes, embaraçosas, produzindo efeito de incômodo na escuta do terapeuta. Questões sobre a relação criança-linguagem foram levantadas. Em busca de elucidação a respeito dessas ocorrências, recorreremos primeiramente à Linguística e à Aquisição de Linguagem.

Na Linguística, mais precisamente em Benveniste (1946 e 1956), abordamos a Teoria da Enunciação, caracterizada como o processo em que o sujeito falante se apropria do sistema linguístico para comunicar - o que nos remete ao conceito benvenistiano de *subjetividade na linguagem* como um exercício do falante de colocar a língua em movimento. Nesse exercício, ele aparece como sujeito no pronome *eu* – que, por alocação, institui o *tu* e, com o *eu* e o *tu*, instaura-se a intersubjetividade: uma relação dual, o *um a um* da comunicação. Entende-se, a partir daí, que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito” (BENVENISTE, 1958/2005, p. 286).

Tal ideia de sujeito, de subjetividade na linguagem, não atinge o problema da constituição subjetiva e menos, ainda, de falas ou falantes estranhos. Ela difere profundamente daquela que é introduzida pela Psicanálise. Aí se processa uma inversão importante: não é o sujeito que se apossa da linguagem- ele é, por ela, “capturado”. No campo da Linguística, invariavelmente, perdura inquestionado o sujeito o epistêmico. Para Benveniste, os pronomes pessoais e a flexão de pessoa no verbo trazem a marca da subjetividade desse sujeito discursivo/epistêmico, não dividido pela linguagem.

O sistema linguístico de Benveniste supõe Saussure (1916), mas não se reduz a ele – Benveniste não abandona o recurso às categorias linguísticas e aos “níveis de análise linguística”, como vimos. A filiação ao Interacionismo em Aquisição da Linguagem nos levou a dialogar com o estruturalismo europeu (Saussure, Benveniste e Jakobson). Reconhecemos a existência do simbólico, ou seja, de:

uma *faculdade de associação e de coordenação* que se manifesta desde que não se trate mais de signos isolados; é essa faculdade que desempenha o

principal papel na organização da língua enquanto sistema (SAUSSURE, 2004, p. 21) (ênfase minha).

Ao longo da leitura de Benveniste, pudemos levantar questionamentos: “se na enunciação é fundamental a acentuação da relação discursiva entre locutores, haverá enunciação quando um diálogo não se estabelece como no caso de falas de crianças autistas/psicóticas, que, muitas vezes, não são endereçadas ao outro?”. Nesta dissertação, esperamos ter deixado claro que um diálogo não se estabelece entre dois sujeitos, numa relação binária, conforme proposta por Benveniste. Procuramos mostrar que há um terceiro entre dois falantes: *a língua*. Do mesmo modo, com a Psicanálise, buscamos indicar que a presença do pronome *eu* num enunciado não é expressão de sujeito unificado, nem instaura necessariamente um *tu* (a quem seja endereçado). Se pensarmos com Benveniste, quando não há endereçamento, não há enunciação. Entretanto, se considerarmos uma estrutura triádica (sujeito/língua/fala), podemos considerar o sujeito do inconsciente e refletir sobre casos sintomáticos que são tão interrogantes.

Benveniste definiu os pronomes como *signos vazios*, cuja referência é definida apenas na enunciação, na fala do locutor. Note-se: não há distinção entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação, embora no segundo caso esteja suposta uma operação de apropriação do sistema linguístico e de sua relação com uma proposição: o sujeito é uno, epistêmico, como disse. Questionamos a presença do nome próprio na fala do terapeuta (para referir-se a ele mesmo e à criança) diante do silêncio ou da fala hesitante da criança. Estaria esta presença relacionada à ideia de pronome como *signo vazio*? Ou seja, o terapeuta usaria signos nomes próprios como recurso para o estabelecimento de referências mais estável?

A partir do diálogo com a Aquisição de Linguagem e com a Psicanálise, assumimos outra concepção de sujeito - o sujeito do inconsciente, não o epistêmico em controle da linguagem - nem a criança, nem o terapeuta têm controle sobre suas falas/discursos. A fala direcionada aos bebês, falando com e por ele, inclui a presença do nome próprio da criança. O silêncio da criança psicótica na clínica pode ter o efeito na escuta do terapeuta: ele fica como que frente a um “bebê” e nomes próprios emergem.

Em Benveniste, aprendemos sobre a disparidade entre pessoas do discurso (1ª e 2ª) e não-pessoa (3ª): a primeira pessoa é *aquela que fala*; a segunda pessoa, *aquela a quem se fala* e a

terceira pessoa é *aquela de quem se fala*, i.e., *o ausente*. Por essa via, o nome próprio designaria uma não-pessoa do discurso – ponto que se enlaça com a pergunta que deu início à minha inquietação sobre a presença do nome próprio no discurso da terapeuta⁷⁰. Introduzimos a possibilidade do nome próprio poder ser circunscrito como ‘primeira pessoa’, precedendo (ou não) o verbo flexionado em primeira pessoa. Contrariando Benveniste, também *eu* pode ser circunscrito como não-pessoa, estar presente numa fala sem implicação subjetiva. Este ponto foi essencial para minha aproximação à Psicanálise. Benveniste não se volta para tais questões – ele é linguista e sustenta a ideia de “falante ideal” – não se ocupa seja da aquisição da linguagem, seja das ditas “falas sintomáticas”. A Psicanálise vem, também, nos embasar, nesta discussão, que se insere no âmbito da Clínica de Linguagem.

Assim, visto que a presença do nome próprio e a ausência da inversão pronominal não afetam a Linguística, recorremos ao Interacionismo (De LEMOS, 1982, 1986, 1992, 2002a) - mais especificamente, ao artigo *Sobre os pronomes pessoais na fala da criança* (2004) De Lemos, ao contrário de Benveniste, sustenta uma relação triádica –na relação mãe-criança há um outro/terceiro: *a língua*. Interação não é, portanto, comunicação intersubjetiva. Neste artigo a autora aponta “um caminho longo e tortuoso que os pronomes trilham na fala de cada criança” (De LEMOS, 2004, p. 11). Neste caminho, a criança passa da alienação inicial à fala do outro (fragmentos que deslizam e fazem presença em sua fala), resultando, dentre outros efeitos, na determinação esperada da ausência de inversão pronominal⁷¹.

A alienação, na proposta interacionista, corresponde a *primeira posição estrutural*, em que há dominância da fala do outro. Na discussão sobre a estabilização dos pronomes, De Lemos (2004) introduz a questão da *cena enunciativa* para responder ao problema da *posição*: “na cena enunciativa, de que posição a criança fala, ou é falada?”, pergunta a autora. A instabilidade, as hesitações, os cruzamentos de cadeia, as oscilações enunciativas⁷² indicariam que a criança estaria na *segunda posição estrutural* (polo de dominância da língua): uma criança que hesita, oscila entre posições na cena discursiva (ator/personagem/narrador), assegura a autora.

⁷⁰ Refiro-me à questão endereçada a mim por ocasião de supervisão- e que trouxe na introdução-, sobre a possibilidade da presença em minha fala do nome próprio, ao invés do tu, levar à exclusão da criança do diálogo, considerando-se, ainda, sua estrutura psicótica.

⁷¹ Episódio II (capítulo 1) em que a criança, ao subir na cadeira, diz “*Chê cai?*”

⁷² Episódio III (capítulo 1) em que a criança no jogo simbólico diz: *Eu sou tia. A tia /a/a vô/vai tomá/ zá salô.*

Porém, no ideário da Aquisição da Linguagem, todo caminho, por mais tortuoso que possa ser, tem ponto de chegada: a estabilização dos pronomes segundo a língua constituída. Nesse momento especial, há retroação sobre a cadeia falada porque a criança é cindida entre fala e escuta: tem escuta para sua fala:

Os pronomes de primeira e segunda pessoa só se estabilizam na fala da criança quando, obliterada- mas não apagada- a cena em que é falada pelo outro, a criança passa a falar, por ser falada pela língua, língua na qual, como falante, é efêmero, evanescente como a referência pelo ele (De LEMOS, 2004, p.24).

A Aquisição de Linguagem levanta e discute questões importantes, mas no ideal que a orienta encontramos um limite – crianças que “não chegam lá”, que “não passam a outra coisa”. Nesses casos, não há estabilização de pronomes, nem regularização da inversão pronominal no diálogo. Digamos que **a estabilidade é justamente a instabilidade: a oscilação, a hesitação, os embaraços**. Uma caracterização bastante precisa do que podemos chamar de acontecimento sintomático na fala: na clínica, a oscilação se fixa e faz sintoma (LIER-DeVITTO & ANDRADE, 2010; LIER-DeVITTO, 2011).

Sabemos que um mesmo quadro pode produzir efeitos diversos. Oliveira (2001 e outros) discute as semelhanças e diferenças entre especularidade e ecolalia: entre uma repetição ‘constitutiva/estruturante’ e uma repetição ‘sintomática’. Ambas remetem à repetição da fala do outro, mas a especularidade, na aquisição de linguagem, diz da incorporação de fragmentos da fala do outro que antecipa a criança como falante (o outro a reconhece um falante). Esta parece ser uma diferença essencial com relação à ecolalia: o outro *não reconhece* nas repetições a criança como falante – a aposta é anulada: A criança, “é um corpo sem investimento” (OLIVEIRA, 2001, p. 34). A especularidade diz de uma dependência dialógica - incorporação mútua – espaço da alienação constitutiva. A ecolalia é uma cristalização, uma barreira à estruturação do diálogo e da linguagem. Oliveira (2001) afirma, frente a isso, que repetições podem “salvar” ou “matar” uma fala.

A Psicanálise ensina a esse respeito: uma fala deve ser legitimada, sem isso, só haverá fala vazia⁷³. Esta questão /diferença não é discutida nem na Linguística (nem por fonaudiólogos que a ela fazem adesão), nem, tampouco na Aquisição de Linguagem – trata-se de questão clínica. A presença do nome próprio e a ausência de inversão pronominal estão presentes na Aquisição de Linguagem. Poderíamos aderir a esta área e descrever as ocorrências na fala como sendo a posição de uma criança ainda “falada pela fala do outro” ou, então, dizer que ela é “falada pela língua”, quando acontecem as hesitações e composições insólitas. Essa aplicação não nos levaria muito longe, pois, ela anula o problema incontornável da constituição subjetiva. A fala patológica nos leva, sem dúvida, para um “além das posições estruturais”, enunciadas no Interacionismo (De LEMOS, 2002).

Que área, então, tem compromisso com essa fala sintomática como a que trouxemos? O lugar de tais falas é a Clínica de Linguagem. Esta clínica tem posição intervalar entre a Aquisição de Linguagem e a Psicanálise (LIER-DeVITTO, 2003; 2006, 2011). O dado que interessa à Psicanálise não é a fala sintomática em si, mas as formações do Inconsciente (lapsos, chistes, esquecimentos, sonhos) e o irrompimento do real nesta cadeia de fala, nos momentos em que ‘algo’ aparece ali e desorganiza a fala e silencia o falante. Procurei indicar que na Aquisição de Linguagem, falas sintomáticas não interrogam (ainda que heterogeneidade e erros sejam dados de eleição) – a área se ocupa de crianças cujo ponto de chegada é o falante ideal de uma língua. Algumas crianças não chegam lá – a Clínica de Linguagem ganha, portanto, espaço e lugar entre Aquisição e a Psicanálise e tem o que aprender delas se puder sustentar-se em posição de alteridade.

Buscamos na Psicanálise, em especial em Lacan, direções teóricas para refletir sobre crianças cuja constituição subjetiva, nas palavras de Vorcaro, “nos diferentes modos de se fazer na linguagem, houve possíveis renúncias e fracassos” (VORCARO, (1999, p. 26) - crianças que ficaram fixadas numa posição: a *alienação*. Vimos que a alienação é operação fundante na constituição subjetiva (assim como o é na aquisição de linguagem), mas ao haver falha na *separação* (operação constitutiva) – algo de sintomático advém. Mãe e criança *fazem um*. Não há lugar para a falta, nem intervalo, nem diferenciação – morte do sujeito e fala vazia.

⁷³ Oliveira (2001, p. 90) traz o Mito de Eco para ilustrar este esvaziamento subjetivo. Eco foi condenada a nunca falar em primeira pessoa, a falar sem se enunciar como sujeito, o que leva a não haver alteridade/diferença.

No que diz respeito aos pronomes, relações como: “Sou *eu* porque não sou *você*” ou “*Eu* ocupa o lugar de *meu nome próprio*” podem não ocorrer - *eu* e *tu* fazem um, sem possibilidade de dialetização. Na fala de Mateus, mesmo personagens, vistos como duas imagens diferentes, formam *um* na cadeia discursiva (Tomejerry; Marioluiggi). Preso na alienação, o sujeito fica no lugar de ser falado pelo outro, fala que faz uma inscrição simbólica pela presença do nome próprio (como a fala dirigida a bebês). Parece-nos que não é a presença do nome próprio na fala do outro que manteria o sujeito numa situação extraposta ao diálogo (como questionado em relação a presença do nome próprio na fala do terapeuta); mas a posição subjetiva em que a criança está fixada: de alienação ao outro.

As hesitações em falas psicóticas, como a de Mateus, não se afastam demais de sua fixação na alienação. Alienação não apenas à fala do outro (fala esta presente em outras cenas discursivas), mas também à cena em que foi falado pelo outro e do qual não se separou. Mesmo considerando que oscilações, pausas, sínopes apontam para uma diferença em relação à fala do outro, a força da alienação é mais forte. Oliveira (2001) diz que lugares de pausa, assim como intervalos entre uma palavra e a seguinte, parecem dar possibilidade a uma diferença, mas, uma possibilidade que, em minha experiência clínica parece não se cumprir.

O diálogo que esta dissertação procurou estabelecer com outros campos (Linguística, Aquisição e Psicanálise) foi motivado pelo encontro com falas estranhas de certas crianças – nelas não há inversão pronominal no diálogo, o que produz efeitos na escuta e na fala do terapeuta (uso de nomes próprios). Esse esforço foi, posso assegurar, muito importante para mim – embora, devo reconhecer, ele tenha aberto mais questões do que podido esgotá-las – um bom resultado do trabalho, eu considero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLOUCH, J. *Letra a Letra*. Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 1995

ANDRADE, L. *Ouvir e escutar na constituição da clínica de linguagem*. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem)- Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: PUC-SP, 2003

ARANTES, L. O fonoaudiólogo esse aprendiz de feiticeiro. In: Lier- DeVitto, M. F. (Org.). *Fonoaudiologia: no sentido da linguagem*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994

_____*Diagnóstico e clínica de linguagem*. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem)- Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: PUC-SP, 2001

_____*A clínica Psicanalítica e a Fonoaudiológica com crianças que não falam*. In: *Distúrbios da Comunicação*, v. 15, n.1, p 59-69, São Paulo: Educ, 2003

ARANTES, L. M. G. ; ANDRADE, L. ; LIERDEVITTO, M. F. A clínica de linguagem com crianças que não falam: diagnóstico e direção do tratamento. In: Pavone, S.; Rafaelli, Y. (Org.). *Audição, Voz e Linguagem: a clínica e o sujeito*. v. 01, p. 141-150. São Paulo: Cortez, 2005

ARANTES, L. & FONSECA, S. C. Efeitos da escrita na clínica de linguagem. In: LIERDEVITTO, M. F. & ARANTES, L.(org.) *Faces da escrita: linguagem, clínica, escola*. Campinas: Mercado das Letras: 2011

ARRIVÉ, M. Lacan gramático. In: *Ágora* v.3, n.2, p 9-40 jul/dez 2000

AUSTIN, J.L. *How to do things with words*, Harvard University press, 1962. Tradução G.Lane, *Quand dire, cést faire*. Paris, de Seuil, 1970

BARBOSA, C. L. *O efeito das falas patológicas: questões relativas à avaliação de linguagem nos casos de autismo e psicose infantil*. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada e Estudos da Linguagem)- Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: PUC-SP LAEL/ PUC-SP, 2011

BERGÈS, J. & BALBO, G. *A criança e a psicanálise: novas perspectivas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997

_____*Psicose, autismo e falha cognitiva na criança*. Porto Alegre: CMC, 2003

BENVENISTE, E. A natureza dos pronomes .(1956) In: *Problemas de Linguística Geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005 p.277-283

_____Estrutura das relações de pessoa no verbo (1946). *Problemas de Linguística Geral I.* 5. ed. Campinas: Pontes, 2005 p.247-259

_____ Os níveis de análise lingüística. (1964) In: *Problemas de Linguística Geral I.* 5. ed. Campinas: Pontes, 2005 p. 127-140

_____Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana. (1956) In: *Problemas de Linguística Geral I.* 5. ed. Campinas: Pontes, 2005 p. 81-96.

_____Da subjetividade na linguagem. (1958) In: : *Problemas de Linguística Geral I.* 5. ed. Campinas: Pontes, 2005 p.284-293

_____O aparelho formal da enunciação. (1970) In: *Problemas de Linguística Geral II.* 2. ed. Campinas: Pontes, 2006 p. 81-92

_____ A linguagem e a experiência humana. (1965) In: *Problemas de Linguística Geral II.* 2. ed. Campinas: Pontes, 2006 p. 81-92.

BORGES, S. *O quebra-cabeça: a alfabetização depois de Lacan.* Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, 2006.

CANGUILHEM, G. *Normal e Patológico.*São Paulo: Forense Universitária, 1966 /2000

CARVALHO, G. M. M. Levantamento de questões sobre o erro em aquisição da linguagem. *Letras de Hoje*, v. 30, n. 04, p. 137-143, 1995.

_____Questões sobre o deslocamento do investigador em aquisição de linguagem. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas -SP, v. (1)-(2), n. 46, p. 61-67, 2005.

CERQUEIRA, C.: *Pais ouvintes, criança com perda auditiva e língua de sinais: questões sobre linguagem e sujeito.* Monografia (Especialização em Linguagem) - Núcleo de Formação em Clínica de Linguagem. São Paulo, 2006

CHIAT, S. If I were you and you were me: the analysis of pronouns in a pronoun-reversing child. In: *Journal of Child Language.* v.9, 1981 p.359-379

CINTRA,C.C.L. *Nova Gramática de Português Contemporâneo.* 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001

CÓDIGO DE ÉTICA DA FONOAUDIOLOGIA. Conselho Federal e Regional de Fonoaudiologia, 2004

COSTA, F. R. *Da Frente o lápis e o papel: uma discussão sobre a instituição da posição leitor* Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem)- Pontifícia Universidade Católica. São Paulo:PUC-SP, 2012 (inédita)

FERNANDES, F. D. M. *Psicose Infantil: atuação fonoaudiológica e seus resultados*. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia). PUC-SP, 1990

_____. *Autismo Infantil*. In: *Fonoaudiologia em Distúrbios Psiquiátricos da Infância*.. São Paulo: Editora Lovise, 1995a

_____. *Ecolalia em psicoses infantis*. In: *Fonoaudiologia em Distúrbios Psiquiátricos da Infância*. São Paulo: Editora Lovise, 1995b

FERRATER MORA, J. *Diccionario de Filosofia* Buenos Aires: Sulamerica, 1964

FERREIRA, M. *Aprender e praticar gramática*. Edição renovada. São Paulo: FTD, 2003

FONSECA, S.C. *Afasia: a fala em sofrimento*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem)- Pontifícia Universidade Católica. São Paulo:PUC-SP, 1995

_____. *O afásico na clínica de linguagem*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem)- Pontifícia Universidade Católica. São Paulo:PUC-SP, 2002

GARCEZ, I.F.C. *Narrativa em crianças psicóticas*. In: Fernandes, F. *Fonoaudiologia em Distúrbios Psiquiátricos da Infância*. São Paulo: Ed. Lovise, 1995

GRANGER, G.G. *langages et épistémologie*. Paris: Klincksieck, 1979

JAKOBSON, R. *Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia*. In: *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Editora Cultrix, 1954/ 1999

_____, R. *Linguística e poética*. In: *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Editora Cultrix, 1960/ 1999

JERUSALINSK, A. *Falar uma criança*. In: *Escritos da criança*. 2.ed. n. 1 Porto Alegre: Centro Lydia Coriat, 1987

_____. *Psicanálise e Desenvolvimento Infantil*. 2. ed. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999

_____. *Primeiros Desafios*. In: *Coleção especial: A mente do bebê*. Revista Mente e Cérebro. Duetto, 2006.

JESPERSEN, O. *Language: its nature, development and origin*. Londres: Allen & Unwin, 1922

KAUFMANN, *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan* 4.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993/2008

KANNER, L. Autistic Disturbances of affective contact. In: *Journal of speech and Hearing disorders* v.2 1943 p.217-250

_____ *Psiquiatria Infantil* 3. ed. Ediciones Siglo Veinte: Buenos Aires, 1966

KLIN, A. Autismo e Síndrome de Asperger: uma visão geral. In: *Revista Brasileira de Psiquiatria*. v. 28 n. 1. São Paulo, 2006

LACAN, J. *Seminário III: As psicoses*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1955-56/2008

LACAN, J. *Seminário IV: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1956-7/1995

_____ *Seminário XI: os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise* 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1964/ 1998

_____ *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966/1998

LANDI, R. *Sob efeito da afasia: a interdisciplinaridade como sintoma nas teorizações* Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC-SP, 2000

_____ *Falas vazias: língua, referência e sujeito na demência*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC-SP 2007

_____ O sujeito e o efeito da própria fala na afasia e na demência. In: *Revista Kairós*, v. 12, p. 33-45, 2009.

LAPLANCHE, J. *Vocabulário da Psicanálise*. Lapanche e Pontalis sob direção de Lagache, D. (Trad. Pedro Tamem) 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982/2001

LAURENT, É. Alienação e separação I In: FELDSTEIN, R., FINK, B. & JAANUS, M. *Para ler o seminário 11 de Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997

LEITE, N.V.A. *O acontecimento na estrutura: o real da língua na teorização sobre o discurso: a hipótese do inconsciente*. Tese (Doutorado em Linguística) Campinas: UNICAMP, 1993

LEMOS, C. T. G. Sobre aquisição de linguagem e seu dilema (pecado) original In: *ABRALIN*, Curitiba, v. 3, p. 97-136, 1982/1984

_____ Interacionismo e Aquisição de Linguagem. *DELTA*. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, v. 22, p. 231-248, 1986.

_____ Los procesos metafóricos y metonímicos como mecanismos de cambio. *Substratum*, Barcelona, v. 1, n. 1, p. 121-135, 1992.

_____ From Dialogue Processes to narrative. In: M.S. Zanotto de Paschoal e M. A.A. Celani (orgs) *Linguística Aplicada: da aplicação da lingüística à linguística transdisciplinar*. São Paulo: EDUC 1989/1992

_____ Sobre o estatuto lingüístico e discursivo da narrativa na fala da criança. *Lingüística*, São Paulo, v. 13 p. 23-60, 2001.

_____ Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. *Cadernos de Estudo da linguagem*, Campinas, v. 42. Jan/Jun, 2002a

_____ Sobre fragmentos e holófrases. In: Anais do III Colóquio do LEPSI. p. 45-52 São Paulo: USP, 2002b

_____ Sobre os pronomes pessoais na fala da criança. Texto apresentado no VI ENAL. 2003. Publicado em *Letras de Hoje*, PUC- Rio Grande do Sul, n.137, p. 9- 26, 2004

_____ Uma crítica (radical) à noção de desenvolvimento na Aquisição de Linguagem. In: In: LIER- DEVITTO, M. F. & ARANTES, L.(org.) *Aquisição, Patologias e Clínica de Linguagem*. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2006

_____ Da angústia na infância. In: *Literal*, Campinas, v. 10 p. 117-125, 2007.

LEMOS, M. T. G. de . *A Língua que me falta: uma análise dos estudos em aquisição de linguagem*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

LIER-DEVITTO, M. F. *Fonoaudiologia: no sentido da linguagem*. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

_____ *Os monólogos da criança: delírios da língua* São Paulo: EDUC FAPESP, 1998.

_____ Sobre o sintoma: efeito da fala no outro, déficit de linguagem, ou ainda ?. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 245-252, 2001.

_____. Questions on the normal-pathological polarity. *Revista da ANPOLL*, USP-São Paulo, v. 12, n. 1, p. 169-186, 2002.

_____. Patologias de linguagem: subversão posta em ato. In: LEITE, N.: *Corpolinguagem*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

_____. Sobre a posição do investigador e a do clínico frente a falas sintomáticas. *Letras de Hoje* Porto Alegre v. 39, n. nº 3, p. 47-60, 2004.

_____. Falas sintomáticas: fora de tempo, fora de lugar. In: *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas, n 47 (1) e (2) p 144-149, 2005

_____. “Delírios da língua”: o sentido lingüístico (e subjetivo) dos monólogos da criança. In: LIER- DEVITTO, M. F. & ARANTES, L.(org.) *Aquisição, Patologias e Clínica de Linguagem*. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2006

_____. Patologias da linguagem: sobre as “vicissitudes de falas sintomáticas”.In: LIER-DEVITTO, M. F. & ARANTES, L.(org.) *Aquisição, Patologias e Clínica de Linguagem*. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2006

_____. Abordagem de falas sintomáticas: sobre a condição intervalar da clínica de linguagem entre a lingüística e a psicanálise. In: Eliane Mara Silveira. (Org.). *As bordas da linguagem*. Uberlândia - MG: EDUFU, 2011

LIER-DEVITTO, M.F. & ANDRADE, L. Caminhos e Descaminhos na aquisição da linguagem pela criança. In: ABRALIN. Anais. João Pessoa, 2010

LIER- DEVITTO, M. F. & ARANTES, L. Sobre os efeitos da fala da criança: da heterogeneidade desses efeitos. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 33, n. 2, EDIPUCRS, 1998

LIER-DEVITTO, M.F.; CARVALHO, G.M. . Interacionismo: um esforço de teorização em aquisição da linguagem. In: Finger, I & Quadros, R.M.. (Org.). *Teorias de Aquisição da Linguagem*. v. 1, p. 100-127 Florianópolis: Editora da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), 2008

LIER-DEVITTO, M. F.; FONSECA, S. C. Lingüística, aquisição da linguagem e patologia: relações possíveis, restrições obrigatórias. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 433-440, 2001.

_____. Considerações sobre 'equivoco' e 'diálogo' na clínica de linguagem. In: *Desafios da língua: pesquisas em língua falada e escrita*, v. 1, p. 489-492. Maceió: UFAL, 2008

_____ Hesitações e pausas como ocorrências articuladas ao movimento de reformulação. In: *Cadernos de estudos lingüísticos*. vol 54 (1), 2012 (a sair)

MERCADANTE, M.; SACHWARTZAMAN, S. RUTGER, J. V. G. Transtornos invasivos do desenvolvimento não-autísticos: síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância e transtornos invasivos do desenvolvimento sem outra especificação. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 28 n.1 p12-20, 2006

MILNER, J.C. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MÜLLER, A. L. P. *A Gramática das Formas Possessivas no Português do Brasil*. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas: Unicamp, 1997

_____ *Pronomes e anáfora- o estado da arte*. www.fflch.usp.br. USP, 2000

NASIO, J.-D. *Cinco lições sobre a teoria de Jacques Lacan*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993

OLIVEIRA, M. T. *Ecolalia: quem fala nessa voz?* Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) Pontifícia Universidade Católica: São Paulo, 2001

ORLANDI, Eni P. *O que é lingüística*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986

PEREIRA DE CASTRO, M. F *Aprendendo a argumentar um momento na construção da linguagem*. Campinas: EDUCAMP, 1992.

_____ *Língua materna: palavra e silêncio na aquisição de linguagem*. Trabalho apresentado como participação na mesa redonda: A aquisição da linguagem e a linguagem perdida. UNICAMP, 1996

RÉCANATI, F. *La transparence et l'énonciation*. Paris: Du Seuil, 1979

RICOEUR, P. *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Editora Papyrus, 1991

ROUDINESCO, E. & PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997/1998

RUBINO, R. Os falantes tardios como uma categoria limite entre a normalidade e a patologia. *Letras de Hoje*, v. 36, nº 3 p.625-631 Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001

SANTORO, I. *Espelho, espelho meu: a psicanálise e o tratamento precoce do autismo e outras psicopatologias graves*. Salvador: Ágalma, 2008

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. Trad. A. Chelini, José Paulo Paes. I. Blikstein. 26. ed. São Paulo: Cultrix, 1916/2004

SCHWARTZMAN, J. S. Síndrome de Asperger. In: *Autismo e outros atrasos do desenvolvimento: guia prático para pais e profissionais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1997 p.190-193

SPINA DE CARVALHO, D. C. *Clínica de linguagem: algumas considerações sobre interpretação*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, PUC-SP, 2003

VASCONCELOS, R. *Paralisia Cerebral: a fala na escrita* Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, PUC-SP, 1998

_____. Fala, escuta, escrita: a relação sujeito-linguagem no caso de uma criança com paralisia cerebral que não oraliza. In: LIER- DEVITTO, M. F. & ARANTES, L.(org.) *Aquisição, Patologias e Clínica de Linguagem*. São Paulo: EDUC, FAPESP, 2006

VORCARO, A. M.R. *Crianças na psicanálise: clínica, instituição, laço social*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999

_____. *A criança na clínica psicanalítica*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004

_____. A clínica psicanalítica e fonoaudiológica com crianças que não falam. In: PAVONE, S. & RAFAELI, Y.M. (org.) *Audição, voz e linguagem: a clínica e o sujeito*. São Paulo: Cortez, 2005



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-SP
SEDE CAMPUS MONTE ALEGRE

Protocolo de Pesquisa nº 133/2011

Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes
Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada: Estudo da Linguagem
Orientador(a): Prof.(a). Dr.(a). Maria Francisca Lier-De Vitto
Autor(a): Paula Teixeira Dias

PARECER sobre o Protocolo de Pesquisa, em nível de Dissertação de Mestrado intitulado **Sobre o uso de pronomes e do nome próprio por crianças com diagnóstico de psicose na Clínica de Linguagem**

CONSIDERAÇÕES APROVADAS EM COLEGIADO

Em conformidade com os dispositivos da Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996 e demais resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS), em que os critérios da relevância social, da relação custo/benefício e da autonomia dos sujeitos da pesquisa pesquisados foram preenchidos.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido permite ao sujeito compreender o significado, o alcance e os limites de sua participação nesta pesquisa.

A exposição do Projeto é clara e objetiva, feita de maneira concisa e fundamentada, permitindo concluir que o trabalho tem uma linha metodológica bem definida, na base do qual será possível retirar conclusões consistentes e, portanto, válidas.

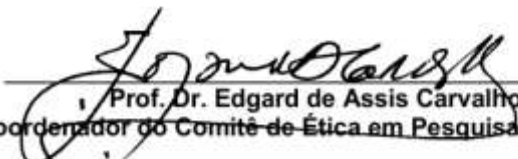
No entendimento do CEP da PUC-SP, o Projeto em questão não apresenta qualquer risco ou dano ao ser humano do ponto de vista ético.

CONCLUSÃO

Face ao parecer consubstanciado apensado ao Protocolo de Pesquisa, o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP – Sede Campus Monte Alegre, em Reunião Ordinária de **30/05/2011**, **APROVOU** o Protocolo de Pesquisa nº **133/2011**.

Cabe ao(s) pesquisador(es) elaborar e apresentar ao CEP da PUC-SP – Sede Campus Monte Alegre, os relatórios parcial e final sobre a pesquisa, conforme disposto na Resolução nº - 196 de 10 de outubro de 1996, inciso IX.2, alínea "c", do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS), bem como cumprir integralmente os mandatos do referido texto legal e demais resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS).

São Paulo, 30 de maio de 2011.


Prof. Dr. Edgard de Assis Carvalho
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP